



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



ANDRÉIA DIAS DE SOUZA

**TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA
REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



ANDRÉIA DIAS DE SOUZA

**TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA
REALIZAÇÃO DO SUJEITO
PRONOMINAL NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Literários ou Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira.

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**

**TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA REALIZAÇÃO DO SUJEITO
PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Câmpus de Três Lagoas- CPTL

1 ° Examinador: Prof(a). Dr(a). Joceli Catarina Stassi-Sé
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS)
Câmpus de Três Lagoas- CPTL

2° Examinador: Prof(a). Dr(a). Edson Rosa Francisco de Souza
(Universidade Estadual de São Paulo – UNESP)
IBILCE - São José do Rio Preto

Suplente: Prof(a). Dr(a). Solange de Carvalho Fortilli
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS)
Câmpus de Três Lagoas- CPTL

A Deus por me capacitar e fortalecer; à minha mãe, Joana por sempre me guiar e amparar; a meu marido, Renato pelo apoio e compreensão; a meu amado filho Rafael que ainda em meu ventre enche minha vida de alegria e me impulsiona a continuar sempre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar forças, discernimento e condições plenas para realizar esse trabalho. Por sua presença viva e misericordiosa em cada passo dado em direção à realização desse sonho.

À minha heroína, minha mãe, e por todos os sacrifícios que realizou a fim de me assegurar o acesso a uma educação digna. Obrigada por me ensinar o valor inestimável da formação acadêmica em minha vida.

A meu marido, por sua compreensão, apoio e companheirismo em cada etapa desse trabalho.

À minha orientadora, Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira, por aceitar me orientar nesse projeto, por me apontar o caminho e pela grandiosa orientação acadêmica e humana.

Às professoras doutoras Joceli Stassi-Sé e Solange Fortilli, pelas valiosas contribuições por ocasião do Exame de Qualificação.

Ao meu orientador inicial, Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza, por me recepcionar no programa, me auxiliar nos primeiros passos dessa empreitada e por me ensinar, por meio de seu exemplo, o valor de um profissional humilde e humano.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, por cada precioso ensinamento.

À coordenação e à equipe da secretaria do mestrado, pelo auxílio em todos os procedimentos administrativos.

Aos colegas de mestrado, pelo companheirismo e pela experiência compartilhada durante esse processo.

“(..) porque é o contrato interacional que define as escolhas dos papéis no ‘drama’ da linguagem, bem como a relevância mútua desses papéis e sua distribuição em termos de topicidade e focalidade, ingredientes fundamentais no êxito da interação discursiva”
(NEVES, 2006, p. 11)

SOUZA, Andréia Dias de. *Transparência e opacidade na realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro*. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. 135 f. (Dissertação de Mestrado).

O objetivo da presente pesquisa é realizar uma análise da realização/não realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro, doravante PB, no que se refere às relações de transparência/opacidade apresentadas por tal fenômeno. Apontaremos de que formas o sujeito vem se realizando ou não no PB bem como o grau de transparência de cada caso analisado. Buscaremos também observar se motivações pragmáticas exercem influência na realização/não realização do sujeito pronominal e se consequentemente interferem na produção de fenômenos mais transparentes e de que forma isso ocorre. A fim de alcançarmos tal objetivo trabalharemos com a noção de sujeito e com a noção de tópico a fim de analisarmos as peculiaridades na omissão/realização do sujeito em nossa língua. Partiremos da hipótese que, por se tratar de uma língua relativamente jovem e por emergir de um sistema repleto de outras línguas, o PB apresentará, quanto ao fenômeno estudado, aspectos mais transparentes que opacos. Esse trabalho justifica-se pela contribuição que buscará dar aos estudos de transparência e opacidade, especialmente porque buscaremos observar a influência de motivações pragmáticas na produção de ocorrências mais transparentes ou opacas no fenômeno analisado. As relações de transparência e opacidade são definidas a partir da arquitetura em vários níveis da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008), doravante GDF, e são representadas por meio do mapeamento das unidades em análise em cada um dos quatro Níveis: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Um fenômeno linguístico será transparente entre dois níveis à medida que se representar igualmente entre eles, ou seja, possuir uma unidade de identificação em cada nível, o que acarretará uma relação bijetiva. Uma vez que o fenômeno representar-se por uma unidade em um nível e duas ou nenhuma em outro ele apresentará uma relação não-bijetiva, apresentando, portanto, um aspecto de maior opacidade no que tange a este fenômeno na língua em análise. A respeito da noção de tópico discursivo, nos valeremos nos pressupostos da Perspectiva Textual-Interativa (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007) a fim de analisarmos a organização tópica das ocorrências analisadas e de que forma essa organização influenciará na realização/omissão do sujeito pronominal, em seguida observaremos de que forma essa organização tópica se daria de acordo com os parâmetros estabelecidos pela GDF, propondo, portanto, um diálogo entre as duas teorias. O universo de investigação compõe-se de amostras retiradas do banco de dados Iboruna que faz parte do projeto ALIP. Para a realização do estudo e da análise, nosso trabalho está baseado no arcabouço teórico da perspectiva funcionalista (NEVES, 1997; DIK, 1987; BUTLER, 1997, 2003; CUNHA, 2011; PEZATTI, 2006) na qual se insere a GDF (HENGEVELD E MACKENZIE 2008), perspectiva teórica na qual nos pautamos para a realização das análises em nossa pesquisa e cujo panorama é apresentado no primeiro capítulo. No capítulo seguinte apresentamos o termo transparência em linguística e sua delimitação sob a perspectiva da GDF. No terceiro capítulo apresentaremos os aspectos que norteiam a realização do sujeito pronominal em PB. A metodologia por nós utilizada para a execução das análises é apresentada no quarto capítulo. No quinto capítulo realizaremos a análise dos dados selecionados dentro dos objetivos propostos. Após a análise dos dados pudemos observar que grande parte das realizações do sujeito pronominal em PB apresentam uma relação transparente e observamos que tais relações parecem se mostrar bastante suscetíveis à influência pragmática, o que confirma a hipótese inicial: o PB apresenta aspectos mais transparentes que opacos para a realização/não realização do sujeito pronominal em PB.

Palavras-chave: transparência, opacidade, sujeito pronominal, tópico

ABSTRACT

The aim of this research is to make an analysis of the realization/no-realization of the pronoun subject in Brazilian Portuguese, BP henceforth, in what refers to the transparency/opacity relations presented by this phenomenon. We will show in what ways the subject has been realized or not in BP as well as the transparency degree in each analysed case. We will also observe if pragmatic motivations influence on the realization/no-realization of the pronoun subject and if they, consequently, interfere on the production of more transparent phenomena and how it happens. In order to achieve this aim we will work with the subject and the topic notion so that we can analyse the peculiarities on the omission/realization of the subject in our language. This work is based on the hypothesis that, for being a relatively young language and for emerging from an environment full of other languages, BP will present, concerning the phenomenon being studied, more transparent aspects. This work is justified by the contribution it aims at providing to transparency and opacity studies, especially because we will observe the influence of pragmatic motivations on the production of more transparent or opaque situations on the analysed phenomena. The transparency and opacity are defined from the multi-levelled architecture of the Functional Discourse Grammar, (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008), FDG henceforth, and are represented using the mapping of the units analysed in each one of the four Levels: Interpersonal, Representational, Morphosyntactic and Phonological. A linguistic phenomenon will be transparent between two levels as long as it is represented equally in each of them, what means it will have an identifying unit in each Level, what will result a bijective relation. Once the phenomenon is represented by one unit in one level and two or none in another it will present a non-bijective relation, showing, consequently, a more opaque aspect on this phenomenon on the analysed language. About the discursive topic, we will base our work on the Textual-Interactive Perspective (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007) in order to analyse the topic organization of the analysed sentences and in what way this organization will influence on the realization/no-realization of the pronoun subject, then we will observe in what way this topic organization would happen according to the principles established by FDG, proposing a dialogue between both theories. The investigation examples are taken from the Iboruna online *corpus* that is part of the ALIP Project. To develop this study and make this analysis, our work is based on the functionalist perspective of language (NEVES, 1997; DIK, 1987; BUTLER, 1997, 2003; CUNHA, 2011; PEZATTI, 2006) in which FDG takes part (HENGEVELD & MACKENZIE 2008), theoretical perspective in which we are based to make the analysis in our research, theories generally presented on the first chapter. On the next chapter we present the transparency term in linguistic and its aspects and characteristics according to what FDG proposes. On the third chapter we will present the aspects that involve the realization of the pronoun subject in BP. The methodology used is presented on the fourth chapter. On the fifth chapter we will make the selected data analysis based on the presented objectives. After the analysis we could observe that most part of the pronoun subject realizations in BP show a transparent relation and we observe that those relations seem to be very susceptible to the pragmatic influences, what confirms the initial hypothesis: BP presents more transparent than opaque aspects for the pronoun subject realization/no-realization in BP.

Key words: transparency, opacity, pronoun subject, topic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO I	
1 A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM	16
1.1 A Gramática Discursivo-Funcional	18
 CAPÍTULO II	
2 TRANSPARÊNCIA	30
2.1 Transparência: um panorama geral.....	30
2.2 Transparência na GDF	34
2.3 Simplicidade	48
 CAPÍTULO III	
3 SUJEITO	51
3.1 O sujeito pronominal no PB	51
3.2 Influência de determinações pragmáticas na realização do sujeito	66
 CAPÍTULO IV	
4 METODOLOGIA.....	79
4.1 Objetivo geral	79
4.2 Objetivos específicos.....	79
4.3 <i>Corpus</i>	80
4.4 Parâmetros para análise	81
4.4.1 A pessoa gramatical	81
4.4.2 Traços semânticos do sujeito.....	84
4.4.3 Identificabilidade e especificidade	88
4.4.4 Determinações pragmáticas na atribuição de sujeito.....	89
 CAPÍTULO V	
5.1 Realização/não realização do sujeito pronominal no PB	91
5.1.1 A pessoa gramatical	92

5.1.2 Traços semânticos	97
5.1.3 Identificabilidade e especificidade	98
5.1.4 A questão pragmática	100
5.2 Análise quantitativa da realização/não realização do sujeito em PB.....	116
5.3 Implementação na Gramática Discursivo-Funcional	117
5.4 Alinhamento dos Níveis na GDF	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	130

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

- Figura 1 – Modelo da GDF como parte de um modelo maior de interação verbal, 20
- Figura 2 – Arquitetura geral da GDF, 22
- Figura 3 – Relações hierárquicas do Nível Interpessoal, 26
- Figura 4 – Relações hierárquicas do Nível Representacional, 27
- Figura 5 - Relações hierárquicas do Nível Morfossintático, 27
- Figura 6 - Relações hierárquicas do Nível Fonológico, 28
- Figura 7 - Transparência e opacidade semântica das expressões idiomáticas, 32
- Figura 8: Sujeito nulo nas peças teatrais do séc. XIX e XX, 52
- Quadro 1 – Evolução nos paradigmas flexionais do Português, 52
- Quadro 2 – Correlação de frequência relativa de ocorrência das pessoas do discurso e frequência de omissão do pronome, 58
- Figura 9- Exemplo hipotético de relações de organização tópica, 74
- Gráfico 1 – Ocorrências do sujeito pronominal em PB, 116
- Gráfico 2 - Retenção Ocorrências de sujeito não realizados pronominalmente em PB, 117

INTRODUÇÃO

A realização e a omissão do sujeito pronominal no Português Brasileiro, doravante PB, têm sido alvo de diversos estudos nos mais diversos campos da Linguística (DUARTE, 1993; TARALLO, 1991; SILVA, 1993, 2003; NEVES, 2007). Os estudos apontam para uma significativa mudança no sistema pronominal brasileiro, com a inserção do pronome de segunda pessoa *você(s)*, a perda do uso do pronome de segunda pessoa do plural *vós* e o uso do pronome de segunda pessoa do singular *tu* restrito a algumas regiões do país.

A perda dessas formas pronominais de segunda pessoa ocasionou uma consequente redução nas formas verbais utilizadas. Isso justifica-se pelo fato de, a nova forma *você(s)* utilizar a mesma forma verbal da terceira pessoa do singular e do plural, o que reduz o quadro de formas verbais de seis para quatro. Conforme veremos no decorrer do trabalho, o sujeito pronominal em PB realiza-se, basicamente, de três formas: expressamente pelo pronome e no afixo verbal; apenas no afixo verbal com omissão do pronome; pelo pronome com uma afixação verbal não condizente com a pessoa expressa pelo pronome, como em ‘*nós assiste*’.

Podemos observar, portanto, que o PB apresenta diversas formas de realização do sujeito pronominal, sendo que a omissão do sujeito é uma dessas possibilidades. Esse último aspecto foi alvo de diversos estudos gerativos (DUARTE, 1993; TARALLO, 1991; SILVA, 1993), que apontaram a redução desse fenômeno em PB, afirmando que nossa língua vinha perdendo uma característica que a classificava como língua *pro-drop*, ou seja, uma língua caracterizada, dentre outros fatores, pela omissão do sujeito.

Outro aspecto interessante a esse respeito é a questão do tópico discursivo. Li e Thompson (1976 *apud* PONTES, 1987) propõem uma tipologia das línguas baseada nas relações de sujeito-predicado ou de tópico-comentário. De acordo com essa tipologia, o PB se classificaria como uma língua com proeminência de tópico e sujeito, o que reforça a importância da categoria de tópico para o estudo desse fenômeno.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise da realização/não-realização do sujeito pronominal em PB. Apesar de se tratar de um fenômeno bastante estudado em linguística, o presente trabalho buscará analisar as relações de transparência/opacidade que norteiam esses casos, aspecto ainda não abordado nos trabalhos que tratam do tema.

Este trabalho justifica-se pela contribuição que buscará dar aos estudos de transparência e opacidade, especialmente porque buscaremos comprovar se motivações pragmáticas interferem na produção de fenômenos mais transparentes, e se o fazem, de que forma isso ocorre. Trabalharemos, portanto, com as noções de sujeito e de tópico a fim de analisarmos as peculiaridades na omissão/realização do sujeito em nossa língua.

Para a execução da presente pesquisa, seguiremos os pressupostos de uma das teorias funcionalistas mais conhecidas da atualidade: a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008). Por se tratar de um trabalho de base teórica funcionalista, trata a língua como um instrumento de interação social entre os seres humanos e estuda a língua como um instrumento de comunicação, o que desperta no pesquisador o questionamento que propulsiona o estudo da transparência e opacidade nas línguas: a relação entre forma e significado.

Ao apresentar a noção de tópico e as controvérsias que o termo tem trazido, utilizaremos a abordagem da perspectiva textual-interativa (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007) a respeito de tópico discursivo e segmentos tópicos. Observaremos de que forma a organização tópica de cada ocorrência influenciará na produção de enunciados mais transparentes ou mais opacos.

O PB é uma variedade relativamente nova, se considerarmos as europeias, e se formou a partir da colonização de nosso país pelos portugueses que trouxeram sua língua a um ambiente repleto de línguas indígenas dos habitantes nativos de nosso país. A entrada de habitantes vindos de outras localidades e com línguas distintas, como os africanos, italianos, alemães, holandeses, dentre outros, também, certamente contribuiu para a formação de nossa língua.

O objetivo de nosso trabalho, contudo, não é adentrar a questão do processo de formação do PB, mas sim analisar os aspectos de transparência/opacidade que norteiam esse fenômeno em nossa língua.

Partiremos da hipótese que, por se tratar de uma língua relativamente jovem e por emergir de um sistema repleto de outras línguas, o PB apresentará, quanto às mudanças ocorridas no paradigma pronominal e conseqüentemente na realização/não-realização do sujeito pronominal, aspectos mais transparentes que opacos.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, dentro dos quais tratamos das questões teóricas e das análises dos dados, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo apresentamos a perspectiva funcionalista da linguagem e um panorama geral da GDF, teoria na qual nos fundamentaremos para realizar a análise proposta.

No segundo capítulo, abordaremos a transparência em três partes: primeiramente apresentando suas diversas definições nos diversos campos linguísticos; em seguida trataremos da delimitação desse tema sob a perspectiva da GDF, demonstrando de que forma esta teoria atenderá ao objetivo de demonstrar as relações de transparência e opacidade nos fenômenos analisados; e finalmente apresentaremos a distinção entre o termo e a simplicidade, frequentemente confundida com o tema de nosso trabalho.

No terceiro capítulo, trataremos dos aspectos que norteiam a realização do sujeito pronominal em PB, de que forma e em quais casos esse sujeito se realiza, ou não, pronominalmente, e quais fatores motivam tal realização. Na terceira seção desse capítulo apresentaremos a influência de determinações pragmáticas na realização do sujeito, levando em consideração a questão do tópico da organização do discurso em tópicos discursivos e segmentos tópicos observando se estes motivam, ou não, a realização do fenômeno em questão. Optamos por adotar o ponto de vista da perspectiva textual-interativa, a fim de observar de que forma esta teoria propõe uma organização tópica do discurso, em seguida observaremos de que forma uma análise pautada na GDF organizaria o mesmo discurso.

O quarto capítulo destina-se à metodologia, sendo assim, apresentaremos o objetivo geral, os objetivos específicos, o *corpus* utilizado e os parâmetros que nortearão as análises realizadas.

No quinto capítulo apresentaremos a análise. Na primeira parte, abordaremos a análise do sujeito pronominal em PB, levando em consideração os critérios morfossintáticos e semânticos, em seguida, procederemos à análise da influência pragmática na realização/omissão do sujeito. Na segunda parte, apresentaremos a análise quantitativa da realização/não-realização do sujeito, apresentando qual a taxa de realização x não-realização, bem como quais pronomes foram constatados na realização e na omissão. Na terceira parte, ocorrerá a implementação dos dados analisados no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional. Na quarta parte, realizaremos o mapeamento dos dados (a realização de cada unidade em cada Nível da Gramática Discursivo-Funcional), a fim de atestar as relações de transparência e opacidade na língua em questão.

Finalmente, apresentaremos as considerações finais a respeito do trabalho realizado, bem como a comprovação ou não de nossa hipótese de trabalho.

CAPÍTULO 1

A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM

Ao lidar com fenômenos linguísticos, precisamos delimitar qual concepção de língua consideraremos e sob qual enfoque a analisaremos, já que ‘é o ponto de vista que cria o objeto’ (SAUSSURE, 1960, p.15).

Para Neves (1997), há duas grandes correntes do pensamento linguístico: o *formalismo* e o *funcionalismo*. Para aquele, o interesse principal está em analisar a forma linguística, para este a função que as formas linguísticas desempenham é o foco principal. Uma gramática formal irá tratar as formas de determinada língua analisando sua estrutura sistemática, já uma gramática funcional tratará das mesmas formas, mas analisará a relação sistemática existente entre tais formas e suas funções.

Na visão formalista, o contexto do qual as formas linguísticas emergem é irrelevante para a análise, enquanto que, na visão funcionalista, esse contexto é fundamental a fim de que se possa compreender em qual situação determinada forma foi utilizada e qual influência tal situação exerce sobre a escolha das unidades linguísticas utilizadas.

Ao estabelecer as diferenças entre as duas visões, Dik (1987) estabelece que, no paradigma formal, a língua é vista como um sistema abstrato e autônomo com relação aos modos de uso, enquanto que, no paradigma funcional, as unidades linguísticas possuem propriedades sensíveis e são co-determinadas por fatores pragmáticos da interação.

Para Chomsky (1980), um dos principais representantes da escola formalista, a língua é um sistema destinado à expressão do pensamento e como tal é essencialmente independente de controle de estímulo, de auto-satisfação ou de propósito instrumental, é ‘um arcabouço de descrições estruturais das sentenças, em que uma descrição completa determina (em particular) o som e o significado de uma expressão linguística’¹ (CHOMSKY, 1977 *apud* Butler, 2003), ou seja, é uma atividade genética, algo já programado e inerente ao ser humano, que não sofre influência da interação.

¹ a set of structural descriptions of sentences, where a full structural description determines (in particular) the sound and meaning of a linguistic expression (CHOMSKY, 1977 *apud* Butler, 2003). Tradução livre

Na definição apresentada fica evidente que o enfoque teórico é estritamente voltado para a forma da estrutura linguística. Conforme afirma Butler (2003), há uma restrição do conceito de língua, uma vez que se depreende das afirmações acima explicitadas que a língua seria entendida como a gramática em si.

O funcionalismo, por sua vez, é uma corrente teórica que leva em consideração primordialmente o uso da língua, orientando-se por ele a fim de explicar o sistema linguístico. Contrário ao estruturalismo (SAUSSURE, 1960), que sempre trabalhava com a dicotomia língua (o sistema social inerente a todos) *versus* fala (o ato individual) considerando como objeto de estudo da linguística o sistema, o funcionalismo propõe uma relação entre o uso e o sistema para realizar suas formulações, ou seja, a união da pragmática (uso) ao sistema (semântica, morfologia, sintaxe e fonologia).

Observa-se que há nessa corrente a distinção entre sistema e uso, no entanto, esses não são analisados separadamente. A língua é vista primeira e primordialmente como instrumento de interação social, como um sistema moldado de acordo com o uso que seus falantes fazem deste, ou seja, a comunicação e a interação constituem parte fundamental dessa teoria. A funcionalidade da língua, portanto, é um fator central para se explicar porque as línguas são como são (BUTLER, 2003), o funcionalismo “se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2011: 157).

Para Pezatti (2006), há dois fatores fundamentais a qualquer teoria funcionalista: (i) a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social; (ii) o estabelecimento de um objeto de estudos baseado no uso real da língua. Para a autora, é inconcebível para uma teoria funcionalista admitir separações entre sistema e uso, que é exatamente o que ocorre no estruturalismo saussureano, com a distinção entre língua e fala, e na teoria gerativa, com a distinção entre competência e desempenho.

Além do aspecto funcional da linguagem, outro fator que caracteriza a concepção de linguagem defendida pela teoria funcionalista é o seu caráter dinâmico, pois acredita-se que a linguagem está em constante desenvolvimento e a força dinâmica que a impulsiona é a instabilidade da relação entre estrutura e função (GEBRUERS *apud* NEVES, 1997).

Considerando os objetivos do presente trabalho, a abordagem por nós adotada é a abordagem funcionalista, uma vez que o caráter funcional de tal teoria é fundamental para estabelecer as relações de transparência às quais este trabalho se destina. Um dos

objetivos principais desse trabalho é observar de que forma o sujeito pronominal se realiza na língua efetivamente em uso, o que acreditamos ser viável apenas por um viés funcionalista.

Dentre os vários modelos, consideramos que a adoção de uma *gramática* funcional propriamente dita para implementarmos os dados analisados se faz igualmente indispensável, especialmente no que se refere à principal questão que norteia a definição de transparência: a relação entre significado e forma. Parece-nos necessário não apenas um modelo que nos permita identificar essa relação, mas que também nos permita interpretar o comportamento das formas linguísticas. De acordo com Neves (1997), o propósito de uma gramática funcional é revelar por meio do estudo das sequências linguísticas os significados que ali estão codificados. Para a autora, o que determina se a teoria é funcional é o fato desta estar baseada no significado, ao passo que uma gramática deverá interpretar as formas linguísticas.

A integração entre a pragmática, a semântica e a sintaxe são requisitos necessários para a realização dessa pesquisa, por isso cremos ser necessário uma abordagem que reconheça e aborde tais esferas, o que mais uma vez nos apresenta uma premissa funcionalista básica apontada por Butler (2003): a semântica/pragmática constituindo o cerne de seu modelo de trabalho. Para o autor, como os linguistas que trabalham com o funcionalismo estão preocupados em explicar a língua como instrumento de comunicação, devem, então, tomar como objeto de estudo todo o complexo configurado organizado em vários níveis, que é o que constitui a língua em si. Devem, além disso, relacionar tal complexo de configurações ao seu uso em atividades comunicativas.

Ao buscar um modelo de trabalho que conceba a língua como instrumento de comunicação, considerando que a relação entre a semântica/pragmática e a sintaxe sejam fundamentais aos objetivos propostos, optamos por adotar a GDF (Hengeveld & Mackenzie 2008) como modelo de trabalho, assunto que trataremos na próxima seção.

1.1 A Gramática Discursivo-Funcional

Conforme dito anteriormente, para analisarmos os dados do presente trabalho fizemos opção pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF). Acreditamos que o aparato teórico fornecido pelo modelo acima nos permite uma clara representação da relação entre a forma e o significado das unidades em

análise, propiciando, portanto, a atestação de realizações de transparência, ou não, nos fenômenos analisados.

A denominação da GDF nos traz três termos importantes em linguística: gramática, discurso e funcionalismo. À primeira vista, apenas analisando sua denominação, seria possível inferir, erroneamente, que ela se trata de uma gramática do discurso, no entanto, ao estudar o modelo nota-se, rapidamente, que se trata primordialmente de uma gramática funcional. A conexão com o discurso reside na busca em analisar de que forma este exerce impacto nas configurações sintáticas da gramática de uma determinada língua, as questões discursivas relevantes a este modelo são aquelas morfossintaticamente relevantes, ou seja, apenas informações codificadas na gramática de uma língua (SOUZA, 2008). O discurso é acomodado como parte importante e fundamental ao modelo, no entanto, o foco de análise é a gramática formalizada, uma gramática que também incorpore ao seu modelo os fenômenos que envolvem a interação entre os interlocutores do discurso (CAMACHO, 2011).

Esse modelo toma como objeto de análise o ato discursivo e sua codificação morfossintática e fonológica, atendo-se a fenômenos gramaticais explícitos que são afetados pelo impacto do discurso. Há uma expansão do objeto de estudo se compararmos a GDF com a GF, sua antecessora. Na GF, a análise concentrava-se na sentença, na GDF, conforme dito anteriormente, o objeto de análise é o ato discursivo. Essa expansão justifica-se pelo fato de que há muitos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados analisando-se unidades maiores que a sentença individual: formas verbais narrativas, cadeias anafóricas, dentre outras. Existem, também, expressões menores que a sentença individual que funcionam independentemente como enunciados completos, como vocativos, frases holofrásticas e exclamações (CAMACHO 2011). Para a análise desses fenômenos é necessária a concepção de enunciado como ato discursivo e não como sentença (MACKENZIE, 1998).

A noção de transparência, assunto abordado no próximo capítulo, está intimamente ligada à relação entre significado e forma. Entendemos que, para realizarmos as análises necessárias à execução do presente trabalho, demonstrando a relação existente entre o significado, inserido na esfera semântica, e a forma, inserida na esfera morfossintática, precisamos de uma gramática funcional para implementarmos os dados. Para Dik (1997), três requisitos seriam necessários a uma teoria para que esta possa ser denominada gramática funcional: a adequação pragmática, a adequação psicológica e a adequação tipológica. A primeira afirma que uma gramática funcional

deve estar inserida em uma teoria mais ampla de interação verbal; a segunda afirma que essa gramática deve assemelhar-se o máximo possível a modelos psicológicos de comportamento lingüístico e a terceira afirma que essa teoria deva ser capaz de aplicar-se a todas as línguas, apontando sistematicamente as semelhanças e diferenças entre elas.

A fim de demonstrarmos a relação entre forma e função, fundamentais ao estudo da transparência, a teoria utilizada deve cumprir ao menos os dois últimos requisitos acima apresentados: deve refletir ao máximo o modelo psicológico do comportamento lingüístico do falante, como se dá a produção lingüística do indivíduo e de que forma os significados são codificados. Para Camacho (2012), a GDF é uma teoria que atinge as três adequações propostas por Dik: é de base tipológica em sua essência, pois foi configurada para atender às análises das mais diversas línguas; é psicologicamente adequada ao assumir uma organização *topdown* e atinge a adequação pragmática ao tomar o ato discursivo como unidade de análise.

Trata-se, portanto, de um modelo gramatical. O que o distingue de outros modelos é que se trata de um componente inserido em uma teoria geral de interação verbal e foi idealizado com o objetivo de ser igualmente válido para análise de qualquer língua (HENGEVELD, MACKENZIE 2008). Os proponentes do referido modelo estabelecem a existência de quatro componentes que interagem entre si: o componente conceitual, o componente contextual, o componente gramatical e o componente de saída.

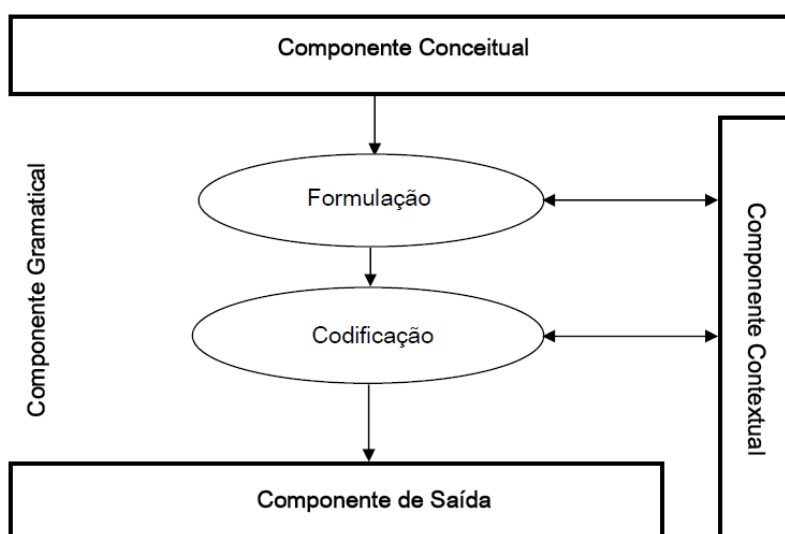


Figura 1: Modelo da GDF como parte de um modelo maior de interação verbal. (adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008: 6)

O componente conceitual é onde se encontra a intenção comunicativa. Esse componente é responsável por desenvolver a intenção comunicativa relevante ao evento discursivo atual e pelas conceitualizações referentes aos eventos extra-linguísticos. É a força motriz que impulsiona o componente gramatical e nele representam-se o material ideacional e interativo pressupostos por cada parte do discurso em análise (HENGEVELD, MACKENZIE 2008).

O componente contextual contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso anterior, das condições que permeiam o evento discursivo atual e das relações sociais entre os participantes. Esse componente não tem, contudo, nenhum objetivo de ser um modelo de análise do discurso, conforme dito anteriormente, ou de oferecer um inventário das condições que permeiam o contexto do discurso. Para os autores, duas informações são aí encontradas: a imediata e a de longo prazo. Aquela se refere à informação recebida imediatamente do componente gramatical que se refere a um enunciado particular relevante à forma que enunciados posteriores possam assumir; esta contém informações de longo prazo a respeito da interação que ocorre no momento, a qual é relevante para as distinções necessárias ao uso da língua, e que influenciam formulações e codificações na mesma língua. A influência na formulação e na codificação dos dois tipos de informação, a imediata e a de longo prazo, são simbolizadas pelas flechas do componente contextual para o gramatical.

O componente de saída recebe as informações fornecidas pelo componente gramatical e as converte em expressões acústicas, gráficas ou de sinais, é o responsável pela tradução da representação fonológica do ato discursivo para a forma fonética, escrita ou de sinais.

O componente gramatical é a própria GDF, é a parte central da teoria, que se encontra intimamente ligada aos demais componentes. Pode-se dizer que ela é vista como um componente gramatical que se opera junto a um componente conceitual em um modelo tripartite de geração linguística, o componente conceitual serve como gatilho para o gramatical operar. Nessa teoria, portanto, cada aspecto da interação verbal que é formalmente refletido na estrutura linguística é visto como resultante da interação entre os quatro componentes (KEIZER e STADEN, 2009).

Podemos visualizar a arquitetura geral desse modelo na figura abaixo, nela observaremos que o Componente Gramatical é apresentado no centro, o Conceitual acima, o de Saída abaixo e o Contextual à direita. Em meio aos componentes há

círculos, que, por sua vez, contêm operações; caixas contendo os primitivos usados em operações e retângulos contendo os níveis de representação produzido pelas operações.

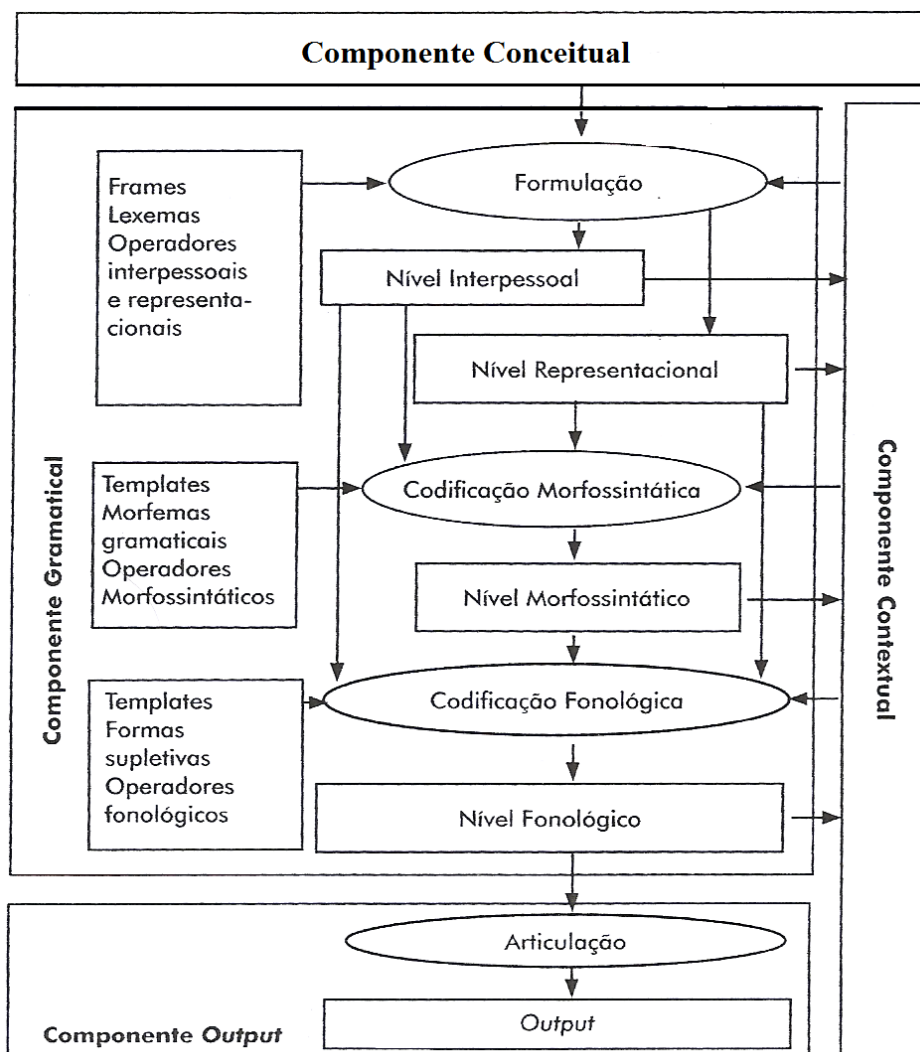


Figura 2: Arquitetura geral da GDF (adaptado de HENGVELD e MACKENZIE, 2008: 13)

Os criadores desse modelo acreditam que a efetividade do componente gramatical está ligada à semelhança entre sua organização e ao modo como se dá a produção lingüística do indivíduo, o que Dik (1997) chama de adequação psicológica. Sabemos que esta produção inicia-se com a intenção comunicativa e segue em direção descendente até a articulação. Tomando por base essa diretriz, uma implementação dinâmica da gramática é proposta, esta se inicia com a informação que provém do componente conceitual e se encerra com uma codificação fonológica a ser transmitida ao componente de saída (HENGVELD, MACKENZIE 2009).

Para a GDF, portanto, tudo se inicia com a intenção do falante, manifestada no componente conceitual, que vem passando pelos demais componentes até chegar à articulação. O modelo teórico em análise é um modelo que busca refletir o modelo do falante, isto é, o falante decide qual é seu propósito comunicativo, seleciona qual informação é mais adequada para alcançar este propósito, codifica tal informação gramatical e fonologicamente e por fim segue até a articulação. Segundo alguns estudos psicolinguísticos, essa é a forma pela qual se dá produção linguística, que é, portanto, um processo *top-down*, que começa com as intenções e termina com a articulação da expressão linguística (FONTES, 2012).

Apesar da evidente adequação psicológica do modelo em sua arquitetura *top-down*, é necessário deixar claro que isso não significa que este seja um modelo do falante, trata-se de uma gramática que tem como objetivo refletir em sua arquitetura evidências psicolinguísticas, levando em consideração que a implementação acima mencionada representa uma sequência de ações que o analista deve considerar em sua análise e que o objetivo é evidenciar as relações lógicas entre as camadas, os níveis e os componentes e não imitar a sequência da produção linguística em seu tempo real (MACKENZIE *apud* BUTLER, 1997). Observamos, logo, que ao evidenciar tais relações, a GDF foi organizada como um modelo descendente e hierárquico, uma vez que as decisões nos níveis e nas camadas superiores determinam e restringem as possibilidades nos níveis e nas camadas inferiores.

O componente gramatical iniciará o processo específico de formulação, no qual o material fornecido pelo componente conceitual será convertido primeiramente em uma representação pragmática de Movimentos, Atos e Subatos no Nível Interpessoal; em seguida, se converterá em uma representação semântica de Conteúdos Proposicionais, Episódios, Estado-de-coisas, Propriedades e Indivíduos no Nível Representacional; seguindo, ocorrerá a fase de codificação morfossintática, na qual o material dos dois primeiros níveis será convertido em uma representação morfossintática, a qual, por sua vez, fornecerá recursos para o processo de codificação fonológica que produzirá representações fonológicas do enunciado (BUTLER, 2013).

Na arquitetura da GDF, observa-se a existência de quatro níveis hierarquicamente organizados: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. Esses Níveis referem-se, respectivamente, aos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico da produção linguística. A

interação entre as dimensões sintática, semântica, pragmática e fonológica é o que define o arcabouço teórico da GDF (SOUZA, 2008).

A organização do referido modelo é fundamental para que a implementação dos dados da presente pesquisa possa ocorrer, uma vez que o modelo em questão separa os quatro níveis de análise acima mencionados, o que torna possível não apenas estudar cada um deles separadamente, mas também nos permite observar a interação entre eles por meio das interfaces que o modelo nos fornece (HENGEVELD *apud* QUINTERO 2013).

As relações entre os níveis são estabelecidas por meio de diferentes tipos de alinhamentos: no alinhamento Interpessoal, a morfossintaxe é governada amplamente por propriedades interpessoais; no alinhamento Representacional a morfossintaxe responde às funções semânticas; no alinhamento Morfossintático a organização morfossintática não é um reflexo direto da organização dos níveis anteriores, mas exhibe sua própria organização em termos de funções sintáticas (sujeito, objeto) de constituintes morfossintáticos, e/ou em termos de complexidade (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008).

Ao inserir os dados no modelo teórico acima, realizaremos o mapeamento dessas unidades em cada nível. O termo ‘mapeamento’, portanto, refere-se ao processo de codificação de unidades pragmáticas e semânticas ao convertê-las em unidades morfossintáticas e fonológicas. Ao observarmos, portanto, a organização morfossintática de determinada expressão fica claro que ela pode refletir características de um ou dos dois níveis anteriores; fica evidente, portanto, que o mapeamento de algumas unidades ocorre com base em informações fornecidas pelo Nível Interpessoal ou pelo Representacional e em outros casos requer informações fornecidas pelos dois Níveis (MOUTAOUAKIL, 2013). Podemos observar em (1) um exemplo em árabe que requer informações fornecidas pelos dois níveis:

- (1) *qad* *ēāda* Zaydun
 ENF voltar-PAS PERF.3SGM Zayd-NOM
 ‘Zayd realmente voltou’

A partícula *qad* realiza duas funções: uma característica Interpessoal (ênfase) e uma característica Representacional (passado perfeito). As relações de transparência

serão identificadas entre os níveis quando identificarmos um mapeamento de 1-para-1 de determinada unidade entre cada nível.

Os níveis apresentados dentro do Componente Gramatical (cf. esquema 3), quais sejam, Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, estão internamente organizados em camadas hierárquicas, que têm sua própria variável, são restringidas por um Núcleo e por Modificadores, e especificadas por meio de Operadores e Funções. De um modo geral, as camadas dos níveis são representadas da seguinte forma (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 14):

$$(2) \quad (\pi \ v_1: [\text{núcleo} (v_1)^\phi]: [\sigma (v_1)^\phi])^\phi$$

Em (2) v_1 representa a variável da camada em análise, que está restrita por um núcleo (possivelmente complexo) que toma a variável como seu argumento, que pode ser ainda restringida por um modificador σ . A camada pode ser especificada por um operador π e apresentar uma função ϕ . Os núcleos e os modificadores representam estratégias lexicais, já os operadores e as funções representam estratégias gramaticais. Operadores aplicam-se apenas à sua própria unidade, enquanto que as funções são de caráter relacional, estabelecendo relações entre a unidade toda e com outras unidades na mesma camada.

Nem todas as relações entre essas unidades, no entanto, são hierárquicas. Nos casos em que as unidades formam uma configuração não-hierárquica ou equipolente, elas são colocadas entre colchetes, conforme acima representado. O conteúdo entre os colchetes representa a relação entre um núcleo e seu argumento e um modificador e seu argumento.

Podemos reconhecer como unidade de análise o Movimento (M) que, segundo Hengeveld e Mackenzie é “uma contribuição autônoma para uma interação contínua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50), que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Estes, por sua vez, podem estabelecer uma relação de equipolência ou de dependência entre si. Em cada Ato encontraremos unidades não-hierárquicas: a Ilocução (F_1), os Participantes que podem ser o Falante (P_1) ou o ouvinte (P_2) e o Conteúdo Comunicado (C_1). Neste último encontraremos unidades hierarquicamente subordinadas aos Atos Discursivos: os Subatos, que podem ser de Atribuição (T_1) que representa a evocação de uma propriedade e de Referência (R_1) que evoca um referente. A organização do Nível Interpessoal apresenta a seguinte representação:

(3)

$(\pi M_1: [$	Movimento ²
$(\pi A_1: [$	Ato discursivo
$(\pi F_1: \text{ILL}(F_1): \Sigma(F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma(P_1))_S$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma(P_2))_A$	Ouvinte
$(\pi C_1: [$	Conteúdo comunicado
$(\pi T_1: [\dots] (T_1): \Sigma(T_1))_\Phi$	Subato de atribuição
$(\pi R_1: [\dots] (R_1): \Sigma(R_1))_\Phi$	Subato de referência
$] (C_1): \Sigma(C_1))_\Phi$	Conteúdo comunicado
$] (A_1): \Sigma(A_1))_\Phi$	Ato discursivo
$] (M_1): \Sigma(M_1))$	Movimento

Figura 3: Relações hierárquicas do Nível Interpessoal (adaptado de HENGVELD e MACKENZIE, 2008: 49)

O Nível Representacional tratará dos aspectos semânticos da produção linguística. Para Fontes (2012), o Nível Interpessoal é o responsável pela evocação enquanto o Representacional cuida da designação. Para o autor, o termo *semântica* está, nessa abordagem, restrito ‘aos meios pelos quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve’ (FONTES, 2012: 43-44).

Nesse Nível ocorre uma descrição das estruturas linguísticas em termos da denotação que fazem de uma determinada entidade. Por esta razão, a diferença entre as unidades desse nível se dá em termos do tipo da categoria denotada. A relação entre essas categorias é hierárquica, nela há: Conteúdos Proposicionais (p), episódios (ep), Estados-de-Coisas (e), Conceitos Situacionais. Os Conteúdos Proposicionais podem conter um ou mais (N) episódios (ep) os quais podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-Coisas (e), nas quais, por sua vez, pode haver um ou mais Conceitos Situacionais (s). Esta última noção constitui a descrição de um conjunto de Estados-de-Coisas possíveis, e foi postulada em Hengeveld (2011), substituindo a terminologia antes utilizada em Hengeveld; Mackenzie (2008), qual seja “Propriedade Configuracional” (STASSI-SÉ, 2012).

No Nível Representacional encontramos a seguinte representação:

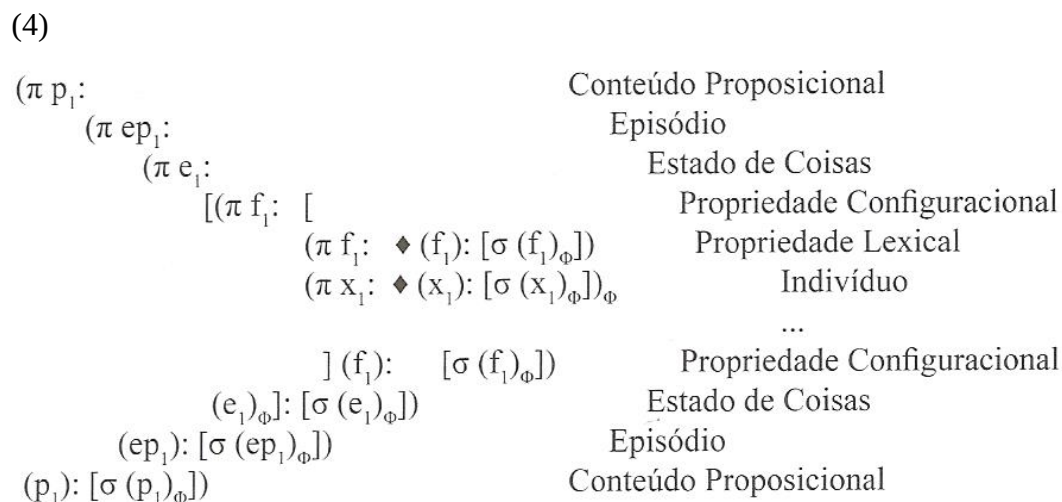


Figura 4: Relações hierárquicas do Nível Representacional (adaptado de HENGVELD e MACKENZIE, 2008: 140)

Os Níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pelas unidades formais. Encontramos no Nível Morfossintático as seguintes unidades: Expressões Linguísticas (Le_1), Orações (Cl_1), Sintagmas (Xp_1), Palavras (Xw_1), Raízes (Xs_1) e Afixos (Aff_1). As últimas três unidades podem ser de diferentes tipos, como Palavra Nominal (Nw) para unidades morfossintáticas reconhecidas como nome. Uma Expressão Linguística (Le_1) se refere a qualquer conjunto de uma ou mais unidades, que possuem as mesmas propriedades morfossintáticas, estas unidades podem ser: Orações, Frases ou Palavras. De acordo com Camacho (2012), a introdução da Expressão Linguística como a categoria mais alta cria a possibilidade de lidar diretamente com expressões não sentenciais.

Encontramos a seguinte representação para o Nível Morfossintático:

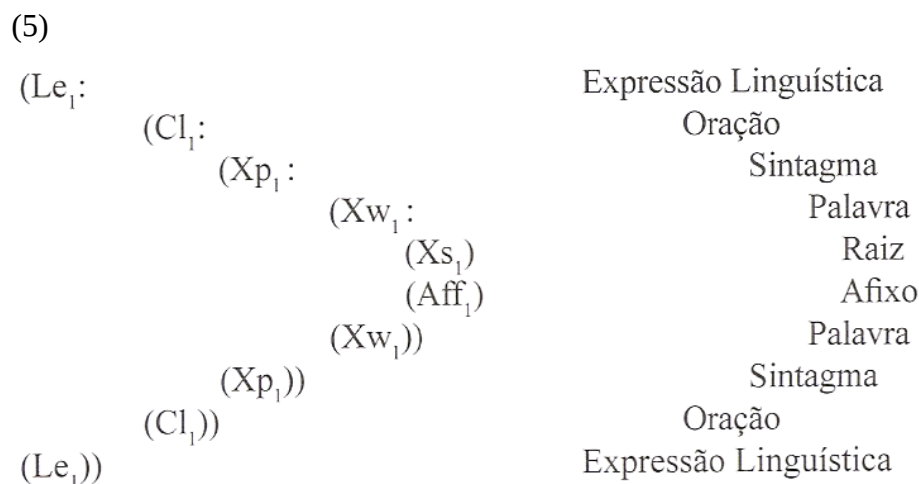


Figura 5: Relações hierárquicas do Nível Morfossintático (cf. HENGVELD; MACKENZIE, no prelo)

O Nível Fonológico, contém, por sua vez, as seguintes camadas:

(6)

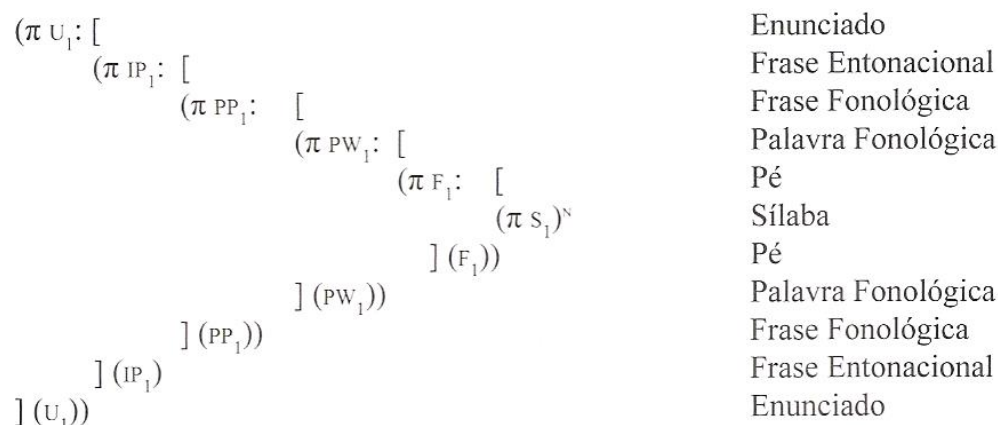


Figura 6: Relações hierárquicas do Nível Fonológico (adaptado de HENGVELD e MACKENZIE, 2008: 428)

No Nível Fonológico, encontramos o Enunciado (U_1) como o maior trecho de discurso abrangido por esse Nível. Com o objetivo de separar Enunciados de Sintagmas Entonacionais (IP_1) o Falante tenderá a usar pausas mais substanciais. Estas unidades caracterizam-se por conter um núcleo ou movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, essencial para a interpretação da unidade como um todo.

A Frase Fonológica (PP_1) pode corresponder a um Subato. Para as línguas que necessitam distingui-la, a Palavra Fonológica é um segmento da estrutura fonológica que exhibe pelo menos uma característica fonológica capaz de defini-la como Palavra Fonológica e, junto a outras Palavras Fonológicas, forma um Sintagma Fonológico. Essa característica pode estar associada ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. Por fim, as Palavras Fonológicas são divididas em Sílabas que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés. (STASSI-SÉ. 2012, p. 182-183)

Acreditamos que o modelo descendente e organizado em Níveis nos permitirá demonstrar as representações do sujeito pronominal em cada um dos respectivos Níveis, evidenciando as representações deste em cada Nível, ou seja, de que forma se realiza, ou não, na esfera pragmática, semântica, morfossintática e fonológica. Por meio desta implementação, poderemos estabelecer claramente as relações de um-para-um, um-para-dois ou um-para-zero, atestando ou não as relações transparentes a que este trabalho se dedica. Para o fenômeno por nós analisados, não haverá realizações relevantes no quarto Nível, no Fonológico, uma vez que suas realizações serão equivalentes às aquelas apresentadas pelo Nível Morfossintático. Por esse motivo não consideraremos este último Nível em nossa análise.

Faz-se necessário, agora, tecermos considerações a respeito da delimitação do termo *transparência*. Primeiramente apresentaremos o modo como o tema vem sendo tratado no campo da linguística e de que forma ele é abordado na GDF.

CAPÍTULO 2

TRANSPARÊNCIA

O termo *transparência* vem sendo abordado na literatura linguística há muito tempo, de modo que tem se mostrado presente em diversos estudos semânticos, morfológicos e fonológicos. A fim de realizarmos a análise a qual o presente trabalho se dedica, é de fundamental importância estabelecer de que forma o termo será abordado na execução deste trabalho.

Conforme veremos no decorrer deste capítulo, a noção de transparência está diretamente ligada à relação equipolente entre forma e significado, ou seja, se uma forma linguística codificada possuir um significado existirá uma relação de 1-para-1, ocasionando uma relação perfeita, bijetiva e, portanto, transparente. Essa relação demonstra uma combinação ideal entre forma e função, o que pode parecer uma combinação *simples*, e tem levantado uma outra questão igualmente importante a respeito do tema: esclarecer a confusão que tem norteador a oposição entre *transparência* x *opacidade* e *simplicidade* x *complexidade*.

É de fundamental importância para a realização deste apresentar as concepções de transparência nas diversas áreas da linguística e estabelecer claramente as sensíveis delimitações que diferenciam as oposições acima especificadas. Encontraremos nesta seção a seguinte organização: na primeira parte apresentaremos como o termo *transparência* vem sendo definido nas diferentes áreas da linguística; na segunda parte abordaremos a concepção do tema tomando por base o estabelecido pela GDF, definição na qual nos basearemos com vistas a realizar as análises propostas; na terceira parte, mostraremos de que forma esse termo difere da definição de simplicidade.

2.1 Transparência: um panorama geral

O termo transparência tem sido bastante estudado na linguística em seus mais diversos ramos e como tal tem apresentado diversas definições. Apresentaremos nesta seção considerações a respeito de transparência semântica, como a transparência é abordada em áreas como a aquisição da linguagem, a morfologia e a fonologia. Em

seguida apresentaremos a concepção que adotaremos para atingir os objetivos do presente trabalho.

Seuren e Wekker (1986 *apud* LEUFKENS, 2013), em seu estudo a respeito de crioulos, elaboraram a hipótese da *transparência semântica*, que abrange, em princípio, a ideia de que as línguas crioulas são mais transparentes que outras línguas. Esta transparência seria, para os autores, uma consequência das circunstâncias das quais os crioulos surgiram. O conceito de transparência semântica apresentado pelos autores envolve a maximização de vários princípios, dentre eles a uniformidade de tratamento de categorias semânticas, entendida como o princípio de 1-para-1 entre significado e forma e o processamento mínimo, que se trata de uma quantidade mínima de regras particulares em uma língua. Esta noção de transparência semântica envolve mais que uma relação de 1-para-1 entre significado e forma, envolve uma quantidade processual mínima e uma quantidade mínima de regras particulares de uma língua. A relação de 1-para-1, portanto, seria apenas parte da chamada transparência semântica.

Por outro lado, McWhorter (2001) e Kihm (2000) dão à transparência semântica uma definição diferente, que se liga a noção de atomicidade semântica. De acordo com essa visão, um único lexema pode englobar mais de um átomo semântico, trata-se do grau no qual átomos semânticos se expressam como itens lexicais separados ao invés de equivalentes unitários. Se um determinado lexema unificar vários átomos semânticos, a palavra em questão é não-transparente ou opaca. Observemos o lexema *fetch* em inglês, por exemplo, que significa “ir buscar”, “mandar vir”, que é um equivalente unitário de três átomos semânticos distintos: *go* (ir) , *take* (pegar) e *come* (vir) (McWhorter, 2001), conforme o exemplo abaixo:

(7) Let's **fetch** a priest.

Vamos buscar um padre.

O verbo **fetch** (buscar) englobaria de acordo com o que os autores apresentam, três átomos semânticos distintos: *ir* até onde o padre está, *pegá-lo* e *voltar* ao local de origem, fazendo deste lexema opaco, pois há uma forma para três átomos semânticos distintos.

A questão da transparência semântica é também abordada na área de aquisição da linguagem, por Clark e Hetch (*apud* DERWING e BAKER, 1986) ao lidarem com o

emprego produtivo de regras derivacionais a partir de diferentes sufixos. Para os autores, a transparência semântica seria um dos princípios que regulam tais regras e como tal preconiza que durante a aquisição da linguagem cada nova forma é primeiramente usada com apenas um significado.

Ao analisar transparência e opacidade em expressões cristalizadas no português brasileiro, Vale (1999) primeiramente compreende que a transparência seria uma maior proximidade ao se calcular o significado dos componentes de uma expressão cristalizada e seu significado total. No desenvolver de sua análise, o autor complementa sua definição ao afirmar que estabelecer uma relação entre o significado da expressão em questão e o percurso cognitivo necessário ao falante para chegar a seu significado se faz igualmente necessário para que a transparência semântica possa ser definida.

Em seus estudos acerca de expressões idiomáticas, Numberg, Sag e Wason (1994 *apud* Gazzana, 2008) desenvolveram uma tipologia para classificar as expressões idiomáticas em transparentes ou opacas. Em sua concepção, uma expressão é transparente sempre que uma correspondência entre o significado literal e o figurado de seus constituintes for estabelecida.

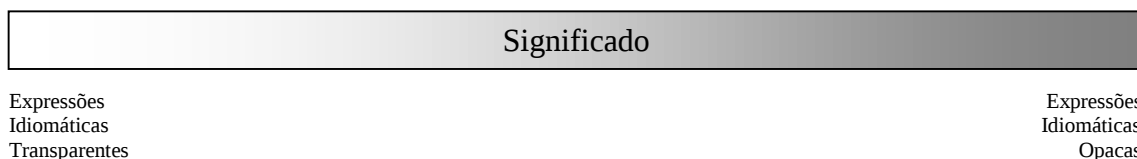


Figura 7: Transparência e opacidade semântica das expressões idiomáticas (cf GAZZANA, 2008)

Nesse contínuo, infere-se que uma expressão não está condicionada a ser totalmente transparente ou opaca. Há graus de transparência e opacidade que permeiam o significado de uma expressão idiomática. Cruse (1986 *apud* Gazzana, 2008) afirma que a transparência é apenas uma das extremidades nessa escala acima ilustrada, podendo existir diferentes graus de semi-opacidade. O autor afirma que a transparência equivaleria à ‘limpeza’, enquanto que a opacidade, por sua vez, diria respeito à ‘sujeira’. Conclui-se, portanto, que transparência semântica é um conceito gradual, que apresenta em suas extremidades opacidade total e transparência total (BRAUN & PLAG, 2002).

Ao trabalhar com aquisição da linguagem, Slobin (1977) afirma que o falante de qualquer língua busca clareza, eficiência, efetividade e uma razoável rapidez ao se expressar, ao passo que o ouvinte deseja captar uma mensagem clara e informativa e deseja fazê-lo rápida e eficientemente. Para que essa troca ocorra, o autor acredita que

há quatro princípios, ou exigências, que tornam um sistema comunicativo capaz de atender os objetivos do falante e do ouvinte, acima detalhados: ser claro; ser humanamente processável ao longo do tempo; ser rápido e fácil; ser expressivo. A primeira exigência diz que as estruturas superficiais da língua não devem diferir excessivamente da estrutura semântica que as permeia, que a língua tem a tendência de manter um mapeamento de 1-para-1 entre a estrutura semântica interna e a forma na superfície, com o intuito de torná-las facilmente captáveis pelo ouvinte. Para o autor, ao apresentar essa característica de ‘ser clara’ a língua busca a transparência semântica.

Na morfologia nota-se que o termo em análise está igualmente atrelado à relação existente entre significado e forma, ‘transparência é o ponto no qual há uma correspondência clara entre significado e forma. O ponto no qual o relacionamento entre os dois é obscuro, a construção é denominada opaca.’ (BAUER, 2003: .256).²

Na área de terminologia, a transparência surge como um dos fatores que condiciona o emprego de relações polissêmicas no interior de uma determinada língua.

Essa transparência constitui muitas vezes uma consequência do caráter onomasiológico da terminologia, que determina que uma grande parte dos termos em uma língua de especialidade seja constituída pelo processo da formação sintagmática, resultante da lexicalização de segmentos frásicos. Essas formações, que recebem diferentes designações (lexias complexas, termos-sintagmas, sinapsias...) são em geral transparentes, ou seja, apresentam um conceito claro, facilmente interpretável por causa da junção de seus elementos constituintes. (ALVES, 2000, p. 269)

Encontra-se o termo em questão presente em abordagens fonológicas, como em Veloso (2005), que abordou a relação de transparência entre os segmentos fonológicos e os símbolos gráficos utilizados na escrita daqueles segmentos. Para o autor, uma língua apresenta escrita fonemicamente transparente se existir uma correspondência regular, sistemática e biunívoca entre os símbolos gráficos e seus segmentos fonológicos. A escrita opaca se apresentaria quando existisse um afastamento nessa correspondência.

A noção de transparência refere-se à relação entre o significado e a palavra, baseia-se na relação de referência entre palavra e coisa, ‘vai na direção da concepção de que língua existe para falarmos do mundo, de que ela é o como os membros da comunidade comunicam entre si, verbal ou gestualmente’. (COUTO e MELLO, 2009, p.72)

² transparency is the extent to which there is a clear match of meaning and form. To the extent that the relationship between the two is obscured, the construction is said to be opaque. (BAUER, 2003, p.256).
Tradução livre

Na próxima seção veremos como essa relação entre o mundo e o que dizemos dele se realiza dentro do modelo teórico da GDF.

2.2 Transparência na GDF

Hengeveld (2011a) considera que transparência é a relação de 1-para-1 entre significado e forma. Observemos o exemplo abaixo:

(8) **Assei** um bolo.

O verbo ‘assar’ em destaque, apresenta a afixação verbal característica da primeira pessoa do singular. Essa afixação indica que o sujeito, apesar de não expresso pronominalmente, se trata da primeira pessoa do singular. A marcação verbal, portanto, na esfera morfossintática é representada na esfera pragmática (Nível Interpessoal) por um Subato Referencial, que no caso se refere ao próprio falante da interação e na esfera semântica (Nível Representacional) um Indivíduo trazendo a marcação de número, no caso, singular. Observamos, portanto, que há uma unidade no Nível Interpessoal, o Subato Referencial, uma unidade no Nível Representacional, o Indivíduo, e uma unidade no Nível Morfossintático, o afixo verbal. Este tipo de relação apresenta uma unidade em cada nível, ocasionando, portanto, uma relação transparente.

Na opinião do autor, a definição desse termo está diretamente ligada à implementação dos dados analisados em um modelo teórico que permita que a visualização de tal relação se faça possível e considera que a Gramática Discursivo-Funcional é um modelo que cumpre esse papel. A fim de demonstrar as relações entre forma e função, o autor exhibe as relações estabelecidas entre os quatro Níveis da GDF, Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, a respeito dos quais explanaremos na próxima seção.

Hengeveld (2011a) acredita que as relações de transparência ou de opacidade podem ser obtidas a partir da representação desse modelo teórico. Para ele, essas relações podem ser obtidas de duas formas: entre os quatro Níveis acima citados e dentro dos dois Níveis de codificação, o Morfossintático e o Fonológico. O autor apresenta uma série de fenômenos linguísticos que contribuem para um maior grau de transparência de determinada língua, e os apresenta por meio das relações acima citadas.

As relações entre os quatro Níveis podem se dar de três modos:

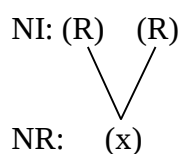
- a. Interpessoal-Representacional;
- b. Interpessoal/Representacional-Morfossintático;
- c. Interpessoal/Representacional/Morfossintático-Fonológico.

Com relação à primeira relação, entre os Níveis Interpessoal e Representacional, o autor apresenta dois fenômenos: a ausência de aposição e ausência de limitações a respeito de quais unidades semânticas podem ser escolhidas como predicados. O primeiro caso se refere a casos em que mais de uma unidade no Nível Interpessoal que corresponde a uma única unidade semântica, apresentando, portanto, uma relação de 2-para-1, ou seja, duas unidades no Nível Interpessoal para uma unidade no Nível Representacional. O autor apresenta o exemplo do Crioulo do Sri Lanka:

- (9) Mr Sebastian aada, se aada kitham duuva arà-oomong.
 Mr Sebastian exist 1.SG exist 1.PL dois NON.PAS-falar
 “Você está aqui, eu estou aqui, nós dois estamos falando.”

Nesse caso duas unidades se referem à mesma entidade no Nível Representacional: *kitham* e *duuva*. O primeiro se refere à primeira pessoa do plural e o segundo ao numeral dois, ou seja, ambas se referem à uma única categoria semântica, pois as duas trazem a marcação de número, no caso plural, apresentando, portanto, uma relação de 2-para-1, portanto uma relação opaca.

Teríamos para (9) a seguinte representação, nos quais (R) corresponde ao Subato Referencial e (x) ao indivíduo:



O segundo fenômeno se refere à predicação, que na GDF se configura como Subato de Atribuição. Esperava-se que qualquer categoria semântica pudesse ser convertida em uma predicação, contudo não é o que ocorre na maioria das línguas, como o holandês, por exemplo. O autor ilustra esse caso dizendo que no Holandês, na língua em questão o lexema “homem” (*man*) não pode ser utilizado igualmente como Subato de Referência em uma sentença e como Subato de Atribuição em outra, ou seja, o lexema utilizado para se referir a “homem” em “o homem veio” e “Deus se tornou homem” não seria o mesmo. Certas categorias semânticas não podem, portanto, ser usadas em certas funções Interpessoais, o que também acarreta opacidade.

Quanto à relação dos dois primeiros níveis com o Nível Morfossintático, o autor apresenta três fenômenos: a ausência de relações gramaticais, a ausência de descontinuidade e a marcação de função não sensível à natureza do estímulo.

O primeiro caso determina que um alinhamento transparente sempre expressa unidades pragmáticas/ semânticas do mesmo modo, independentemente de sua função sintática. O autor ilustra esse caso com um exemplo da língua Acehnese que apresenta unidades que se referem à função semântica de Agente expressas por um proclítico e Pacientes por um enclítico, independentemente de suas funções sintáticas. O que não ocorre no Inglês e nem no Português Brasileiro, nas quais a distinção entre Agentes e Pacientes é neutralizada pela aplicação da relação gramatical de Sujeito. Em sentenças como “eu faço” e “eu estou feliz”, em que há, respectivamente, um agente e um paciente, apresentam-se construções que desconsideram as diferentes unidades semânticas representadas pelo lexema “eu” nos dois casos. Esse alinhamento que permite que uma unidade semântica/pragmática possa receber diferentes expressões na configuração sintática, ou que diferentes unidades semânticas/ pragmáticas recebam a mesma expressão na configuração sintática configuram casos de opacidade.

A descontinuidade é apontada pelo autor como um dos fatores que ocasionam a opacidade. A transparência seria atestada quando a configuração fosse contínua, ou seja, o que faz parte de uma mesma unidade seria expresso em uma mesma unidade, um constituinte semântico, por exemplo, não poderia ser interrompido por uma sentença verbal. O autor apresenta o exemplo de uma oração relativa em Inglês:

(10) The guy has arrived who is going to fix my lock.

O homem chegou que vai consertar minha fechadura.

Neste caso o constituinte semântico “o homem que vai consertar minha fechadura” é interrompido pelo componente verbal “chegou”, ocasionando uma situação opaca, já que caracteriza a descontinuidade apontada pelo autor. A unidade semântica é desmembrada em dois blocos, isso traz a opacidade.

O terceiro caso se refere à marcação de função não sensível à natureza do estímulo. Hengeveld (2011a) afirma que uma língua é transparente à medida que uma determinada função sempre apresentar uma mesma marcação, independentemente da natureza de seus constituintes. O autor apresenta um exemplo da língua *Nama* na qual a função semântica de Paciente recebe o marcador =à que é acrescentado a sintagmas

nominais (doravante SNs) e a orações (HAGMAN, 1977: 54, 138 *apud* HENGVELD, 2011a: 14):

- (11) l'ĩp ke 'áop=à kè †aí.
 3.SG.M DECL homem=ACC REM.PAST chamar
 'Ele chamou o homem.'
- (12) Siíxmx ke kè lnàú l'ííp kò !úu
 1.PL.M.DU DECL REM.PAST hear 3.SG.M REC.PAST go
 !xáís=à .
 COMP=ACC
 'Nós ouvimos que ele tinha acabado de sair.'

Observamos que o mesmo marcador é acrescentado ao SN “homem” em (11) e à oração “tinha acabado de sair” em (12). Podemos perceber que, independentemente da constituição interna das unidades (SN ou orações) a função semântica de Paciente é igualmente marcada em ambas as unidades. Para o autor as línguas transparentes fazem uso de marcação de frases e não marcação de núcleo. Para ilustrar o fenômeno o autor cita um exemplo do Finlandês (SULKALA e KARJALAINEN, 1992: 212 *apud* HENGVELD, 2011a: 14) como uma língua que apresenta a segunda marcação:

- (13) Varas ott-i-ø lompako-n.
 thief take-IMPF-3.SG wallet-ACC
 “O ladrão pegou a carteira”
- (14) Sairas valitt-i-ø että kurkku on kipeä.
 patient complain-IMPF-3.SG COMP throat COP.3.SG sore
 “Um paciente reclamou que sua garganta estava doendo”

O núcleo do SN “carteira” em (13) é marcado por um sufixo acusativo *-n*, já a oração “que sua garganta estava doendo” que também exerce a função semântica de Paciente, não recebe nenhuma marcação, o que representa uma relação opaca, pois o Paciente na esfera semântica pode codificar-se de duas maneiras distintas na esfera

morfossintática: com marcação no SN e sem marcação na oração, o que ocasiona um caso de opacidade.

Com relação à terceira relação apresentada pelo autor, aquela que ocorre entre os Níveis Interpessoal/Representacional/Morfossintático-Fonológico, ele apresenta dois fenômenos: frases fonológicas e morfossintáticas ocorrendo paralelamente e o peso fonológico não influenciando a posição morfossintática.

Para que uma determinada língua seja transparente, ela deve apresentar uma relação de 1-para-1 entre as unidades morfossintáticas e as unidades fonológicas. A fim de ilustrar esta situação, Hengeveld (2011a) apresenta o exemplo do Acehnese (DURIE, 1985 *apud* HENGVELD, 2011a: 15 -16). Nesta língua, cada Lexema corresponde a uma Palavra Fonológica e cada Frase Morfossintática corresponde a uma Frase Fonológica. Suas Palavras Fonológicas caracterizam-se por apresentar a palavra tônica de uma frase realizando tal tonicidade em sua posição final. As Frases Fonológicas nesta língua se caracterizam por apresentar apenas uma palavra tônica e pelo fato de poderem ser separadas de outras frases por uma pausa, conforme o exemplo abaixo:

- (15) Ureueng='nyan ka=geu=jak='woe ba'roe.
 pessoa=DEM INCH=3=ir=voltar ontem
 'Aquela pessoa voltou ontem'

Existe, no exemplo acima um mapeamento de 1-para-1 entre a Frase Nominal *Ureueng='nyan* (aquela pessoa), a Frase Verbal *ka=geu=jak='woe* (voltou) e a Frase Adverbial *ba'roe* (ontem), todas unidades realizadas no Nível Morfossintático e as três Frases Fonológicas que as representam no Nível Fonológico, dando a esta língua um caráter transparente neste aspecto.

Em contrapartida, o autor cita o Holandês como uma língua que não apresenta tal característica e para ilustrar tal situação observemos o exemplo:

- (16) Ik wou dat hij kwam.
 eu querer.PST COMP ele vir.PST
 'Eu queria que ele viesse.'

O fraseamento fonológico deste exemplo possui a seguinte representação no Nível Fonológico:

- (17) (P*P*_i: (P*W*_i: -*kvau*-(P*W*_i)) (P*P*_i)) (P*P*_j: [(P*W*_j: -*dati*-(P*W*_j)) (P*W*_k: -*kvam*-(P*W*_k))]
(P*P*_j))

Pela representação no Nível Fonológico podemos observar que a Frase Nominal *Ik* (eu) e a Frase Verbal *wou* (quero), sujeito e verbo respectivamente formam uma só Palavra Fonológica: *kva u*. O mesmo acontecendo com a conjunção *dat* (que) e o sujeito subordinado *hij* (ele) que se realizam também em apenas uma unidade no Nível Fonológico: *dati*, o que nos leva a uma relação de 2-para-1 entre os Níveis Morfossintático e Fonológico, dando ao holandês uma característica mais opaca nessa relação.

O segundo fenômeno apresentado entre os Níveis Interpessoal/Representacional/Morfossintático e o Fonológico é o peso fonológico influenciando posições morfossintáticas. Para o autor é um fenômeno comum e sua ocorrência leva a língua em questão a apresentar um maior grau de opacidade. A fim de ilustrar tal situação apresenta o exemplo da posição da unidade semântica *Paciente* em espanhol. Quando expresso por um clítico, o Paciente virá antes do verbo, conforme o exemplo abaixo:

- (18) Lo=ví.
3.SG.ACC=ver.PR.F.PST.IND.3.SG
O ví.

Caso o paciente se apresente como uma frase lexical será expressa após o verbo:

- (19) Ví a tu vecino.
see.PRF.PST.IND.3.SG U 2.SG.POSS neighbour
'Vi seu vizinho.'

Essa característica do Espanhol o leva a apresentar um certo grau de opacidade no que se refere à posição que do Paciente na oração. O Paciente ora se apresenta antes do verbo, ora após ele, posição motivada pelo peso fonológico que vier a apresentar, ou

seja, sempre que for um clítico, será inicial, sempre que for uma frase lexical será após o verbo.

Esses fenômenos, conforme dito anteriormente, se referem à relação entre os quatro níveis da GDF. Hengeveld (2011a) nos aponta fenômenos que ocorrem dentro dos dois níveis de codificação da teoria: o Morfossintático e o Fonológico. De acordo com o autor, ocorre dentro destes níveis uma série de operações que adicionam elementos às estruturas construídas com base no material disponibilizado pelos Níveis anteriores, o Interpessoal e o Representacional. Essas operações não se representam nos níveis anteriores e por isso apresentam forma mas não apresentam significado e isso, evidentemente, contribui para o maior grau de opacidade de uma língua. No Nível Morfossintático, seis fenômenos são apresentados: a ausência de elementos expletivos; ausência de cópia do tempo verbal; ausência de alçamento; ausência de gênero, declinação e conjugação gramatical; ausência de concordância e ausência de morfologia fusional.

Em algumas línguas há a inserção de um elemento expletivo, um *dummy*, que ocupa posições que são obrigatoriamente preenchidas numa determinada língua mas que não apresentam qualquer material Interpessoal ou Representacional disponíveis. O Inglês é uma língua que apresenta a existência de tais elementos.

- (20) **It** is raining.
Está chovendo.

Em (20) o pronome *it*, que desempenha a função de sujeito, é um elemento *dummy*, pois preenche a função de sujeito, obrigatoriamente preenchida em Inglês mas não apresenta qualquer representante nos níveis anteriores. Vejamos outro exemplo:

- (21) **There is** a lot of money.
Há muito dinheiro.

Há nesse exemplo a existência de dois elementos *dummies*: *there* que indica a ausência de um predicado e *is* que é o verbo “ser” conjugado no presente e como tal carregando a especificação de tempo. Uma língua que não apresentasse tais elementos seria, certamente, mais transparente, como o caso do Tagalo ou Filipino (SCHACHTER E OTANES, 1972 *apud* HENGEVELD, 2011a: 17), conforme ilustrado em seguida:

- (22) Marami-ng pera.
lot-LNK money
'Muito dinheiro.'

Esse exemplo se trata de uma construção existencial em Tagalo e consiste em nomear o objeto existente sem a utilização dos elementos expletivos, o que configura uma relação transparente.

Conforme pudemos observar, a existência desses elementos contribui para uma maior opacidade na língua na qual eles ocorrem e o Inglês, uma das línguas analisadas nesse trabalho, é uma delas. Esse fenômeno, portanto, será de grande relevância para a realização de nossas análises.

O segundo fenômeno apresentado pelo autor é a ausência de cópia de tempo verbal. É importante observar que essa cópia verbal se trata da mudança nos tempos verbais que ocorre em certas línguas ao realizarem o discurso indireto. Em algumas línguas o tempo utilizado no verbo encaixado no discurso indireto é o mesmo tempo utilizado pelo falante original, conforme ocorre em Amele ou Amale (ROBERTS, 1987 *apud* HENGVELD, 2011a, 17), ilustrado em (15):

- (23) Naus uqa ege [qila bele-q-an fo=ec] sisil-t-en.
Naus he I today go-1.PL-FUT Q=NMLZ ask-1.SG/3.SG-REM.PST
'Naus me perguntou se nós iremos hoje.'

O tempo futuro que foi expresso originalmente pelo falante está retido na oração encaixada, conforme podemos observar pela representação acima ilustrada. Esse exemplo, portanto, seria transparente. Outras línguas, no entanto, aplicam uma regra de sequência de tempos ou cópia de tempos, como a tradução da sentença acima realizada para o Português Brasileiro, ou a sua correspondente sentença em Inglês, ilustrada em (24):

- (24) Naus asked me if we would go today.
Naus me perguntou se nós iríamos hoje.

Esses casos apresentam uma situação com maior grau de opacidade do que as línguas em que o tempo expresso pelo falante é reapresentado no discurso indireto, pois

a unidade verbal expressa pelo condicional *would* em (24) apresenta tal tempo porque foi utilizada no futuro simples *will* no discurso original, ilustrada pela seguinte representação apresentada por Hengeveld (2011a):

ML: Tense sub $\rightarrow$ Tense main + Tense sub

O alçamento é outro fenômeno realizado no Nível Morfossintático. Esse fenômeno ocorre quando o sujeito de uma oração subordinada é alçado e agirá como o sujeito ou o objeto do verbo principal. Hengeveld (2011a) afirma que o alçamento leva à descontinuidade e consequentemente à opacidade, ilustrando da seguinte maneira:

- (25) Los profesor-es parec-en ser inteligentes.
 DEF.PL.M professor-PL parecer-PRES.IND.3.PL COP.INF intelligent-PL
 ‘Os professores parecem ser inteligentes’

Esse exemplo do Espanhol apresenta o fenômeno do alçamento e como tal representa uma relação opaca por levar à descontinuidade, pois a Oração é expressa por uma Frase Nominal (os professores) e uma Oração (parecem ser inteligentes), conforme a seguinte representação:

ML: Clause $\rightarrow$ NP + Clause

O quarto fenômeno apresentado é a conjugação, a declinação e o gênero gramatical. Se uma determinada língua apresenta em sua organização de classes de palavras divisões de gêneros, declinações e conjugações de classes há, consequentemente, uma subdivisão arbitrária de palavras, subdivisão esta que não apresenta qualquer correspondência entre a função e a forma de tais palavras. Em PB, por exemplo, as palavras como *vida*, *casa*, *informação* são palavras do gênero feminino e não apresentam qualquer motivação funcional para tal, enquanto que palavras como *computador*, *mar*, *quintal* são classificadas como masculinas. Esta classificação leva a uma situação não-transparente ou opaca, conforme a representação abaixo apresentada:

ML: classes de palavra $\rightarrow$ subclasses de palavras

A ausência de concordância é outro fator que contribui para aumentar o grau de transparência de determinada língua. Sempre que uma língua exibir a cópia de uma determinada característica de determinada palavra para outro constituinte ela exibirá uma dupla marcação e formas múltiplas para o mesmo significado. Hengeveld (2011a) apresenta dois exemplos do Espanhol para ilustrar essa situação.

- (26) *la-∅* *casa-∅* *viej-a-∅*
 DEF.F-SG casa(F)-SG velha-F-SG
 ‘a casa velha’

- (27) *el* *árbol-∅* *viej-o-∅*
 DEF.M-SG tree(M)-SG old-M-SG
 ‘a árvore velha’

O autor apresenta um substantivo feminino e um masculino, *casa* e *árbol* respectivamente, e demonstra de que forma os artigos *la* e *el* e os adjetivos *vieja* e *viejo* concordam com o gênero dos respectivos substantivos. O PB apresenta características semelhantes ao Espanhol nesse aspecto, uma vez que substantivos não-animados apresentam gêneros masculino e feminino nesta língua:

- (28) *a* *casa- ∅* *suja-a- ∅*
 DEF.F-SG casa(F)-SG suja-F-SG
- (29) *o* *quintal - ∅* *sujo-o- ∅*
 DEF.M-SG quintal(M)-SG sujo-M-SG

O artigo e o adjetivo exibem duas formas diferentes: *o* e *a*; *sujo* e *suja*, as quais não apresentam uma diferença em significado, o que leva a uma única característica apresentar mais de uma representação, o que ocasiona uma maior opacidade à língua em análise nesse aspecto.

Em Inglês, por outro lado, encontramos duas características importantes: os substantivos não-animados não apresentam gênero masculino ou feminino e os artigos e adjetivos não apresentam flexão, nem para masculino ou feminino e nem para plural. Os

artigos indefinidos *a* e *an* só são utilizados no singular e o definido *the* apresenta a mesma forma para substantivos no singular ou no plural:

(30) *a horse*
'Um cavalo.'

(31) *an egg*
'Um ovo.'

(32) *the house*
'A casa.'

(33) *the houses*
'As casas.'

(34) *the man*
'O homem.'

(35) *the woman*
'A mulher.'

Observamos em (30) e (31) que os artigos indefinidos *a* e *an* são utilizados no singular apenas, já que não apresentam forma para o plural. Uma característica interessante é que eles combinam com características fonológicas do substantivo, assim, se este se iniciar por um som consonantal, como em *horse* utiliza-se a forma *a*, se se iniciar com um som vocálico utiliza-se a forma *an*. O artigo definido apresenta uma só forma para masculino *man*, feminino *woman*, singular *house* e plural *houses*, ou seja, a marcação de gênero em (34) e (35) só ocorre na Palavra Nominal, no caso *man* e *woman*, não ocorrendo a marcação no artigo *the*. Da mesma forma que a marcação de singular e plural também só ocorrem nestas unidades, o que demonstra uma característica mais transparente dessa língua.

Os adjetivos em Inglês apresentam o mesmo comportamento dos artigos, uma vez que não apresentam marcas de gênero ou número, conforme ilustrado abaixo:

- (36) a tall girl
‘Uma menina alta.’
- (37) some tall girls
‘Algumas meninas altas.’

Observamos que o adjetivo *tall* se apresenta da mesma forma para o substantivo no plural ou no singular, demonstrando novamente que nesse aspecto o Inglês demonstra uma característica mais transparente, uma vez que uma característica (o plural) apresenta apenas uma marcação.

O último fenômeno apresentado dentro do Nível Morfossintático é a morfologia fusional. Nesse fenômeno dois ou mais aspectos do significado são expressos em uma única forma misturada o que dá à língua um caráter mais opaco. Esse fato pode ocorrer de duas formas: mudança de raiz e acumulação (*cumulation*). No primeiro caso, a raiz de um lexema apresentará uma forma diferente em diferentes circunstâncias morfológicas. Para ilustrar esse caso Hengeveld traz um exemplo do Wambon (DEVRIES, 1989 *apud* HENGEVELD, 2011a: 19):

- | | | | |
|------|--------------------|-----------------------------|--------------------|
| (38) | en- | ande- | na |
| | comer(raiz básica) | comer(PAST/FUT/IMP.PL raiz) | comer(IMP.SG raiz) |

Podemos ver que a raiz do verbo “comer” apresenta formas diferentes nas diferentes circunstâncias acima apresentadas: *en* como a raiz da forma básica do verbo comer; *ande* será a raiz do mesmo verbo no passado, futuro, imperativo plural e a forma *na* será a raiz do imperativo singular.

No caso da acumulação, ocorrerá a expressão simultânea de múltiplos significados gramaticais em um único morfema, como no morfema *–é* em Espanhol que expressará ao mesmo tempo noções indicativa, passado, perfectiva, de primeira pessoa e singular, conforme o exemplo abaixo:

- (39) compr-é.
comprar-IND.PAST.PF.1.SG
‘Comprei.’

Finalmente o autor apresenta um número de operações que adicionam elementos ou características à estrutura que foi construída com base no material disponibilizado pelos Níveis anteriores. Isso ocorre quando a aplicação de regras fonológicas ocorrem para adaptar um morfema subjacente a seu ambiente fonológico. Como as representações em tal Nível não serão relevantes às análises dos fenômenos relevantes a este trabalho, apenas citaremos os casos e ilustraremos cada um com um exemplo, sem a apresentação de maiores detalhes, de acordo com a apresentação realizada por Hengeveld (2011a):

(40) *tayta-n=paq* ‘pai-3.POSS=PURP’ ‘para o pai dele’ → *taytampaq*

(41) *dormir* ‘dormir’ *duerme* ‘dorme’

(42) *pakkans* ‘chance de ser pego’ → *pakans*

(43) *gel-miş* ‘vir-RES’, *gör-müş* ‘ver-RES’

Em (40) há a assimilação nasal em Quechua; em (41) a ditongação em Espanhol; em (42) a degeminação em Holandês; em (43) a harmonia vocálica em Turco. Todos esses casos apresentam uma relação obscura entre o significado e a forma, e consequentemente mais opacidade.

Outra definição interessante do termo transparência foi apresentada por Kusters (2003) em seu trabalho a respeito de complexidade linguística. Ao examinar os aspectos da flexão verbal, apresenta o Princípio da Transparência como um dos princípios universais que trata desse tipo de flexão. Segundo o autor, maior transparência é alcançada quando cada significado unitário é expressado em uma forma separada. A transparência é reduzida quando as palavras se afastam desse ideal. Há quatro formas de afastamentos, pois vários significados podem ser expressos em uma forma e isso pode acontecer nas dimensões sintagmática ou paradigmática resultando, portanto, em fusão, fissão, alomorfia e homonímia. O autor também relembra outras denominações que o Princípio da Transparência recebeu em outros trabalhos: a transparência semântica (SEUREN E WEKKER, 1986 *apud* KUSTERS 2003: 21), o princípio-de-um-para-um

(ANDERSEN, 1984 *apud* KUSTERS 2003: 21) e a tipologia morfológica de Humboldt (1986 *apud* KUSTERS 2003: 21).

Kusters (2003) assume que uma relação de 1-para-1 entre significado e forma seja o modo ideal de se caracterizar a transparência. Para o autor, os expoentes das noções semânticas recebem uma forma e uma posição definida na palavra morfológica e a noção de transparência está atrelada ao modo como tais noções são expressas em tal palavra. (KUSTERS, 2003).

Após as considerações apresentadas, a fim de atender aos propósitos do presente trabalho, definiremos transparência como a equivalência ideal entre o significado e a forma, uma relação igualitária entre a noção semântica, o significado e a forma pela qual tal noção se manifesta. A relação de transparência se estabelece à medida que uma noção semântica se manifeste em uma forma apenas, que pode ser um morfema, uma palavra ou uma unidade linguística (LEUFKENS, 2013), ou seja, a relação de 1-para-1 (um significado para uma forma) é uma relação transparente (HENGEVELD, 2011a), ao passo que qualquer relação que não estabeleça tal equivalência será considerada não-transparente ou opaca. Há em alguns casos a relação de uma unidade semântica para duas formas, relação de 1-para-2, como no exemplo da descontinuidade anteriormente apresentado (HENGEVELD, 2011a) ou de nenhuma unidade semântica para uma forma, relação de 0-para-1, como ocorre nos elementos expletivos, também apresentados anteriormente.

Na esfera funcionalista, entende-se que a língua é primordialmente um instrumento de interação social entre os seres humanos. Ao pensar de um modo exato, poderíamos supor que, para atender tal propósito de maneira ideal, ela deveria apresentar uma relação perfeita, de um-para-um entre o significado e a forma, ou seja, ser um instrumento transparente. No entanto, sabemos que a língua não é uma ciência exata que se condicione ao logicamente ideal e, por essa razão, encontramos várias estruturas nas línguas do mundo que violam tal princípio, por isso chamadas não-transparentes ou opacas. Uma língua é totalmente transparente à medida que tal violação não ocorra. Tal língua provavelmente não exista – toda língua viola a transparência de alguma forma em sua gramática. Contudo, as línguas podem exibir diferentes graus de (não)-transparência (LEUFKENS, 2013). A maioria das línguas encontra-se abaixo do que seria considerado um grau de transparência total e muitas exibem um alto grau de opacidade (HENGEVELD, 2011a). Uma língua que apresenta

um alto grau de transparência é o Esperanto, enquanto uma língua com características bastante opacas é o Holandês (HENGEVELD, 2011b).

Conforme mencionamos na introdução desse capítulo, essa relação entre forma e significado que constitui a transparência pode parecer uma combinação *simples*, e tem levantado uma outra questão igualmente importante a respeito do tema: se transparência e simplicidade constituem o mesmo fenômeno, o que apresentaremos na próxima seção.

2.3 Simplicidade

A simplicidade de um determinado sistema linguístico está diretamente ligada à superficialidade de sua estrutura e à quantidade de material linguístico utilizado para transmitir determinada mensagem. Esse termo, portanto, deveria ser definido em termos de uma pequena quantidade e uma relativa superficialidade de material linguístico, ou seja, poucas camadas de encaixamento. Conforme discutimos na seção anterior, Hengeveld (2011a) apresentou a descontinuidade como um fator que contribui para a opacidade de uma dada língua, esse fenômeno constitui um exemplo de encaixamento e como tal também apresenta uma característica de maior complexidade à língua. Em outras palavras: quanto menos material linguístico for usado (para qualquer mensagem) em uma língua e quanto mais superficial for sua estrutura, mais simples será essa língua (LEUFKENS, 2013).

A simplicidade está ligada diretamente à estrutura de um dado sistema linguístico e não à facilidade de aquisição desse sistema. Esse tipo de simplicidade é denominado simplicidade absoluta, ‘a noção de complexidade define-se em termos absolutos com a propriedade de sistemas linguísticos, não em termos relativos prestando atenção ao custo/dificuldade de usuários da língua (em processamento, aquisição etc).’³ (MIESTAMO, 2005, p. 2). McWhorter (2001) também se refere à simplicidade absoluta ao adotar uma medida de simplicidade que envolve a contagem de evidentes distinções e formas em diferentes áreas da gramática (números de fonemas marcados, regras sintáticas, distinções semânticas e morfologia flexional complexa).

Outros autores também adotam uma combinação de fatores na tentativa de mensurar essa simplicidade. Langacker (1977) acredita que a simplicidade seja uma

³ The notion of complexity is defined in absolute terms as a property of language systems, not in relative terms paying attention to cost/difficulty to language users (in processing, acquisition etc). (MIESTAMO, 2005, p. 2). Tradução livre.

combinação de simplicidade do signo, otimalidade perceptiva (saliência), simplicidade construcional (profundidade sintática de material linguístico) e transparência. Dahl (2004 *apud* LEUFKENS *ibid*) acredita que a combinação de simplicidade estrutural (uma pequena quantidade de material em um determinado nível de organização) e a simplicidade do sistema (simplicidade do mapeamento entre significado e forma, que seria a transparência) seriam condições para que a simplicidade absoluta fosse estabelecida. Para esses dois últimos autores, portanto, a transparência seria um dos fatores necessários para se definir a simplicidade absoluta, seria parte desta, mas não o mesmo fenômeno.

Uma vez estabelecido o caráter absoluto da simplicidade, faz-se necessário determinar o que seria a simplicidade relativa. Retomando Miestamo (*ibid*), uma vez que a complexidade (simplicidade) absoluta define-se como a propriedade de um sistema linguístico, a relativa, certamente diz respeito à dificuldade de aquisição do mesmo.

A noção de simplicidade relativa está intimamente atrelada ao esforço que um estrangeiro, ou um indivíduo que não tem contato com a língua em questão, tem de realizar para se utilizar da língua e se fazer entender por outros membros dessa comunidade linguística. Kusters (2003) identifica três dimensões de processamento linguístico levando em conta o papel de um estrangeiro (um aprendiz dessa língua como segunda língua): fenômenos que são de fácil aquisição para um aprendiz de segunda língua e mais difíceis para um aprendiz de primeira língua são menos complexos. Uma língua na qual o processamento perceptivo é relativamente fácil em comparação com a produção é menos complexa, isso se explica porque dificuldades de produção não são tão impeditivas para um estrangeiro, porque este pode se adaptar ao fenômeno da dificuldade de produção com algum tipo de forma imperfeita de segunda língua. Se a língua, por outro lado, for de difícil percepção, esse aprendiz dificilmente fará progresso em seu processo de aprendizagem. Acrescente-se que fenômenos que não têm um propósito primordialmente funcional são mais complexos, uma vez que o estrangeiro está provavelmente mais interessado em transmissão clara de informação e menos interessado em aprender uma língua por todos os tipos de significados simbólicos. A autora acima prefere denominar esse tipo de simplicidade como facilidade de aquisição, uma vez que sua definição está sempre embasada nas percepções de um aprendiz estrangeiro, ou seja, sempre vinculado ao processo de aprendizagem de uma L2.

Pudemos observar, portanto, que enquanto a simplicidade relativa, ou facilidade de aquisição, liga-se diretamente à aprendizagem de uma L2, a simplicidade absoluta está ligada à superficialidade do sistema linguístico e a uma regularidade no mesmo material. Alguns autores, como Dahl (2004 *apud* LEUFKENS *ibid*) e Langacker (1977) consideram que a transparência seja um dos requisitos necessários a essa absoluta simplicidade. A transparência, portanto, pode contribuir para a simplicidade, mas os termos não se referem aos mesmos fenômenos.

Após apresentarmos breves definições de simplicidade, bem como as diferenças entre ela e a transparência, que constitui parte essencial do presente trabalho, nos cabe concluir que, uma característica é comum a todas as definições de transparência analisadas na seção anterior, sob o enfoque semântico ou morfológico: a noção de transparência está atrelada à relação entre significado e forma, em como uma determinada semântica se realiza ao ser codificada na língua, conforme pudemos perceber nas análises de Hengeveld (2011a, b).

CAPÍTULO 3

SUJEITO

Adotando os postulados de Neves (2007), concebemos a predicação como peça fundamental da organização da sentença e para tal o caráter de centralidade do verbo é fundamental. Acreditamos que o verbo é uma classe de palavras em torno da qual se abrem lacunas que devem ser preenchidas por palavras de outra classe, de acordo com o que Bühler (1934 *apud* NEVES 2007: 39) chama de “valência sintática”.

As diferentes lacunas em torno do verbo são preenchidas por complementos diferentes, que executam funções diferentes, dentre esses complementos encontra-se o sujeito, que consideramos ser o mais importante deles, uma vez que é a principal unidade da predicação, já que é com relação a ele que a predicação é estabelecida.

A lacuna do sujeito pode ser preenchida por um sintagma nominal (SN), por um pronome expresso ou ser omitido. Aos objetivos deste trabalho nos interessa analisar as situações em que ele é expresso pronominalmente e as situações em que é omitido. Partilhamos das concepções de Neves (2007) de que a realização ou não de um sujeito expresso está diretamente ligada a questões discursivo-textuais, ou seja, mesmo se tratando de um fenômeno de aspecto sintático, é na esfera pragmática que a necessidade da realização do sujeito vai se delinear, bem como de que forma ele será realizado, ou se será omitido.

3.1 O sujeito pronominal no PB

No decorrer da história dos estudos linguísticos no país, muitos estudos foram realizados no que se refere à realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro. Nossa língua apresenta um sistema pronominal que vem sofrendo transformações no transcorrer do tempo e a realização do sujeito por meio de um pronome ou a sua ausência tem se mostrado um campo de estudo bastante promissor. A realização ou não do sujeito pronominal e quais fatores levam, ou não, a tal realização são fundamentais para a realização do presente trabalho.

Em um estudo diacrônico, Duarte (1993) analisa um *corpus* composto por peças teatrais do século XIX e XX, de 1845 a 1992, e atesta que ocorreu uma perda nas

formas verbais no decorrer desse período de seis, para quatro e para três respectivamente. No gráfico abaixo a autora trata da utilização do sujeito nulo nas peças por ela analisadas:

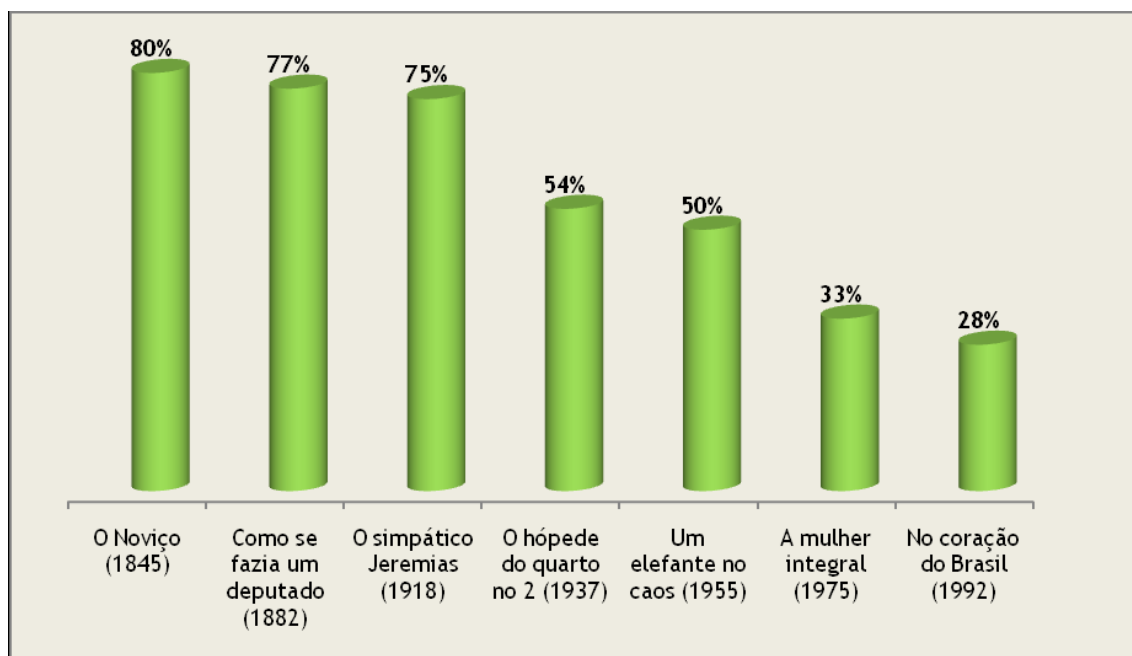


Figura 8: Sujeito nulo nas peças teatrais do séc. XIX e XX. Adaptado de Duarte, 1993.

De acordo com a análise realizada pela autora, havia a princípio seis formas verbais (paradigma 1) que evoluíram para um paradigma composto por apenas quatro formas, perdendo as segundas pessoas diretas do singular e do plural, ou seja, as formas verbais para *tu* e *vós*; estas quatro formas, por sua vez, evoluíram para um terceiro paradigma, o qual é composto por apenas três formas flexionais decorrentes da perda do pronome de primeira pessoa do plural *nós* por *a gente*, conforme podemos observar no quadro abaixo:

PESSOA	NÚMERO	PARADIGMA 1	PARADIGMA 2	PARADIGMA 3
1ª	Singular	Canta-o	Canta-o	Canta-o
2ª direta	Singular	Canta-s	-----	-----
2ª indireta	Singular	Canta-0	Canta-0	Canta-0
3ª	Singular	Canta-0	Canta-0	Canta-0
1ª	Plural	Canta-mos	Canta-mos	Canta-0
2ª direta	Plural	Canta-is	-----	-----
2ª indireta	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m
3ª	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m

Quadro 1: Evolução nos paradigmas flexionais do Português. Fonte: DUARTE, 1993: 109.

A partir destes resultados, a autora segue analisando a ocorrência ou não do sujeito nulo no Português Brasileiro no referente período e constata que os pronomes de primeira e segunda pessoa passaram a ser realizados por pronomes explícitos mais frequentemente, deixando de ser realizados na forma nula. O mesmo, no entanto, não acontece com os pronomes de terceira pessoa, nesses casos a presença da forma nula permaneceu frequente no decorrer do período analisado pela autora, sem mudanças tão significativas quanto às apresentadas pelos pronomes de primeira e segunda pessoa.

Na opinião da autora, essa diferença está diretamente associada à referencialidade do sujeito: uma vez que o referente for esperado, usa-se o sujeito nulo, caso o referente não seja esperado usa-se o pronome expresso ou pleno, dessa forma, a identificação do sujeito nulo estaria diretamente ancorada em sua coindexação com um SN que se encontra em uma posição acessível no contexto discursivo ou em estruturas subordinadas com sujeitos correferentes.

Por meio dessa análise a autora constatou a perda de propriedade *pro-drop* (parâmetro da gramática gerativa em que as línguas tendem a reduzir o uso de argumentos sentenciais) pelo PB, sugerindo que nossa língua passava por um período de transição, de língua *pro-drop*, que vinha apresentando muitas ocorrências de omissão do sujeito, para uma língua não-*pro-drop*, por passar a apresentar maior ocorrência de sujeito pleno. Ela associou tal alteração à mudança e à simplificação que o PB sofreu em seu sistema pronominal.

A perda dessa característica, no entanto, não se mostrou operante igualmente em todas as pessoas. De acordo com os dados analisados pela autora ela se deu mais lentamente na terceira pessoa, o que se deve ao fato de a recuperação do conteúdo do sujeito nulo depender da referência externa dos SNs.

A transição do PB para uma língua não *pro-drop* é a hipótese que sustenta outro trabalho da autora (Duarte, 1995). Nesse trabalho, a autora trata da perda do princípio “Evite pronome” no PB, esse princípio estabelece que não se diz mais do que o necessário (Chomsky, 1981: 65 *apud* Duarte, 1995: 29) o que dá suporte à frequência de sujeitos não realizados por meio de pronomes, ou seja, sujeitos nulos. Para realizar seu trabalho baseia-se no princípio estabelecido por Rizzi (RIZZI, 1988: 15 *apud* DUARTE, 1995: 29) que a utilização de material fonético é legítimo apenas quando necessário e tal necessidade se justifica na realização do sujeito quando este for focalizado ou contrastivo, casos que demandam a sua realização fonética.

Dos dois princípios apresentados, depreende-se que numa língua *pro-drop* o sujeito nulo configura-se como uma obrigação sendo a utilização do pronome pleno uma mera exceção utilizada sempre que tiver sua função necessária para a compreensão do enunciado. Pelos dados analisados pela autora, constata-se que o PB vem perdendo esta propriedade de omissão do sujeito que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* à medida que os falantes têm optado pela realização plena do sujeito. Para ela não é, no entanto, uma mudança concluída, é um sistema em desenvolvimento. A mudança se revela mais acentuadamente na segunda e na primeira pessoa, nas quais ocorreu a redução do paradigma flexional acima explicitado. Para a autora, portanto, fica claro que após tais mudanças o PB perdeu o princípio “Evite Pronome” e por esse motivo caminha em direção às línguas não- *pro-drop*.

Outro estudo relevante é o de Silva (2003), que realizou um estudo a respeito da segunda pessoa *você*, *cê* e *zero* na fala carioca. A autora discute a ideia de que há dois aspectos que norteiam a omissão do sujeito ou a omissão de marcas de concordância nos sintagmas verbais e nominais: aspectos funcionais e antifuncionais. Estes são constatados quando aparecem marcas redundantes, ou seja, repetições de marcas quando estas são menos necessárias; aqueles são observados quando estas marcas redundantes são eliminadas preservando-se apenas marcas necessárias para veicular claramente a informação, sem ambiguidades.

A autora apresenta várias hipóteses de natureza funcional para sua pesquisa: a condição de distintividade de Kiparsky (1972 *apud* Silva, 2003: 123) de acordo com a qual “há uma tendência para a informação semanticamente relevante ser mantida na estrutura superficial” indicando que determinado segmento não tenderá a desaparecer caso seja necessário para a transmissão eficiente da informação; a compensação funcional apresentada por Hochberg (1986 *apud* Silva, 2003: 124) que afirma que formas explícitas tendem a aparecer com maior frequência em contextos ambíguos.

As ambiguidades apresentadas por Silva (2003) são de natureza morfológica ou textual. Aquelas se referem ao caráter ambíguo da forma verbal utilizada para a terceira pessoa do singular e para a segunda pessoa em que a referência é realizada por meio do pronome *você*, estas se referem a ocorrências em que há elementos referentes no texto que concorrem com elas, dessa forma ela é geralmente esclarecida por elementos do texto, geralmente pela realização do sujeito pronominal, conforme exemplo:

- (44) Achei ótima a ideia do José se casar com a Carlota, já que há muito tempo **ela** **tava** a fim de sair de casa. (Silva, 1993: 36)

A ambiguidade do exemplo se confirma ao se omitir o pronome *ela*:

- (45) Achei ótima a ideia do José se casar com a Carlota, já que há muito tempo **_** **tava** a fim de sair de casa.

Nesse caso não é possível deduzir quem queria sair de casa: Carlota ou José, configurando, portanto, um caso de ambiguidade, além, evidentemente, de ser possível concordar com o verbo em questão também a primeira e segunda pessoa do singular, ampliando ainda mais a ambiguidade.

A autora também considerou o princípio do paralelismo, um fator antifuncional que determina que formas explicitamente marcadas conduzem a formas explicitamente marcadas e formas não explicitamente marcadas conduzem a formas não explicitamente marcadas (Scherre e Naro 1991, 1998 *apud* Scherre e Naro, 2007: 63), ou seja, marcas que ocorrem em um primeiro sintagma nominal promoverão o aparecimento de outras marcas, exemplo: as pessoas animadas. Este aspecto é antifuncional porque ocasiona a redundância no texto, ao repetir marcas consideradas redundantes no processo de comunicação.

A autora comprovou sua hipótese nesse trabalho: nos contextos ambíguos o sujeito pronominal pleno ou explícito apareceu com mais frequência, apesar dos resultados contraditórios no que tange aos aspectos de funcionalidade, já que tanto fatores funcionais como antifuncionais são atuantes e motivam a utilização ou omissão do pronome de segunda pessoa como sujeito.

Em outro trabalho de Silva (1993), foi realizado um estudo quantitativo a respeito da omissão/realização do sujeito pronominal em um *corpus* de língua escrita, constituído por 70 cartas pessoais. A autora realizou tal pesquisa tomando por base a ambiguidade, a ênfase e a conexão discursiva.

No que se refere à ambiguidade, a autora quantificou a taxa de omissão do pronome referente à primeira, segunda e terceira pessoa e observou que de 1650 ocorrências de sujeitos em primeira pessoa, 1271 (77%) não apresentavam o sujeito expreso pronominalmente. Ela atribuiu tal quantidade devido ao fato de o referente ser facilmente recuperável pela desinência verbal. De um total de 435 ocorrências de sujeito de segunda pessoa em 130 (30%) o sujeito não é pronominalmente realizado. Para

quantificar os sujeitos de terceira pessoa, a autora considerou apenas referentes expressos no discurso imediatamente anterior, pois a troca de referente pressupõe a realização de um novo substantivo. De 702 ocorrências, ocorreram 349 (50%) omissões do referente.

O maior índice de omissão no pronome de primeira pessoa, conforme acima exposto, deve-se ao fato de sua desinência verbal permitir um menor grau de ambiguidade, seja ela morfológica ou textual, justificado pela autora ao abordar o princípio da iconicidade de Givón (1983, 1990 *apud* Silva, 1993: 125) através do subprincípio da quantidade prevê que “quanto mais predizível uma informação, menos codificação ela recebe”, logo, a primeira pessoa é a mais predizível e consequentemente menos “apagável”.

O menor índice de omissão, por outro lado, é no pronome de segunda pessoa, fato que a autora atribui ao alto grau de ambiguidade proporcionado pela desinência verbal da segunda (você) e da terceira pessoa do singular, e de acordo com os princípios já mencionados, a ambiguidade tem acarretado o maior número de sujeitos explícitos.

Ao avaliar seus dados considerando a ênfase, a autora utiliza dois subcomponentes para conceitua-la: contrastividade e reforço. Aquele se refere aos casos em que os pronomes são utilizados para demonstrar contraste, mesmo que a desinência verbal já seja suficiente para definir o sujeito. A autora estabelece critérios a fim de identificar essa contrastividade: uso de conjunções e advérbios (mas, embora, etc.); uso de verbos que possuem sentido oposto (acordar e dormir); construções de negação e afirmação e sempre que houver diferentes complementos para o mesmo verbo, conforme observamos no exemplo:

- (46) Comprei um Volkswagen zero quilômetros para ela,... **eu comprei** para mim um Fiat 80. (SILVA, 1993: 42)

O conceito de reforço geralmente atua em expressões como: *pelo menos*, *realmente*, não requer a relação entre dois elementos como ocorre no contraste, conforme podemos ver no exemplo:

- (47) As ruas ficam mais bonitas mesmo com nevoeiro. **Eu pelo menos** acho. (SILVA, 1993: 42)

A autora constatou, portanto, que em contextos no qual ocorre a variável ênfase, a realização do sujeito pronominal ocorre com mais frequência. A realização do sujeito pronominal contribui para o caráter mais enfático da sentença, reforçando que a situação expressa trata-se apenas da opinião do falante.

A conexão discursiva se refere à relação de conexão entre o item analisado e o contexto discursivo precedente. Ela constatou que se houver mudança de referente, a possibilidade de realização do sujeito é maior, se não ocorrer tal mudança é mais provável que ocorra a omissão do sujeito, logo a variável mudança de referência correlaciona-se à realização ou omissão do sujeito pronominal.

Foi estabelecido, no trabalho em questão, uma escala de conexão discursiva com seis graus de conexão, sendo que o primeiro é o que há maior conexão e assim sucessivamente. No primeiro grau o tópico é mantido no discurso e no sexto ocorre a mudança de tópico discursivo.

1. primeiro grau (ótima conexão): nesses casos há uma sequência de sentenças que possuem o mesmo sujeito, o mesmo tempo e o mesmo modo verbal, geralmente são casos semelhante às sequências narrativas, ou seja, uma sequência de acontecimentos que se relacionam ao mesmo referente.

(48) Ø Telefonei pra você, Ø continuei a copiar o trabalho. Ø Fiquei de saco cheio, Ø parei de copiar e Ø fui juntar-me a meus familiares na praia. (SILVA, 1993: 43)

2. segundo grau (boa conexão): o sujeito é mantido, mas há uma mudança no tempo, aspecto ou no modo do verbo, ocasionando, portanto, mudança no nível discursivo.

(49) Ultimamente eu não tenho tido muitas novidades pra te contar, porque **eu estava** vivendo em completa alienação. (SILVA, 1993: 43)

3. terceiro grau (conexão levemente enfraquecida): não se mantém o mesmo sujeito na oração intermitente, há, por exemplo, uma oração de intervenção que seja impessoal, e por essa razão tal ocorrência não possui um outro possível candidato a sujeito.

(50) Ø Fiquei estudando ontem até as 3:30h AM. Ainda são 11hs. Ø **Vou** ficando por aqui. (SILVA, 1993: 43)

4. quarto grau (conexão enfraquecida): o sujeito não é mantido e em sua última ocorrência exercia outra função sintática.

- (51) Ø Desculpe-me pela minha reclamação infundada. **Eu estava** brincando. (SILVA, 1993: 43)

5. quinto grau (conexão fortemente enfraquecida): o sujeito não é mantido e entre sua última ocorrência e o dado sob análise há um novo candidato a sujeito.

- (52) Ø Vou ter que estudar segunda-feira mesmo. A Vera vai ter que ser rápida e direta, pois **eu tenho** mais o que fazer. (SILVA, 1993: 43)

6. sexto grau (conexão interrompida): o tópico é alterado com ou sem a mudança do sujeito.

- (53) Diga-me o preço total e o número de sua conta aí nos EUA para que possa te enviar a soma correspondente. Quanto ao livro, **eu segui** tuas instruções. (SILVA, 1993: 43)

A probabilidade de ocorrência do sujeito pronominal explícito, portanto, aumenta à medida que decresce o grau de conexão discursiva.

A autora constatou em sua pesquisa que os pronomes de primeira pessoa são os mais utilizados em seu *corpus* e que o mesmo é também omitido com maior frequência, o que ela atribui ao fato de se tratar de cartas pessoais que possuem o escritor como caráter central. Os pronomes de terceira pessoa possuem uma taxa de 50% de omissão e são utilizados com menor frequência, já o de segunda pessoa tem um uso ainda menor e apresenta apenas 30% de omissão, conforme podemos observar no seguinte quadro:

Categoria	Total de ocorrências	Omissão
Primeira pessoa	1650/2787 (59%)	1271/1650 (77%)
Segunda pessoa	435/2787 (16%)	130/435 (30%)
Terceira pessoa	702/2787 (25%)	349/702 (50%)

Quadro 2: Correlação de frequência relativa de ocorrência das pessoas do discurso e frequência de omissão do pronome. Fonte: SILVA, 1993: 46.

Silva (1993) acredita que razões funcionalistas são diretamente responsáveis pela ausência ou presença do sujeito pronominal. Acredita que há a ocorrência do pronome sempre que esta for funcionalmente motivada, ou seja, sempre que sua utilização se fizer necessária para que as condições comunicativas sejam eficazes.

O estudo realizado por Neves (2007) trata da predicação, dos predicados e da realização do sujeito. De acordo com a autora, nas propostas funcionalistas os verbos constituem o centro da oração. Os termos que a ele se relacionarem, preenchendo sua valência, serão argumentos que apresentarão relações de dependência e hierarquização. Dentre estes argumentos, que assumirão posições e condições diferentes figura o sujeito, o argumento de maior relevância, uma vez que é o objetivo da predicação operante na oração.

De acordo com Neves (2007: 40) “a estrutura argumental é um fenômeno primariamente sintático (ligado especialmente à noção da obrigatoriedade de determinados termos para preencher a valência de determinados verbos) que envolve a semântica (já que há restrições semânticas nesse preenchimento) e a pragmática (já que a realização efetiva do sistema de transitividade resulta de necessidades e intenções comunicativas)”.

Segundo a autora, para compreender se um determinado termo é ou não necessário em determinada oração, de que modo ele se realiza, bem como seus valores e significados (o condicionamento discursivo da construção gramatical das orações) é necessário consolidar tal estudo no nível pragmático. Para a realização do sujeito, a autora aponta razões discursivo-textuais que implicam na realização do sujeito expresso na oração, ilustrando a ambiguidade como fator determinante na utilização de sintagmas ou pronomes para realizar o sujeito.

Ao realizar um estudo a respeito da estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC, Neves (1994 *apud* NEVES 2007) analisou qual forma (sintagma nominal, pronome ou zero) se realizava com mais frequência. Para isso, analisou 163 sentenças presentes em 5 inquéritos levando em consideração dois fatores: função semântica dos argumentos e transitividade dos verbos.

Considerando os fatores acima estabelecidos a autora encontrou alguns esquemas realizados de modo mais frequente, no que se refere à realização do sujeito pronominal: (i) a forma não lexical (pronome) predominante em sujeito (ou argumento agentivo) de verbo transitivo direto, totalizando um total de 92% das ocorrências, como em *ele é capaz... de desenhar este animal.* (NEVES 1994 *apud* NEVES 2007: 43); (ii) em argumento único de verbo intransitivo, totalizando um total de 77% das ocorrências, como em *eles ainda vivem em bandos...* (NEVES 1994 *apud* NEVES 2007: 43); (iii) (levemente) em argumento único de verbo copulativo, somando um total de 54% das ocorrências, ilustrado em *Ela é pragmática.* (NEVES 1994 *apud* NEVES 2007: 43).

Como o objetivo da autora era o de encontrar qual esquema argumental era mais frequente, somando realização do argumento agentivo e do não-agentivo, sujeito e objeto respectivamente, ela encontrou dois esquemas mais frequentes: (i) sujeito de verbo transitivo em forma pronominal + objeto direto em forma lexical, como em: *eles também precisavam acompanhar ... o a migração da caça* (NEVES 1994 *apud* NEVES 2007: 43); (ii) sujeito de verbo transitivo elíptico (zero) + objeto direto em forma lexical, como em: *E Ø encostou as mãos na parede.* (NEVES 1994 *apud* NEVES 2007: 43).

Em Ilari, Franchi e Neves (1996), constatou-se, mais uma vez, uma redução no quadro pronominal no PB, com a não realização da segunda pessoa do plural **vós** em todas as regiões do país e com a realização da segunda pessoa do singular **tu** em apenas algumas regiões. A forma **você** e **vocês** figuram como a segunda pessoa do singular e do plural mais comum no país, e como consequência disso, as formas verbais utilizadas foram reduzidas de 6 para 4, já que a segunda e terceira pessoa apresentam a mesma forma verbal.

De acordo com Neves (2007), a realização do sujeito pronominal e da desinência verbal poderia ser pensada como redundante. A autora lembra que o PB dispensa por muitas vezes a realização pronominal do sujeito, o que as gramáticas tradicionais atribuem ao fato de existir desinência verbal que identifique tal indivíduo e que a gramática gerativa, conforme anteriormente exposto, atribui ao fato do PB estar perdendo sua característica *pro-drop*. A autora, portanto, se propõe a esclarecer qual é o papel semântico ou pragmático de um sujeito redundante em relação à flexão verbal.

Para isso, ela pesquisa casos em que o sujeito é omitido, analisando todas as pessoas do discurso e constata que aquela que menos se realiza por meio de um pronome é a primeira pessoa do singular. Por isso, centraliza seus estudos na realização/não realização do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular analisando quais fatores linguísticos condicionam ou não esta variação.

A autora tomou um inquérito do projeto NURC com o intuito de levantar quais tipos de verbos ocorrem sem o pronome de primeira pessoa. Para a realização deste estudo, considerou o fator **polaridade** como critério de sua análise (NEVES, 2007: 205). Um detalhe que chamou muito a atenção se refere a expressões quase fixas, por exemplo, as respostas negativas, como: **sei lá** e **não sei**. Dos 96 casos de omissão do pronome de primeira pessoa, 21 ocorreram na primeira negativa e 15 na segunda, conforme os seguintes exemplos:

(54) Ø **Sei lá** eu acho que o teatro

(55) ... Ø **não sei** hoje em dia não apareceu tanto filme com antigamente (NEVES 2007: 45)

Constatou-se, logo que, em formas negativas cristalizadas favoreceu-se a não-realização do sujeito pronominal. Ao constatar a realização do pronome *eu* como sujeito, de 230 ocorrências, menos de 20 são negativas, dos 96 casos de omissão, menos de 30 são enunciados afirmativos. De acordo, portanto, com o fator polaridade, a forma afirmativa favorece o pronome de primeira pessoa do singular expreso, enquanto que a forma negativa favorece sua omissão. A não-realização do pronome *eu* em frases afirmativas não ocorre devido a algumas determinações sintáticas, dentre as quais encontramos as seguintes apresentadas pela autora:

(i) a coordenação de orações com o mesmo sujeito com este expreso na primeira:

(56) outro filme que que **eu** fiquei também chocada e **gostei** muito...foi: (NEVES 2007: 46);

(ii) subordinação de uma completiva a uma principal apresentando o mesmo sujeito que também estará expreso na primeira:

(57) **eu** acho que **vou** ao cinema (NEVES 2007: 46).

Outro fator abordado foi o valor semântico dos verbos, Neves (2007) constatou que os verbos de julgamento opinativos (*achar, pensar etc*), devido à sua função de marcar a presença do sujeito modalizador favorecem o sujeito explícito, especialmente se este for o falante.

Outros dois fatores destacados pela autora são o de ordem sintática e favorecem o uso do pronome de primeira pessoa: (i) o deslocamento do objeto para antes do verbo; (ii) o contexto de oração relativa, respectivamente ilustrados em (58) e (59):

(58) esse tipo de filme também **eu** gosto (NEVES 2007: 47);

(59) o pouco que eu:: **eu** imagino (NEVES 2007: 45).

Esses fatores, para a autora, apontam apenas para construções preferenciais, não são fatores determinantes para a realização/não realização do sujeito de primeira pessoa. Ela apresenta como um fator condicionador, o uso de infinitivo pessoal, ou seja, aquele que apresenta sujeito próprio que deve vir expresso a fim de se opor ao impessoal, genérico. Há, neste caso, a realização desse sujeito com o intuito de evitar ambiguidade de pessoa, caracterizando-se, portanto, como um fator de ordem pragmática:

- (60) Doc. – O que precisa conter o cinema para levar a senhora até ele? Inf. – **eu** saber que o filme é bom (NEVES 2007: 47).

Outro fator de determinação pragmática é o emprego do pronome **eu** como indeterminador do sujeito. O uso da primeira pessoa do singular ao realizar uma referência indeterminada parece demandar a expressão do pronome sujeito. Isso parece justificar-se por esse emprego constituir uma ocorrência extremamente marcada, pois, o pronome de primeira pessoa é determinado maximamente, conforme ilustrado abaixo:

- (61) por exemplo **eu** posso saber todos os sinais de transito de cor, (es)tá, **eu** memorizei o meu processo, se vocês me trouxeram o livrinho aquele **eu** respondo todos eles e estou no nível de conhecimento: bem, mas é preciso que **eu** aplique, que **eu** utilize os sinais de transito na hora certa, ou que **eu** tenha a habilidade de passar meio rápido pelo guardinha, porque senão **eu** estou multada na próxima esquina. Então, quando é que **eu** sei que **eu** co,com que **eu** compreendi? Quando **eu** apliquei os sinais de transito na hora exata, quando **eu** passei um ano inteiro sem receber nenhuma multa. (NEVES 2007: 48).

Outra consideração importante realizada pela autora diz respeito à investigação das determinações da prosódia para a realização/não-realização do sujeito de primeira pessoa. Em suas análises ela pode constatar que:

- (i) em certas perífrases existe maior incidência do pronome Ø:
- (62) Ø **vou** te contar (NEVES 2007: 48)
- (ii) em alguns casos de clivagem há maior frequência de realização do sujeito pronominal:
- (63) por isso que **eu** acho que (NEVES 2007: 48)

- (iii) em casos que uma palavra com entoação enfática precede o verbo há tendência a $\emptyset$:

(64) AÍ $\emptyset$ **achei** fabuloso (NEVES 2007: 48)

Após suas observações, Neves (2007) conclui que, no que se refere à expressão ou a não-expressão do pronome sujeito de primeira pessoa do singular no PB, não há determinações rígidas, salvo em casos muito particulares, o que caracteriza apenas a existência de construções preferenciais que são condicionadas pelos fatores por ela analisados: prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Logo, as ocorrências são mais caracterizadas em termos das escolhas do falante sob condicionamento de fatores de naturezas diversas e não em termos de rígidas determinações gramaticais.

A autora aponta, ainda, outras hipóteses relevantes a serem testadas com relação ao fenômeno analisado: a presença do pronome sujeito poderia anunciar uma mudança de tópico discursivo e de que existiria correlação entre a presença ou a ausência do sujeito pronominal e a “riqueza” da flexão de pessoa do tempo em que se encontra o verbo, conforme podemos ver no seguinte exemplo:

(65) Meu marido jogava...antes um pouco, mas...foi logo que nós casamos, no tempo de solteiro **ele jogava**...no Colégio, e depois jogou um tempo na Força e Luz, no Cruzeiro...mas foi pouco tempo. (NEVES 2007: 47).

A flexão verbal do verbo em destaque ocasionaria a ambiguidade se o sujeito não se manifestasse, uma vez que esta é a mesma forma utilizada para a primeira e terceira pessoa do singular e concomitantemente também é utilizada para a segunda pessoa do singular **você**, logo é uma flexão verbal que poderíamos considerar como “pobre”, diferente do que ocorreria se a mesma forma verbal estivesse no presente do indicativo.

Ainda em Neves (2007) encontramos um outro fator relevante ao presente trabalho: a referenciação. Ao se referir a determinado indivíduo durante o processo de comunicação, o falante tem como intenção mencionar tal indivíduo que considera relevante para a interação. Durante este processo, pode utilizar-se de vários recursos para fazê-lo: utilizar-se de SNs ou pronomes, por exemplo, motivo pelo qual a

abordagem da referenciação se faz tão necessária. A referenciação envolve, portanto, interação e intenção.

De acordo com Dik (1997 *apud* NEVES 2007: 75), há pelo menos dois modos de referência textual: o construtivo e o identificador. Quando os falantes estabelecem a interação linguística e compõem seus enunciados, eles constituem os objetos-de-discurso, ou seja, as entidades que constituem termos das predicções e que são produtos de uma construção mental, e não de um mundo real. Este modo de referência é, portanto, o modo construtivo, pois caracteriza a construção do referente. Os referentes construídos durante a interação vão montar no texto a rede referencial, que irá caracterizar a identificação de referentes, constituindo o modo identificador de referência textual.

Além dos modos de construção e identificação dos referentes, o processo de referenciação trata da própria construção do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objetos-de-discurso (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995 *apud* NEVES 2007: 76) e como tais são mantidos, segundo estratégias dependentes da formulação textual. A progressão referencial, que caracteriza a preservação de referentes, a introdução de novos referentes, a retomada e a reintrodução deles, relaciona-se à progressão ou manutenção tópica, processos que dirigem o fluxo de informação e sustentam a organização informativa.

Existe, também, processo de correferenciação, que ocorre quando determinado referente já foi introduzido no discurso e é representado pelo falante em outro ponto da interação como elemento “dado” e não apenas “conhecido”, o que leva o termo a implicar não apenas referenciação, mas também correferenciação. (NEVES 2007: 92).

O processo de correferenciação parece estar mais diretamente ligado à questão da realização ou não do pronome do que o processo de referenciação independente. De acordo com Neves (2007: 93) “se o falante quer expressar correferencia, ele preferirá sempre que possível, zero a pronome, e pronome a sintagma nominal pleno”, conforme podemos ver no exemplo abaixo:

- (66) **Valentim** lavou **a cara** e **as mãos** numa fonte, Ø examinou **os cavalos** e **as mulas**, Ø saltou **no dorso** de **seu animal** e Ø ordenou **a partida**. Ø Viajou adiante, sempre a alguma distancia **das mulheres**, junto com **o condutor**, às vezes sumindo **numa curva**. **O negro** que os guiava, Ø sorria como um sagui e Ø falava baixo, escondendo **a boca** com **a mão**. Valentim conversava com **ele**, Ø saltava **do cavalo** para observar **a direção** a ser tomada. **Mariana** nem mesmo sabia **os nomes das salvaguardas** ou **dos escravos**. **Sua mãe** sempre a ensinara

a não se envolver com gente de casta inferior. Ø Devia tratar **as negras** com distância, despedi-**las** com discrição e dar **ordens** murmurando. (NEVES 2007: 93).

Nesse trecho a autora constatou que há inúmeros zeros marcando elipse de elemento correferencial, especialmente na posição de sujeito, caracterizando informação dada; alguns pronomes pessoais representando elemento correferencial em posições mais marcadas, com objeto direto e objeto indireto; inúmeros SNs introduzindo referentes novos no texto, ou seja, criando objetos-de-discurso.

Outra característica importante é a referenciação tópica, ou seja, “aquela que cria e relaciona as entidades que entram na organização informativa realizada pelas proposições do texto e nascida da organização das predicções estabelecidas entre predicados e argumentos com seus respectivos papéis” (NEVES 2007: 99). No exemplo abaixo há uma alternância entre os tópicos discursivos, ora são *os trabalhadores* ora são *os opressores*, e os referenciadores tem essa outra interpretação:

- (67) C. Agileu dessa vez tá com a razão! O negócio é sair e passear hoje, amanhã apelar para a greve, opinião pública do nosso lado, boró pela imprensa.
 Jo. A greve **Eles [os trabalhadores]** não tão topando muito, não. O que o pessoal tá querendo mais é desabafa pela rua. Arriscar ordenado ninguém tá querendo.
 Al. Vida complicada, não é, João?
 J. Oh se é! E não adianta, viu...minha vontade é berrá por aí: me esquece gente. Eu não estou pedindo nada demais...eu quero ficar sossegado, ter minha família em paz, sustenta meu filho. Mas não. É problema em cima de problema...**Eles [os opressores/repressores]** tem de meter a mão no bolso...ah que eu to farto! (NEVES 2007: 96).

Os referentes **eles** acima destacados, não retomam SNs explícitos anteriormente, mas funcionam como anáforas que remetem a referentes implicados no discurso, ou seja, tópicos discursivos. Estes referenciadores formam a teia referencial do texto ao se tornarem tópicos- discursivos e constituírem o conjunto temático do texto. Quando há a mudança de tópico-discursivo há a realização do sujeito pronominal **eles**, mesmo que este não possa ser diferenciado, uma vez que pode referir-se aos trabalhadores ou aos opressores, o que determinará o referente dos pronomes neste caso, portanto, não é a natureza do próprio pronome mas sim o contexto discursivo.

Mediante as considerações feitas acima a respeito das diversas realizações do sujeito pronominal em PB, destacamos alguns aspectos:

- a. O sistema pronominal apresenta uma alteração significativa no que se refere à segunda pessoa do singular e do plural: a utilização da forma *vocês* para a segunda pessoa do plural em lugar da forma *vós* e a substituição quase total da forma *tu* pelo pronome *você* com exceção de algumas regiões do país;
- b. Com a substituição apresentada em “a” houve uma redução das desinências verbais marcando pessoa, uma vez que a forma *você* e *vocês* apresentam a mesma forma verbal da terceira pessoa do singular e do plural respectivamente;
- c. As ocorrências de realização do sujeito parecem superar àquelas de não-realização, o que os estudos gerativos atribuem à perda da característica *pro-drop* do PB. Interessante observar, no entanto, que eles reconhecem fatores funcionais determinantes nessa característica, pois a omissão ocorre em contextos que não trazem ambiguidade, estando diretamente ancorada em sua coindexação com um SN que se encontre em uma posição acessível no contexto discursivo ou em estruturas subordinadas com sujeitos correferentes e a realização em casos que contribua para a transmissão eficiente da informação (a condição de distintividade de Kiparsky, 1972 *apud* Silva, 2003: 123) ou para evitar a ambiguidade (a compensação funcional apresentada por Hochberg, 1986 *apud* Silva, 2003: 124).

3.2. Influência de determinações pragmáticas na realização do sujeito

Ao abordar a questão da realização do sujeito pronominal em PB, ou a sua não realização, se faz necessário a um trabalho de cunho funcionalista como esse abordar as questões pragmáticas que influenciam essa realização/não realização, ou seja, se faz necessário abordar, não apenas os parâmetros que envolvem a expressão linguística em si, mas também de que forma as necessidades comunicativas interferem nessa expressão linguística.

Tome-se a seguinte ocorrência:

(68) Alberto foi ao cinema ontem.

Considerando que o ouvinte não compreendeu parte do que foi dito pelo falante e o questione em seguida, ‘onde?’ ou ‘quando’ e, hipoteticamente, esse falante

responda repetindo a sentença toda e alterando a entonação ao se referir à resposta da pergunta do falante, conforme podemos ver em (69):

(69) **Alberto** foi ao cinema ontem.

Alberto foi **ao cinema** ontem.

Alberto foi ao cinema **ontem**.

As sentenças se referem respectivamente aos questionamentos: Quem? Onde? Quando?. É evidente que a entonação é motivada pela pergunta, uma vez que esta determina qual termo ganhará mais destaque na expressão produzida. É relevante considerarmos que, a realização do sujeito nessa sentença poderia não ocorrer nas duas últimas ocorrências realizadas, uma vez que já havia ficado claro para o ouvinte que Alberto era o autor da ação, o que acarretaria na não-realização do sujeito motivada por uma necessidade comunicativa: a intenção do falante em satisfazer apenas a solicitação do ouvinte.

Para Dik (1989) a produção das expressões linguísticas depende de três fatores a seguir: da intenção do falante; da informação pragmática do falante e da antecipação que ele faz da informação pragmática do ouvinte. A interpretação do ouvinte, por outro lado, depende da própria expressão linguística; de sua informação pragmática e da sua reconstrução a respeito da intenção comunicativa do falante.

Nossa proposta para esse critério de análise é estudar quais aspectos se relacionam à realização/não-realização do sujeito em PB centrando-nos na influência que a dimensão pragmática exerce nesse processo.

Para estudarmos tal dimensão, evidentemente ultrapassaremos os limites da sentença em si, buscaremos analisar quais fatores externos à sentença levaram ao fenômeno em análise, enfim, quais funções pragmáticas contribuíram para a realização do sujeito pronominal ou sua omissão. Dik (1989: 264) define essas funções como aquelas “que especificam o *status* informacional dos constituintes em relação ao amplo quadro comunicativo no qual são usados”.

Nesse estudo tomamos como parâmetros fundamentais de classificação das funções pragmáticas internas à oração as noções de Topicidade e de Focalidade, tais como definidas na GDF. Buscando definir tais noções brevemente, poderíamos entender que Tópico se refere à entidade a respeito da qual estamos falando e Foco se refere às partes mais relevantes ou aspectos mais importantes que ressaltamos a respeito

do tópico. Essas funções são consideradas intraoracionais devido ao fato de se encontrarem no interior das sentenças das quais fazem parte.

Conforme dito anteriormente, o Foco constitui a informação que se dá a respeito do tópico, a informação focal é, portanto, a mais relevante dentro do quadro comunicativo e como tal é essencial para integrar a informação pragmática do ouvinte. Ele se refere às alterações que o falante deseja fazer na informação pragmática do ouvinte. (STASSI, 2003: 22)

Observemos o seguinte exemplo, adaptado de Dik (1989):

(70) João e Maria vieram me ver. **João** era legal, mas Maria era muito **chata**

Nesse caso, inicialmente João e Maria se caracterizariam como o Tópico dado, uma vez que foram mencionados na sentença anterior, posteriormente são focalizados, já que a informação mais relevante para que a informação pragmática do ouvinte seja alterada é o contraste entre as qualidades opostas de João e Maria.

Para o autor, essa função pragmática pode ser expressa de quatro formas diferentes: proeminência prosódica, caracterizada pelo acento enfático; constituintes de ordem especial: posições especiais para os constituintes na ordem da oração; marcadores especiais de foco que são partículas que destacam os constituintes de foco do restante da oração e construções especiais de foco, as quais definem um constituinte específico como tendo uma função de foco. (DIK, 1989: 278)

Observaremos nesse trabalho, portanto, a influência que a informação focal exercerá no fenômeno por nós estudado, ou seja, se exerce influência na realização/não realização do sujeito pronominal.

A noção de Tópico está longe de ser um consenso entre os linguistas. Diversos fatores levam essa noção a ser, muitas vezes, tomada como sujeito. Apresentaremos algumas considerações de estudiosos a esse respeito a fim de delimitarmos a forma pela qual o trataremos no presente trabalho.

Primeiramente, vislumbremos o que Crystal (2000: 255) apresenta em seu dicionário de linguística como definição para o termo em análise:

Termo usado na SEMÂNTICA e na GRAMÁTICA como parte de uma caracterização binária da ESTRUTURA DA SENTENÇA, alternativa à caracterização tradicional SUJEITO-PREDICADO; o oposto de tópico é COMENTÁRIO. O tópico de uma sentença é a pessoa ou coisa sobre a qual se fala algo, enquanto que o que se falou a

respeito desta pessoa ou coisa é o comentário. A utilidade da distinção é permitir afirmações gerais sobre as relações entre as sentenças que não ficam claras com a distinção sujeito/predicado (ou outros contrastes do mesmo tipo). O tópico frequentemente coincide com o sujeito da sentença (ex.: Um homem / está se aproximando de casa), mas não necessariamente (Lá está o homem / que me ajudou) e, mesmo quando é um sujeito, não precisa vir em primeiro lugar na sentença (ex.: José Silva meu nome é). Às vezes, é chamado de “sujeito psicológico”. (CRYSTAL, 200: 255)

Já para Dubois (1993: 590) tópico e tema apresentam a mesma definição:

Numa frase assertiva, chama-se tema o constituinte imediato (sintagma nominal) a respeito do qual se diz alguma coisa (predicado): o tema pode ser ou não sujeito da frase. Por exemplo: o livro e Pedro são temas das frases seguintes: *O livro está na mesa* e *Foi Pedro que eu vi ontem*. (Op. Cit.: 581)

Ao confrontar os dois verbetes de dicionários linguísticos fica evidente a preocupação em afirmar que sujeito e tópico são unidades distintas, no entanto nas duas definições há a descrição de tópico como sendo a unidade a respeito da qual se diz algo, definição essa amplamente utilizada para definir o termo sujeito em Gramáticas tradicionais e livros didáticos, o que evidencia a dificuldade de delimitação do termo em análise.

Pontes (1986) assenta sua visão sobre a noção de Tópico ancorada em análises de diversos estudiosos da área que trouxeram essa distinção e relação entre sujeito e tópico. A autora reconhece a dificuldade em se delimitar o tópico e em distinguir tal termo de outros dele derivados, como tópico sentencial. Ela discute que “uma das noções empregadas pelos linguistas e que é mal definida ou absolutamente sem definição, é *tópico*” (PONTES, 1986: 177).

Apresenta inicialmente a problemática distinção entre *tópico discursivo* e *tópico da sentença*, apresentada por Reinhart (1980 *apud* PONTES, 1986). Para Reinhart, a relação de tópico está intimamente ligada à noção de ‘ser sobre’, ou seja, a respeito do que se está falando e, afim de demonstrar a diferença entre tópico do discurso e da sentença apresenta um exemplo:

(71) O Sr. Morgan é um pesquisador cuidadoso e um sábio semiticista, mas sua originalidade deixa algo a desejar. (1980 *apud* PONTES, 1986: 181)

Para Reinhart, o tópico discursivo seria a capacidade acadêmica do Sr. Morgan, já que *é sobre* isso que se trata a conversa e o Sr. Morgan seria o tópico sentencial. Para ela, as expectativas a respeito do tópico da sentença, no caso o Sr. Morgan, devem ser preenchidas e sua violação se torna mais grave que uma violação ao tópico do discurso. Pontes apresenta várias imprecisões em sua delimitação entre os dois tipos de tópicos e conclui que, a tentativa de Reinhart de definir tópico sentencial de tópico discursivo acaba falhando porque ela tenta definir aquele termo independentemente deste, esquecendo-se que a função de *tópico* é primordialmente pragmática e, por esse motivo, não pode ser estudada apenas no âmbito exclusivo da sentença.

Perini (1981) opta por dar apenas a definição de *tópico* em detrimento à distinção acima apresentada. Para o autor, os dois termos são extremamente semelhantes tanto no aspecto formal, por se encontrarem geralmente em posição inicial, quanto no aspecto comunicativo, pois o tópico sentencial por muitas vezes tem sua noção estendida a porções maiores que a sentença em si, como parágrafos ou o até o próprio texto.

Van Dijk (1982) também reconhece a dificuldade da delimitação do tema, uma vez que

Além das condições referenciais [...] a atribuição da função tópica também parece ser determinada por regras de continuidade e mudança de tópico, e mais ainda, por fatores pragmáticos como interesse, importância ou relevância. (VAN DIJK, 1982: 126)

O autor acredita que o tópico sentencial possui a função cognitiva de selecionar uma unidade de informação ou um conceito na sentença a partir do conhecimento, ou seja, determinar a partir de seu conhecimento a qual unidade a informação presente em determinada sentença se refere. Ele acredita que, a dificuldade em se determinar o que é tópico da sentença é consequência da falta de definição do que é tópico do discurso.

Para ele, o tópico do discurso é um conceito construído a partir da sequência do texto, ele pode, ou não, estar expresso em uma sentença “as macroestruturas [do discurso] são muito menos diretamente relacionadas a sentenças reais porque elas são propriedades de nível mais alto de sequências de proposições.” (VAN DIJK, 1982:

150). Ou seja, o tópico não estará necessariamente expresso em uma ou várias sentenças, mas deverá ser, certamente, determinado a partir do conteúdo delas.

A definição desse autor para tópico do discurso é, certamente, a mesma noção de tema. E a esse respeito, partilhamos de sua opinião e adotaremos essa abordagem no presente trabalho. “Assim, o assunto do discurso representa o tema geral, enquanto os subtópicos se ligam ao esquema. Desse modo, o falante dá relevo ao tema do discurso por meio da escolha de certas estruturas que o topicalizam.” (STASSI, 2003: 33)

A respeito da noção de tópico discursivo há extenso trabalho realizado por Jubran (2006) a respeito do tema. A autora trabalha sob a perspectiva denominada ‘gramática textual-interativa’, doravante GTI (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007), a qual acredita que fatores interacionais acabam por se inscrever na superfície do texto, ou seja, as condições de produção são determinantes no que de fato se materializa na expressão linguística.

Para esta vertente, a linguagem é tida como interação social. Lançando uso desta função da linguagem, os indivíduos poderiam realizar as mais diversas atividades comunicativas nas mais variadas situações. Conclui-se, portanto, que os fatos linguísticos têm suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, coenvolvendo as circunstâncias enunciativas, como observa a autora acima mencionada, na efetivação da atividade verbal, manifesta-se a competência comunicativa dos interlocutores, compreendida como a capacidade de manter a interação social por meio de diálogos e textos.

A GTI investiga os chamados “processos de construção do texto” ou “processos constitutivos do texto”. Estes processos são: Topicalidade, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Repetição e Correção. O objeto de análise do presente trabalho constitui parte do processo de Topicalidade. Este processo “consiste na organização do texto mediante a construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de conjuntos de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto.” (JUBRAN, 2007)

Para essa perspectiva, o tópico é consequência de um processo que envolve de maneira colaborativa os participantes da interação na construção da conversação, pautada por uma gama de fatores contextuais, tais como: os conhecimentos partilhados entre os participantes, as circunstâncias da interação, a visão de mundo

dos envolvidos, o grau de conhecimento recíproco entre eles e o *background* de cada um em relação ao discurso produzido. O tópico discursivo, portanto, é “elemento decisivo na constituição de um texto falado, e a estruturação tópica serve como fio condutor da organização textual-interativa” (JUBRAN, 2006: 90). É esse elemento o responsável pelo processo de interação centrada (GOFFMAN, 1979 *apud* JUBRAN, 2006) no estabelecimento do intercâmbio verbal e também pelo dinamismo da estrutura conversacional.

O tópico discursivo foi a categoria analítica adequada para a identificação das unidades textuais características a essa abordagem. Jubran (2006) esclarece que ele não é equivalente à definição de *tópico/comentário* ou *tema/rema*, pois a sua delimitação vai além do nível da sentença, porque apesar de ocorrerem mudanças normais nos tópicos dos enunciados, há sequências de turnos de uma conversação que se mantêm dentro de um mesmo tópico discursivo. Isso ocorre porque as contribuições conversacionais que configuram essas sequências acabam por convergir predominantemente para um determinado assunto, o que configura o tópico do discurso nesse caso.

Duas propriedades características deste processo são: a *centração tópica* e a *organicidade tópica*. A primeira representa a centração dos falantes em um grupo de enunciados concernentes entre si e em relevância em certo ponto do texto. Os menores conjuntos de enunciados capazes de comportar a propriedade da *centração* constituem as unidades tópicas chamadas de *segmentos tópicos mínimos*, doravante SegT, que se organizam em segmentos tópicos maiores que, por fim, apresentam características que os relacionam ao tópico discursivo da interação.

Há dois traços fundamentais que definem a *centração tópica* e consequentemente identificam determinado texto como um segmento tópico: *concernência* e *relevância*. A primeira se refere à relação de interdependência semântica entre as sentenças de determinado segmento tópico pela qual se dá a integração dessas sentenças em um conjunto determinado de referentes. A segunda se refere à *proeminência* de determinado conjunto que é consequência da posição focal que seus elementos assumem.

A *organicidade* engloba a fixação de relações sequenciais e hierárquicas entre grupos de enunciados. Tais relações são estabelecidas no plano hierárquico e no plano linear. Naquele plano os tópicos são organizados pelo grau de abrangência do assunto, dessa forma haverá dependência de superordenação e de subordinação entre os

tópicos, existindo camadas de ordenação que organizarão o discurso indo desde um tópico mais amplo, passando por tópicos particularizadores até alcançarem os SegTs, que se caracterizam por possuir o maior grau de particularização do assunto em relevância.

No plano linear as relações de interdependência tópica são estabelecidas de acordo com as articulações localizadas no interior dos tópicos, no modo como há interposição ou adjacência de tópicos diferentes na linha do discurso, caracterizando-se pela continuidade e pela descontinuidade. Aquela é definida por uma relação de adjacência entre segmentos tópicos, ou seja, há o esgotamento do tópico anterior para que ocorra a mudança para um novo tópico. A descontinuidade já caracteriza uma perturbação de tal sequencialidade, pois ora um tópico introduz-se antes do outro ter sido esgotado, ora um tópico já abordado anteriormente é reintroduzido posteriormente no texto, podendo ainda ocorrer o anúncio de um tópico em determinado momento do texto e seu desenvolvimento ocorrer apenas em uma etapa posterior.

Para ilustrar tais relações, Penhavel (2011) apresenta um exemplo de um casal conversando a respeito de três filhos, A, B e C. Nessa conversa acabam abordando sequencialmente:

- (i) os problemas de A na faculdade;
- (ii) os problemas de A no trabalho;
- (iii) o carro novo de B;
- (iv) o casamento de C;
- (v) o novo emprego de B;
- (vi) a viagem de C.

Observamos quatro tópicos que representam a centração dos falantes em questão em um grupo de enunciados que são, por sua vez, concernentes entre si e estão em relevância em determinado ponto do texto, caracterizando-se aqui a propriedade de centração tópica.

Há entre tais agrupamentos de enunciados uma relação sequencial, existindo mecanismos de transição, de marcação de relações semântico-discursivas, dentre outras, existindo ainda uma relação hierárquica. Os dois primeiros agrupamentos se juntam em um conjunto mais amplo, centrado na ideia *problemas de A*. O terceiro e o quinto se reúnem em um agrupamento maior, *novidades de B*, observa-se que há a descontinuidade marcando a linearidade desses tópicos, pois são intercalados com

outra unidade, descontinuidade que também marca a relação entre os dois conjuntos restantes, que por sua vez são partes de um conjunto mais abrangente, *ocupações com C*. Os três agrupamentos mais amplos configurariam partes de um tópico global *ocupações com os filhos*. O que significa que ao processarem o discurso produzido, os falantes estabelecem relações sequenciais e hierárquicas entre grupos de enunciados e tais relações caracterizam a propriedade de organicidade tópica. O autor apresenta um esquema para explicar o que acima foi exposto:

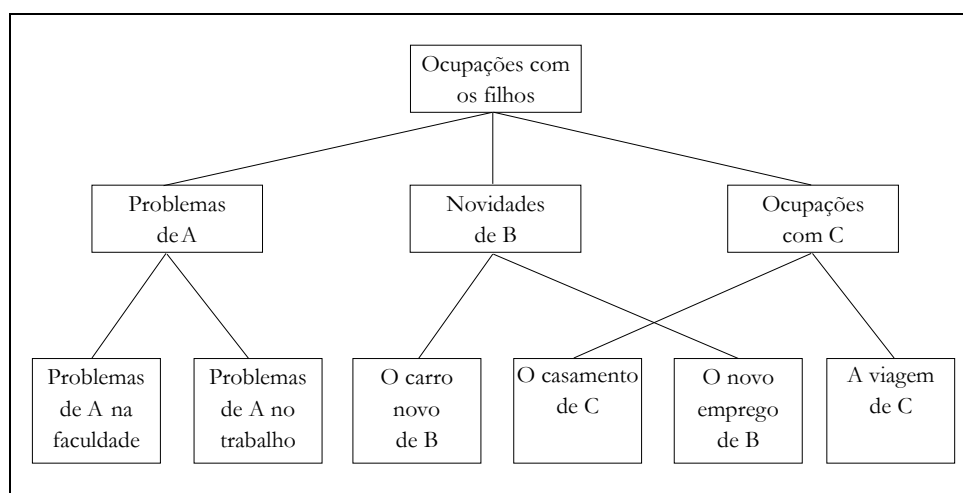


Figura 9: Exemplo hipotético de relações de organização tópica. Adaptado de Penhavel (2011)

Conforme dito anteriormente, nosso objetivo é o de determinar aspectos de transparência/opacidade na realização do sujeito pronominal no PB, bem como de que forma motivações pragmáticas influenciarão esse fenômeno. A proposta tipológica de Li e Thompson (1976 *apud* PONTES 1987), anteriormente mencionada, divide as línguas em quatro tipos:

- a) Línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é bem mais descrita como de sujeito-predicado;
- b) Línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura das sentenças é bem mais descrita como de tópico-comentário;
- c) Línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que há duas construções diferentes;
- d) Línguas com proeminência de sujeito ou tópico, em que o sujeito e tópico se mesclaram e não se distinguem mais os dois tipos. (LI e THOMPSON, 1976)

De acordo com Pontes (1987), o PB em sua variedade oral, apesar de ter sido considerado por muito tempo uma língua com proeminência de sujeito, classifica-se

como uma língua de proeminência de sujeito e tópico, já que no PB oral há uma grande quantidade de ocorrência de construções tópicas, como os exemplos a seguir:

(72) Essa bolsa as coisas somem, aqui dentro.

(73) Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira.

(74) As cadeiras optativas, cê precisa ter um conhecimento bom primeiro.

(75) Eu agora, cabô desculpa de concurso, né?

A autora afirma que determinar em que tipo descrito por Li e Thompson (1976) se encaixa determinada língua é uma tarefa muito difícil, uma vez que sujeito e tópico pertencem a componente distintos: à sintaxe e à pragmática, respectivamente, e, por esse motivo correspondem a unidades coexistentes e, por vezes sobrepostas, conforme pudemos observar nos quatro exemplos apresentados anteriormente, (72), (73), (74) e (75). Devido a isso, a autora afirma que realizar uma tipologia das línguas tomando como base a proeminência de sujeito e tópico parece ser desnecessária, devido à coexistência de tais termos e do fato deles figurarem em esferas diferentes (sintática e semântica).

Não é de nosso interesse debater a respeito dos méritos de tal classificação tipológica, no entanto acreditamos que, para os objetivos do presente trabalho, faz-se necessário estabelecer uma relação entre os dois termos partindo do pressuposto de que atribuição de tópico e a sua mudança no decorrer da interação influenciam na realização/não realização do sujeito pronominal em PB, o que influenciará nas características de transparência/opacidade presentes nessa língua, contribuindo para os fins a que esse trabalho se destina.

Nosso objetivo é observar de que forma aspectos pragmáticos influenciam, ou não, na realização ou omissão do sujeito pronominal em PB e, conseqüentemente, nos aspectos de transparência/opacidade desse fenômeno.

Devido a seu caráter pragmático, a GDF trata das funções de Tópico e Foco na camada destinada à dimensão pragmática, ou seja, no Nível Interpessoal. Tais funções se referem à organização da estrutura da informação. Nessa teoria, a função de Foco se refere à estratégia de seleção de informação nova realizada pelo Falante para

preencher uma lacuna ou corrigir a informação do Ouvinte. Esta função é marcada apenas nos casos em que seja linguisticamente relevante, ou seja, quando forem utilizados meios linguísticos para indicar que parte da expressão linguística constitui informação nova relevante, conforme podemos ver em (76):

(76) Eu vi *um leão*. (C_I: [(T_I) (R_I) (R_J)_{Foc}] (C_I))

Nesse caso, (C_I) se refere ao Conteúdo Comunicado; (T_I) se refere ao verbo ‘vi’, que é representado como um Subato de Atribuição; (R_I) e (R_J) são respectivamente os Subatos de Referência que se referem a ‘eu’ e ‘um leão’, sendo que o último desempenha a função de Foco da ocorrência, marcado por diferenças prosódicas no enunciado (HENGEVELD e MACKENZIE 2008, p. 89).

Para Hengeveld e Mackenzie (2008) a função de Tópico é atribuída a um Subato que desempenha uma função especial dentro do Ato Discursivo. Essa função é a de marcar como um Conteúdo Comunicado (a totalidade do que o Falante deseja evocar em sua comunicação com o Ouvinte) se relaciona ao registro gradualmente construído no Componente Contextual. A informação não marcada como tópico constitui o comentário.

Os autores reconhecem que a partir da definição de Tópico por eles apresentada é possível, à primeira vista, atribuir ao tópico o estatuto de informação dada, no entanto, afirmam que essa definição é insuficiente. Acreditam que a função de tópico torna explícito que os outros Subatos irão, de alguma forma, desenvolver a informação já presente no Componente Contextual, contudo, afirmam que o tópico também pode conter informação que pode ser inferida a partir do Componente Contextual, o que Dik (1997) chama de sub-tópicos.

A fim de ilustrar a situação os autores apresentam um exemplo do Holandês.

(77) Dat heb ik nooit gezegd.
‘Aquilo eu nunca disse.’

A palavra *dat* se refere a uma anáfora que pode ser utilizada no Holandês na posição inicial da sentença como o tópico de determinada ocorrência, conforme ilustrado em (77). Trata-se de um Subato de Referência que possui seu antecedente, ou o Subato de Atribuição que o definiu previamente no discurso, localizado no

Componente Contextual, ou seja, a informação pode ser inferida apenas a partir do que está armazenado no Componente Contextual.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que há línguas, como o Inglês, por exemplo, que não possuem em sua estrutura formal condições que justificam a função de tópico, o que Li e Thompson (1976 *apud* PONTES 1987) já afirmavam ao classificar as línguas indo-europeias como língua de proeminência de sujeito. O PB, no entanto, de acordo com Pontes (1987) apresenta características de uma língua de proeminência de sujeito e tópico, conforme exemplo apresentado pela autora:

(78) A: E a Rosa?

B: A Rosa eu falei com ela ontem.

Teríamos como representação de (78B) no Nível Interpessoal:

(79) (C_I: [(T_I) (R_I: Rosa (R_I))_{Top} (R_J: (+id R_J: [+S, -A] (R_J)) (R_K: (+id R_K: [-S, -A] (R_K))

Observamos que a função de tópico é atribuída ao Subato de Referência ‘Rosa’, pois, motivado pelo questionamento expresso em (78A) assume a posição inicial da oração e, mesmo não figurando como sujeito, transforma-se no tópico da oração. Essa função é atribuída a esse termo porque é a respeito deste que o restante da ocorrência tratará, ou seja, tudo o que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte (o Conteúdo Comunicado (C_I)) irá se referir à essa unidade.

Podemos observar que, a relação entre tópico e o Componente Contextual é primordial, sua função básica é relacionar o Conteúdo Comunicado à informação já existente no Componente Contextual. O Conteúdo Comunicado geralmente se refere a mais de um tópico. Esta função, conforme exemplificado anteriormente, é atribuída a um Subato presente no Conteúdo Comunicado.

Optamos, portanto, por destacar em nossa análise a noção de tópico discursivo apresentada por Van Dijk (1982) e por Jubran (2006), como o tema da interação. Analisaremos as ocorrências tomando por base a abordagem textual-interativa: determinaremos primeiramente o tópico discursivo e de que forma ele se organiza em conjuntos menores, os segmentos tópicos. Dessa forma, analisaremos o tópico discursivo das ocorrências e de que modo este se organiza em segmentos menores.

Em cada segmento observaremos a realização/não realização do sujeito pronominal, buscando apresentar de que forma a continuidade ou descontinuidade de tais segmentos determinarão a realização ou a omissão dos sujeitos pronominais.

Uma vez estabelecidas tais delimitações nas ocorrências selecionadas, realizaremos a análise dos dados a partir do modelo teórico da GDF, observando: (i) de que forma os segmentos tópicos propostos pela GTI são representados na GDF; (ii) como a transição de um segmento tópico a outro influencia, ou não, na realização do sujeito pronominal.

Propomos, portanto, uma análise dialógica entre as duas teorias. Ao tratarmos da noção de tópico na GDF evidenciamos a relação primordial entre este termo e o conteúdo presente no Componente Contextual, e a GTI acredita que o tópico é construído a partir de um processo pautado por fatores contextuais e realizado colaborativamente pelos participantes da interação. Em ambas as teorias, portanto, há a noção de tópico intimamente conectada ao contexto da interação, e nesse trabalho buscaremos analisar de que forma a evocação do conteúdo presente nesse contexto contribuirá para a materialização do fenômeno por nós analisado: a realização/não realização pronominal.

Optamos por trabalhar também com a abordagem da GTI por acreditarmos que oferecerá importante contribuição para a análise que realizaremos. Nosso objetivo ao lançar mão dessa teoria é observar de que forma os fatores pragmáticos exercem influência na produção de enunciados transparentes, o que configura outro princípio essencial da GTI: o de que os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão lingüística.

Portanto, os dados pragmáticos não são vistos como moldura dentro da qual se processa o intercâmbio lingüístico, ou como camada de enunciação que envolve os enunciados. As condições enunciativas que sustentam a ação verbal mostram-se no texto, por meio das próprias escolhas comunicativamente adequadas à situação interativa, fundadas nos diferentes sistemas cognitivos ativados por ocasião do processamento textual. (JUBRAN, 2007)

Logo, o que queremos observar é se esses fatores pragmáticos de fato influenciarão ou não a realização/não-realização do sujeito pronominal língua em questão e, caso exista tal influência, buscaremos apontar de que forma ela ocorre. Nos cabe agora definir os critérios que nortearão a análise por nós proposta.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

4.1 Objetivo geral

A hipótese a ser confirmada, ou não, na realização do presente trabalho é que o PB, por ser uma língua relativamente jovem e egressa de um ambiente repleto de outras línguas, vem evoluindo de uma língua mais opaca para uma língua mais transparente. Acreditamos, portanto, que as mudanças constatadas por outros estudiosos no paradigma pronominal do PB e na consequente realização do sujeito pronominal anteriormente por nós mencionadas, conferiram ao PB, no que se refere a esse fenômeno especificamente, um caráter mais transparente. Observaremos também se a organização tópica, fator pragmático, influenciará na realização/omissão do sujeito pronominal e na produção de enunciados mais transparentes ou mais opacos.

4.2 Objetivos específicos

A fim de realizar a análise a que este trabalho se propõe e obtermos os resultados esperados, buscaremos especificamente:

- a) Formular a representação das realizações do sujeito nos níveis da GDF, demonstrando de que forma as realizações apontadas na descrição da realização ou não do sujeito pronominal encontram representação no quadro teórico da GDF;
- b) Analisar a organização tópica de cada ocorrência, segundo os critérios propostos pela GTI e de que forma acontece a realização ou a omissão do sujeito quando houver a mudança entre os segmentos tópicos;
- c) Analisar a questão do tópico sob a perspectiva da GDF e observar de que forma a alternância entre um tópico e outro é representada por esta teoria;
- d) Após realizado o mapeamento das unidades em cada nível, será necessário verificar o alinhamento que essas unidades apresentam entre os níveis da GDF;

- e) Verificar o grau de transparência/opacidade na realização do sujeito em PB constatando se as características transparentes no fenômeno analisado são predominantes em PB.

4.3 Corpus

A amostragem que compõe o *corpus* dessa pesquisa foi coletada no banco de dados do IBORUNA que faz parte do projeto ALIP.

O banco de dados Iboruna é composto de dois tipos de amostras de fala: a amostra censo e a amostra de interação dialógica. Aquela contém 152 amostras de fala controladas sociolinguisticamente, considerando-se as variáveis sociais: sexo/gênero, faixa etária (5 níveis), escolaridade (4 níveis) e renda familiar (4 níveis), os roteiros de entrevistas eram direcionados para a obtenção de cinco diferentes tipos de texto: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), descrição (DE), relato de opinião (RO) e relato de procedimento (RP). A amostra de interação comporta amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação social.

A seleção dos dados para a presente análise não foi realizada controlando qualquer das variáveis sociais acima, uma vez que o objetivo do trabalho é analisar a realização/não-realização do sujeito no PB e acreditamos que a princípio devemos considerar qualquer faixa etária, sexo ou escolaridade, uma pesquisa controlando tais variáveis seria interessante em um outro momento.

Selecionamos três inquéritos para nossa análise: uma amostra de interação social e duas amostras censo. Conforme apresentaremos em seguida, analisaremos os dados selecionados com base em quatro parâmetros: a pessoa gramatical, traços semânticos do sujeito, especificidade e identificabilidade e a questão tópica. Para a análise dos três primeiros utilizamos recortes da amostra de interação social, selecionados aleatoriamente da interação selecionada. Para a análise da questão tópica optamos por selecionar duas amostras censo, uma vez que o informante realiza narrativas e, por essa razão, facilita a atestação das realizações de cadeias tópicas que buscamos analisar. Selecionamos uma NR e uma NE, os recortes também foram realizados aleatoriamente. Nossa análise é de base qualitativa.

4.4 Parâmetros para a análise

Para procedermos à análise pretendida, investigaremos as realizações do sujeito em PB com base em quatro parâmetros definidos: a pessoa gramatical; alguns traços semânticos; a especificidade e a identificabilidade e a questão tópica.

4.4.1 A pessoa gramatical

Um dos aspectos fundamentais ao se analisar o sujeito pronominal é a questão da pessoa gramatical. Conforme estudos gerativos realizados por especialista (DUARTE, 1993; 1995), com relação ao PB, parece haver mais omissão na realização do sujeito quando este se refere aos pronomes de primeira pessoa. A justificativa formal seria a desinência verbal para a primeira pessoa que é marcada, ocasionando a redundância ao realizar o sujeito também na forma pronominal, a justificativa funcional seria que a não realização do sujeito não ocasiona ambiguidade, sendo, portanto, funcionalmente motivada. Nesse momento, não é relevante apontar quais casos o pronome se realiza com mais frequência, o que nos cabe agora é definir de que forma os pronomes pessoais se realizam no modelo teórico por nós adotado a fim de mostrar as relações de transparência e opacidade: a GDF.

A questão da referência, conforme mencionado anteriormente, está ligada à intenção e à interação (NEVES, 2007), aspectos de natureza pragmática, portanto, no modelo da GDF, faz-se necessário analisar essa questão no nível pragmático, ou seja, no Nível Interpessoal. Nesse primeiro Nível, os pronomes pessoais se realizam como subatos de referência [R] e podem ser classificados de duas formas: aqueles que se referem aos participantes do ato discursivo (primeira e segunda pessoa) ou aqueles que se referem anaforicamente, cataforicamente, logoforicamente ou deiticamente a não-participantes do ato discursivo (terceira pessoa e logofórico) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008: 118).

O sistema pronominal das línguas, em geral permite uma série de combinações com relação ao falante e ao ouvinte. As combinações envolvem a inclusão ou não desses indivíduos e podem ser representadas como: [+S] quando envolver o falante e [-S] quando não o envolver; [+A] quando envolver o ouvinte e [-A] quando não o envolver. Encontramos na GDF, portanto, as seguintes combinações no Nível Interpessoal:

Primeira pessoa do singular (+id R₁: [+S, -A] (R₁))

Primeira pessoa do plural exclusiva (+id R₁: [+S, -A] (R₁))

Primeira pessoa do plural inclusiva (+id R₁: [+S, +A] (R₁))

Segunda pessoa do singular (+id R₁: [-S, +A] (R₁))

Segunda pessoa do plural (+id R₁: [-S, +A] (R₁))

Adaptado de HENGVELD E MACKENZIE, 2008: 118

Observamos que a marcação de plural não ocorre nesse nível, uma vez que a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural exclusiva tem a mesma representação, do mesmo modo que a segunda pessoa do plural e singular. A questão do número será marcada na esfera semântica, ou seja, no Nível Representacional, para os quais encontraremos as seguintes marcações:

Primeira pessoa do singular (1x₁)

Primeira pessoa do plural exclusiva (mx₁)

Primeira pessoa do plural inclusiva (mx₁)

Segunda pessoa do singular (1x₁)

Segunda pessoa do plural (mx₁)

Adaptado de HENGVELD E MACKENZIE, 2008: 118

Os pronomes dêiticos de terceira pessoa podem ser caracterizados como (+id R₁: [-S, -A] (R₁)). Essa marcação, contudo, não será utilizada para os casos em que os pronomes forem usados de modo fórico. No caso dos pronomes anafóricos, nós assumiremos que o Nível Morfossintático introduz as formas relevantes em resposta à codificação apresentada pelo Nível Representacional.

(83) I met Leila's fiancé (R₁, x₁) yesterday. He (R₁, x₁) looks very handsome.

‘Eu encontrei o noivo da Leila ontem. Ele é muito bonito.’

O que engatilha a forma pronominal no nível morfossintático é a presença de um subato de referência, sua contraparte é coindexada no nível representacional à descrição de uma entidade previamente apresentada. Em termos processuais, a ocorrência do *he* induz o ouvinte a buscar um referente plausível no componente contextual no qual a

coindexação é estabelecida. Para as anáforas, nem sempre há um antecedente textual, em certos casos o ouvinte terá que derivar significado de uma possível correferência para o pronome, igualmente presente no componente contextual.

(80) I met our new neighbours yesterday. She is an advertising executive.

‘Eu encontrei nossos novos vizinhos ontem. Ela é uma executiva publicitária.’

O referente plausível neste caso, *neighbours*, é um sintagma pluralizado enquanto que o referente é singular e feminino, depreende-se, portanto, que um dos vizinhos é uma mulher.

Os pronomes catafóricos se diferem em termos processuais dos anafóricos e dos logofóricos porque a correferência funciona à frente dos domínios da operação. O domínio da operação da catáfora é geralmente o ato do discurso, conforme podemos ver no exemplo abaixo:

(81) After he_i took a shower, Brian_i went to the movies.

‘Depois que ele tomou banho, Brian foi ao cinema.’

Neste caso a relação de catáfora é obtida entre as descrições de dois estados-de-coisa dentro de um ato discursivo. Se as duas predicções estiverem em uma relação equipolente, a catáfora não é possível no inglês, o que também ocorre quando a catáfora estiver na predicação principal, de acordo com os exemplos (82) e (83) respectivamente:

(82) He_i took a shower and Brian_i went to the movies.

‘Ele tomou um banho e Brian foi ao cinema.’

(83) He_i took a shower before Brian_i went to the movies.

‘Ele tomou um banho antes de Brian ir ao cinema.’

A catáfora pode ser representada por coindexação, da mesma forma que a anáfora, uma vez que se refere ao mesmo indivíduo apresentado à frente dos domínios da sentença na qual ela ocorre. Em (82) e (83), o pronome catafórico *he* possui a mesma representação que **Brian**: (R₁, x₁).

O pronome de terceira pessoa é geralmente o substituto de um substantivo ou do nome próprio de um indivíduo, é uma alternativa ao uso dos SNs. Conforme Wales (1996: 31) é um mecanismo de atalho para evitar usar o SN completo, diferentemente do pronome de primeira ou segunda pessoa. Estes se referem aos participantes do discurso, aos indivíduos atuantes na interação. Para Wales (1996), se referem normalmente a seres humanos em um diálogo, caracterizando-se, portanto, como pronomes “interpessoais”. A função linguística de substituto do nome ou do substantivo, função principal atribuída aos pronomes pessoais, não é facilmente detectável nos casos da primeira e segunda pessoa, uma vez que o falante e o ouvinte podem receber uma gama infinita de denominações, dependendo do papel por ele desempenhado ou a ele atribuído. A segunda pessoa pode ser “mãe”, “pai”, “filho”, “professor”, “enfermeira” etc, em outros contextos também podem substituir o falante, como quando adultos falam com bebê e se referem a si mesmos como “o papai”, “a mamãe”, “o tio” etc. Sabemos, no entanto, que apesar desta situação ser comum ao se referir à segunda pessoa é pouco comum ao se referir à primeira, sendo as formas pronominais muito mais comuns.

4.4.2 Traços semânticos do sujeito

Quanto à classificação semântica do sujeito, faz-se necessário destacar as propriedades das unidades lexicais destacadas por Chafe (1979), ou seja, aquelas denominadas por ele como “unidades seletivas”: contável, potente, animado, humano, feminino e único. Essas propriedades foram atribuídas aos substantivos, no entanto, algumas de suas implicações serão relevantes ao estudo dos pronomes aqui realizado.

De acordo com o autor a noção de contabilidade é atribuída a um substantivo quando este envolver uma classe de indivíduos separados, como por exemplo a palavra “elefante”. Um determinado substantivo, por outro lado, será considerado incontável quando não puder ser quantificado, geralmente por se referir à noção de massa, como é o caso da palavra “madeira”.

Outra característica especificadora dos nomes é a questão da potencialidade. É a condição apresentada por alguns substantivos que lhes permite ocorrer como agentes de verbos de ação, ou seja, para que determinado substantivo possa ocorrer como agente de determinado verbo de ação é necessário que ele possua determinada especificação semântica que lhe atribua uma condição de poder fazer algo. Esse substantivo, portanto,

tem: poder para realizar; força própria e é automotivado. O autor atrela o conceito de automotivação à propriedade da animacidade, uma vez que os seres animados é que são concebidos como tendo essa força motivadora interna e apresenta, entretanto, alguns exemplos de nomes não-animados que podem ocorrer como agentes:

- (84) The heat melted the butter.
‘O calor derreteu a manteiga’.
- (85) The wind opened the door.
‘O vento abriu a porta.’
- (86) The ship destroyed the pier.
‘O vento destruiu o píer.’ (CHAFE, 1979: 110)

Os três sujeitos acima mencionados (o calor, o vento e o navio) apresentaram uma força própria que os habilitou a realizar as ações acima descritas.

O conceito de animacidade, para o autor, está atrelado à existência de verbos cujos pacientes, normalmente, precisam ser animados, ou seja, precisam ser concebidos como pertencentes à categoria dos animais, conforme podemos ver nos exemplos abaixo:

- (87) The elephant is tired.
‘O elefante está cansado.’
- (88) I frightened the elephant.
‘Eu assustei o elefante.’
- (89) *The dish is tired.
‘A louça está cansada.’
- (90) *I frightened the dish.
‘Eu assustei o prato.’ (CHAFE, 1979: 110)

Observamos que nos dois primeiros exemplos, as construções se mostram totalmente possíveis e naturais, o que não ocorre nas duas últimas ocorrências, já que a louça não possui as qualidades necessárias para estar cansada ou para ser assustada, logo, não são animadas e esta característica se mostra essencial para a realização dos dois enunciados. Para o autor, o que leva um substantivo a ser potente é o que encontramos na intersecção entre a propriedade de contabilidade e a propriedade de potencialidade, logo, um substantivo precisa ser potente e contável para ser animado.

Uma vez que o substantivo foi especificado como animado ele pode ou não ser humano, podendo ser representado pelos pronomes *ele/ela* no PB ou *he/she* no Inglês. Observamos que tanto o PB quanto o Inglês apresentam duas formas para as referências humanas, o que não ocorre quando se trata de um substantivo não-humano, no caso do PB, as referências pronominais são as mesmas utilizadas para o substantivo que apresenta a propriedade de humanidade, *ele/ela*, já no Inglês observamos que, a forma pronominal se limita a apenas uma, não havendo portanto, diferença de gênero, possuindo, contudo, uma forma distinta das formas utilizadas para pessoa: *it*. No caso do plural, encontramos no PB as formas referenciais *eles/elas*, para seres humanos ou não e no Inglês encontramos apenas a forma *they*, que se refere a todos os seres, humanos ou não.

Para o autor, a questão do gênero está diretamente ligada ao nome humano quando seu sexo for especificado. Para ele, sempre que um substantivo humano não for especificado de outra forma, deverá ser tomado como masculino, atribuindo assim ao masculino o estado não marcado de um substantivo e ao feminino o estado marcado, logo, ao não saber o sexo de determinado indivíduo nós o trataremos como masculino.

Sabemos, no entanto, que Chafe (1979) analisou em seu trabalho exemplos em Inglês para o qual tais determinações são facilmente aplicáveis, uma vez que a questão do gênero se aplica aos seres humanos e não àqueles não-humanos. No PB, no entanto, sabemos que para seres não-humanos há também a atribuição de gênero, uma vez que outros marcadores como artigos, quantificadores e adjetivos também acompanham o gênero determinado pelo substantivo.

No que se refere aos pronomes, conforme acima exposto, para atribuir referência a nomes humanos e não-humanos no singular em PB utilizamos as formas pronominais *ele/ela*. Para o plural utilizamos as formas marcadas *eles/elas*. No Inglês há, no singular, o acréscimo do pronome neutro *it* para seres não-humanos, o qual não apresenta distinção de gênero, diferente das forma *he/she* utilizadas para atribuir referência a seres humanos. No plural, teremos apenas a forma *they*, que englobará substantivos humanos e não-humanos, e no caso dos humanos, masculino e feminino.

Ao se referir a nomes próprios atribuídos a seres humanos, o autor afirma que estes se referem a um conceito particular atribuído a tal indivíduo pertencente a uma classe semântica e não à classe em si, o que lhes atribui um caráter de unicidade. Para ele, um substantivo humano pode em sequência ser tido como único. Logo em seguida,

afirma que esta regra é inadequada, uma vez que não se refere a substantivos não-animados e únicos como *São Francisco*, por exemplo.

Igualmente relevante à nossa pesquisa é a questão da flexão do nome também abordado por Chafe (1979). Ele aponta a interação de dois fatores fundamentais para se determinar a flexão de um nome: a totalidade de uma substância ou classe frente a um membro da substância ou da classe e o questionamento se o falante sabe a que membro ou amostra se refere. Dentre os fatores que determinam esta flexão ele aponta: definido, genérico e agregado. Consideramos relevantes mencionar, para o estudo dos pronomes, o caráter definido.

A questão do fator definido ou não-definido está na crença do falante de que a identidade do ser a que se refere é conhecida por ele e pelo ouvinte. Para ilustrar tal ponto apresenta os seguintes exemplos:

- (91) An elephant stepped on my car.
'Um elefante pisou no meu carro.'
- (92) (Sm) water dripped on the floor.
'(um pouco) de água pingou no chão.' (CHAFE, 1979: 194)

No segundo exemplo, a notação (*sm*) se refere ao quantificador *some* que é pronunciado com o acento fraco. Nos dois exemplos, tanto o SN *elefante* quanto *água* não se referem às suas respectivas classes como um todo, ou seja, genericamente, mas se referem a um único membro ou amostra da classe. Diferente do que ocorre nos casos abaixo:

- (93) The elephant stepped on my car.
'O elefante pisou no meu carro'
- (94) The water dripped on the floor.
'A água pingou no chão.' (CHAFE, 1979: 194)

Nesses dois casos, por alguma razão, o falante pressupõe que tanto o *elefante* quanto a *água* são conhecidos pelo ouvinte e por este motivo estão flexionados como definidos pelo ouvinte, o que ocorre pela utilização do artigo definido *the*.

Dos aspectos apresentados por Chafe (1970), consideramos relevante utilizar como parâmetros para nossa pesquisa as propriedades semânticas de +animado/-animado, +humano/-humano e +definido/-definido. Os traços de +definido e -definido,

foram abordados por Hengeveld e Mackenzie (2008) nos pressupostos da GDF, conforme veremos na próxima seção.

4.4.3 Identificabilidade e especificidade

As questões de identificabilidade e de especificidade estão diretamente ligadas à questão da referência, aspecto fundamental ao estudo dos pronomes pessoais. Mais uma vez, se faz necessário retomar a distinção estabelecida por Dik (1997 *apud* NEVES 2007: 75) entre construção e identificação de referentes. A construção se estabelece no momento em que o falante deseja que o ouvinte introduza em seu modelo mental o referente, na identificação o ouvinte identificará o referente que já estiver disponível em seu modelo mental. Essas distinções, portanto, são sempre estabelecidas com relação à identificabilidade do referente ao ser acessado pelo falante.

Hengeveld e Mackenzie (2008: 113; 122) se referem a essa distinção em termos de duas oposições: referência identificável e não-identificável {+id, -id} e específica e não-específica {+s; -s}. Se o falante considerar que o referente é conhecido pelo ouvinte, ele será identificável e apresentará a marcação **+id**, quando o falante considerar que o referente for desconhecido pelo ouvinte, ele será não-identificável e receberá a marcação **-id**. A especificidade se refere à indicação de identificabilidade do falante por ele mesmo, que será configurado pelos marcadores **+s** para específico e **-s** para não-específico.

Dessas definições depreendem-se quatro combinações possíveis. Um referente será identificável e específico {+id, +s} se o falante assumir que tal referente é identificável pelo falante e pelo ouvinte, conforme o exemplo abaixo:

- (95) **She's** looking well today.
'**Ela** parece estar bem hoje.'
- (96) Did **the teacher** give you homework?
'**A professora** te deu tarefa?' (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008: 122)

Quando o falante souber a identidade do referente mas acreditar que o ouvinte não o saiba teremos um referente não-identificado e específico {-id, +s}, conforme os exemplos abaixo:

- (97) **Someone** helped me with the crossword puzzle.
'**Alguém** me ajudou com a cruzadinha.'
- (98) I have **a certain problem** with this text.
'Eu tenho **um certo problema** com este texto.' (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008: 122)

Se o referente não for identificável nem pelo falante e nem pelo ouvinte, ele será não-identificável e não-específico {-id, -s}, conforme ilustrado abaixo:

- (99) I am looking for **someone to help me**.
'Eu estou procurando **alguém para me ajudar**.'
- (100) Do you know **anything about physics**?
'Você sabe **alguma coisa de física**?'(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008: 122)

O referente será identificável e não-específico quando for identificável pelo ouvinte e não o for pelo falante. Uma das situações em que essa situação pode ocorrer é na Ilocução Interrogativa. A análise da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) a respeito de conteúdo interrogativo assumirá que o item questionado receberá a marcação {+id, -s}. Observemos o exemplo abaixo e sua respectiva representação no nível interpessoal:

- (101) Who stole my bike?
'Quem roubou minha bicicleta?' (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008: 122)

O interrogativo *who*, que se refere a um indivíduo que o falante presume ser conhecido pelo ouvinte, ou seja identificável, mas que não é conhecido pelo ouvinte, ou seja não-específico.

4.4.4 Determinações pragmáticas na atribuição de sujeito

Esse critério nos levará a analisar as ocorrências selecionadas tendo em vista sua organização tópica, nos pautando nos pressupostos da perspectiva textual-interativa (JUBRAN *op. cit*). Determinaremos, primeiramente qual é o tópico discursivo de cada ocorrência, em seguida encontraremos os segmentos tópicos que a compõem e analisaremos o sujeito realizado em cada um. Após essa constatação observaremos de

que forma a realização desses segmentos tópicos ocorrerá de acordo com os parâmetros estabelecidos pela GDF.

O objetivo é constatar se: (i) a mudança entre um segmento tópico e outro motiva a realização do sujeito pronominal, uma vez que o tópico sentencial provavelmente foi alterado; (ii) a presença de um mesmo tópico sentencial recorrente em uma sequência de sentenças dentro de um mesmo segmento tópico motiva a não realização do sujeito.

CAPÍTULO 5

5.1 Realização/não realização do sujeito pronominal no PB

Para o presente trabalho analisaremos a realização do sujeito por meio de pronomes pessoais e a sua ausência. Observemos a seguinte ocorrência encontrada no Banco de dados Iboruna:

- (102) Inf.1.: [ah:: (1) **ela**] mandô(u) a mãe dela vim me entregá(r) fati/ fati/ fatia hún/ fatia húngara que chama?... (2) **ela** mandô(u) a mãe dela vim me entregá::(r) a mãe dela me deu três... (3) **eu** pegue::i (4) Ø comi::... (5) Ø falei (6) Ø vô(u) comê(r) numa boa... alguma coisa num tem ali não... mas só que... (7) **ela** pas::sa (8) **eu** passo por ela (9) **eu** num olho... ele (10) **eu** cumprimento (11) **ele** me cumprimenta (12) **eu** cumprimento e::le... (13) **ele** conversa c'o D.... sabe? normal... mas (14) **eu** falo –“ah não (15) Ø num quero mais não porque”– (Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA)

Há um total de 15 sentenças nessa ocorrência, nas quais há sujeito pronominal ou a sua ausência em contextos em que caberiam. O sujeito é expresso pronominalmente em 11 delas. O sujeito, apesar de recuperável pelo contexto ou pela afixação verbal, não está presente em apenas 4 sentenças, das quais três se tratam de sentenças declarativas e afirmativas, enquanto apenas uma se refere a uma negativa.. Conforme dito anteriormente, para os objetivos deste trabalho nos deteremos às sentenças nas quais o sujeito se realiza por meio de pronomes e naquelas em que ele, apesar de recuperável pelo afixo verbal e pelo contexto, não está presente.

Observamos que, nesse trecho, a marcação do sujeito por meio de um pronome pessoal se mostrou mais comum que sua omissão e quando esta ocorreu, só aconteceu para a primeira pessoa do singular.

Observemos outro trecho:

- (103) Inf.2.: então aí (1) **EU** ouVI (2) Ø falÔ(U) [Inf. 1: uhm...] e (3) Ø liguei aqui na dona F. e a V. atendeu a V. atendeu [Inf. 1: (4) Ø sei] (5) **eu** falei V./ (6) **ela** falô(u) –“ah dona I. (7) **nós** **tamo(s)** **assistindo**(8) **nós** **vimo(s)** também”- (9) **eu** falei –“ah (10) **cês** **assiste** também esse programa?” – (11) **ela** falô(u) – (12) “**nós** **assiste** TTodo dia... bom (13) **eu** quando tô em casa né?... (14) **mas meu pai e minha mãe pega** todo dia”– (Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA.)

Há neste trecho o total de 13 ocorrências com o pronome pessoal expresso ou com sua omissão. Em 3 delas há a omissão do pronome, sendo que em um caso trata-se da terceira pessoa do singular. Na ocorrência **(4)** trata-se de uma interferência do ouvinte por meio de um marcador conversacional que dá ao falante um retorno, confirmando que compreende o que está sendo dito e a quem está se referindo. Em outras 4 sentenças também encontramos o pronome de primeira pessoa do singular como sujeito, nestas, no entanto, ele está expresso em sentenças afirmativas.

Em 6 e 11, encontramos o sujeito expresso pela terceira pessoa do singular **ela**. São dois pronomes femininos e ocorrem em sentenças afirmativas.

Em 10 o sujeito pronominal está expresso na segunda pessoa do plural, **cês**, essa ocorrência se trata de um dos casos em que a falante está reportando uma interação que manteve com a referente, o ouvinte nesse caso era o referente inclusivo, portanto a segunda pessoa do plural aqui se refere à referente *ela* e à sua família. Essa ocorrência consiste em uma sentença interrogativa.

A partir da seleção dessas duas ocorrências, faz-se necessária a análise de cada caso, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos. Primeiramente analisaremos os parâmetros de natureza morfossintática e semântica: pessoa gramatical, traços semânticos, especificidade e identificabilidade, em seguida partiremos para o parâmetro pragmático: a organização tópica das ocorrências. Observaremos se e de que forma esses fatores influenciam na presença/ausência do sujeito pronominal.

5.1.1 A pessoa gramatical

Observemos novamente a seguinte ocorrência:

- (104) Inf.1.: [ah:: (**1**) **ela**] mandô(u) a mãe dela vim me entregá(r) fati/ fati/ fatia hún/ fatia húngara que chama?... (**2**) **ela** mandô(u) a mãe dela vim me entregá::(r) a mãe dela me deu três... (**3**) **eu** pegue::i (**4**) Ø comi::... (**5**) Ø falei (**6**) Ø vô(u) comê(r) numa boa... alguma coisa num tem ali não... mas só que... (**7**) **ela** pas::sa (**8**) **eu** passo por ela (**9**) **eu** num olho... ele (**10**) **eu** cumprimento (**11**) **ele** me cumprimenta (**12**) **eu** cumprimento e::le... (**13**) **ele** conversa c'o D.... sabe? normal... mas (**14**) **eu** falo –“ah não (**15**) Ø num quero mais não porque”– (**Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA**)

Ao analisarmos a ocorrência (104), encontramos 11 sentenças com o sujeito expresso por uma forma pronominal e 4 nas quais é realizado por meio da elipse, podendo ser aí recuperado pelo contexto ou pela afixação verbal.

A realização do sujeito pronominal neste trecho é expressa em primeira ou terceira pessoa do singular. A informante em questão relata um fato ocorrido entre ela e alguns vizinhos, portanto, ora relata o que o vizinho ou a vizinha fez, ora relata o que ela mesma fez. Em 5 ocorrências encontramos o sujeito pronominal em terceira pessoa do singular, sendo em 4 delas feminino e em 1 delas masculino. Nas 6 sentenças restantes encontramos o sujeito expresso em primeira pessoa do singular.

De acordo com o modelo teórico da GDF, no Nível Interpessoal o pronome de primeira pessoa do singular se refere ao falante, participante ativo da interação e como tal apresenta a seguinte representação:

(+id R₁: [+S, -A] (R₁))

Tratando-se, portanto, de um subato de referência (R₁) identificável (+id), uma vez que se refere ao falante da interação (+S).

A questão do número é tratada no Nível Representacional, ou seja, na esfera semântica, na qual este pronome será representado por: (1x₁), que representa o indivíduo (x₁) no singular (1).

Nos casos apresentados na terceira pessoa do singular, o pronome ‘ela’ se refere à uma vizinha anteriormente mencionada, constituindo-se, portanto, como uma referência anafórica. A forma pronominal no nível morfossintático é engatilhada pela presença de um subato de referência no Nível Interpessoal (R₁) e sua contraparte é coindexada no nível representacional à descrição de uma entidade previamente apresentada (x₁), ou seja, quando a entidade à qual o pronome se refere foi introduzida na interação ela foi representada por: (R₁, x₁), o pronome em análise retoma esta entidade, e como tal possui sua representação idêntica à esta, pois apenas a retoma. O mesmo ocorre com o pronome ‘ele’ que retoma a pessoa do namorado ou marido da vizinha em questão.

Nos quatro casos de omissão do sujeito todos se referem à primeira pessoa do singular, a qual é recuperada por meio da afixação verbal. Apesar de não existir o sujeito expresso pronominalmente, a afixação verbal a ele referente lhe dará a mesma

representação nos níveis interpessoal e representacional que aquela apresentada pelo pronome ‘eu’. Observemos agora uma outra ocorrência desta interação:

- (105) Inf.2.: então aí **(1) EU** ouVI **(2) Ø** falô(U) [Inf. 1: uhm...] e **(3) Ø** liguei aqui na dona F. e a V. atendeu a V. atendeu [Inf. 1: **(4) Ø** sei] **(5) eu** falei V./ **(6) ela** falô(u) –“ah dona I. **(7) nós** **tamo(s) assistindo****(8) nós vimo(s)** também”- **(9) eu** falei –“ah **(10) cês assiste** também esse programa?” – **(11) ela** falô(u) – **(12) “nós assiste** T Odo dia... bom **(13) eu** quando tô em casa né?... **(14) mas meu pai e minha mãe pega** todo dia”– (**Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA.**)

Em (105) encontramos 10 ocorrências com a realização do sujeito pronominal sendo: 4 em primeira pessoa do singular, 3 em primeira pessoa do plural, 2 em terceira pessoa do singular e 1 em segunda pessoa do plural e 3 ocorrências com a omissão do sujeito pronominal.

No que se refere à primeira e terceira pessoa do singular, as representações se dão conforme exposto anteriormente ao analisarmos a ocorrência (102), já que o pronome de terceira pessoa se comporta da mesma forma então apresentada.

A realização por meio do pronome de primeira pessoa do plural, nos três casos se trata de primeira pessoa do plural exclusiva, pois não inclui o ouvinte, sendo representada da seguinte forma:

(+id R₁: [+S, -A] (R₁))

Observamos que a representação é a mesma da primeira pessoa do singular, isso ocorre porque a marcação de número só ocorrerá no nível representacional: (mx₁), no qual ‘m’ representa plural. Em dois destes três casos encontramos a afixação verbal trazendo as marcas da primeira pessoa do plural, no último caso, no entanto, a afixação verbal não traz traços da primeira pessoa do plural, pois é flexionado na terceira pessoa do singular: ‘assiste’. Este fato é bastante relevante para a análise a qual o presente trabalho se destina, mas será abordado quando tratarmos da implementação dos dados no modelo da GDF.

O exemplo (10) de (105) nos traz uma ocorrência do sujeito pronominal realizado com o pronome ‘(vo)cês’ que se refere à segunda pessoa do plural. No nível interpessoal este pronome apresentará a seguinte representação:

(+id R₁: [-S, +A] (R₁))

Nesta representação, observamos que o subato se refere ao ouvinte por meio da variável +A. A marcação de número, conforme dito anteriormente, se ilustrará no nível representacional: (mx₁).

A marcação do afixo verbal nas ocorrências que trazem a primeira e segunda pessoa do plural nos apresentam dois padrões diferentes: a marcação de pessoa e número em 7 e 8 e a não marcação em 10 e 12. Nos casos em que há o afixo verbal há a marcação de pessoa tanto no pronome quanto no afixo verbal *-amo(s)*. Nos exemplos 10 e 12, por outro lado, percebemos que a marcação de pessoa e número no verbo não ocorreu, podemos observar o mesmo em 14, que apresenta o sujeito de terceira pessoa do plural expresso por SN e não traz nenhuma marcação de pessoa no afixo verbal.

Essas últimas marcações mostram que no PB é possível e até comum a utilização de uma forma diferenciada apenas para a primeira pessoa do singular, como é facilmente verificado nas demais ocorrências em 1, 3, 4 e 5 e de uma mesma forma verbal para a primeira, segunda e terceira pessoa do plural e para a segunda e terceira pessoa do singular, como os exemplos 10, 12 e 14 que apresentam a mesma forma verbal para a segunda, primeira e terceira pessoa do plural, respectivamente, ou seja, se o sujeito não estivesse expresso, seria impossível ao ouvinte resgatar o sujeito ao qual o falante se referia nestas últimas ocorrências. No Português Padrão, no entanto, a marcação verbal ocorreria. Para as ocorrências 10 e 12, realizadas no Português Padrão, teríamos respectivamente:

(106) Vocês assist**em**.

(107) Nós assist**imos**.

Notamos que a marcação de pessoa e de número no PB nem sempre tem se realizado nos afixos verbais, por isso, é muito frequente a figura expressa do sujeito pronominal, uma vez que essa entidade vem trazendo a noção de número e pessoa. Nas ocorrências em que ele não está expresso, ele é facilmente recuperável pelo contexto ou pela afixação verbal, que com a ausência do elemento pronominal acaba ocorrendo para marcar o sujeito, conforme pudemos observar em 4, 5, 6, e 15 da ocorrência (104) acima transcrita. No Português Padrão, conforme podemos verificar nas amostras abaixo, esta ausência do sujeito também é bastante comum:

- (108) A senhora falou que Ø não gosta de cozinhar e Ø que tinha empregada. (Marins, 2009, p. 31)
- (109) Por exemplo, nesse trabalho que Ø apresentou sobre poesia, Ø é capaz de me dizer o que Ø aproveitou do contato com os alunos? (Marins, 2009, p. 33)

No primeiro caso, o sujeito foi identificado no início das sentenças e por ser o mesmo das outras duas orações, foi omitido. O mesmo ocorreu em 4, 5 e 6 na ocorrência (102), o que reforça que, tanto na variedade Padrão do Português Brasileiro quanto na vernáculo o Falante parece omitir o sujeito sempre que uma sequência de sentenças apresentarem o mesmo referente desempenhando essa função.

No último exemplo temos um sujeito que é o próprio Ouvinte da interação. O sujeito é ausente, mas é facilmente identificado pelo contexto. Na variedade vernáculo, no entanto, seria mais facilmente encontrada a presença do sujeito ‘você’ pelo menos em uma das duas primeiras frases:

- (110) Por exemplo, nesse trabalho que **(você)** apresentou sobre poesia, **(você)** é capaz de me dizer o que Ø aproveitou do contato com os alunos?

Dos três casos de omissão do sujeito, recuperamos por meio da afixação verbal e do contexto que dois se referem à primeira pessoa do singular e um à terceira pessoa do singular. No último caso, o sujeito omissivo se refere à pessoa a respeito da qual a informante relata um fato, aqui ela relata algo que ouviu em um telejornal e o sujeito se refere a um jornalista anteriormente mencionado.

Nos dois casos em que o sujeito omissivo se refere à primeira pessoa do singular, a qual é recuperada por meio da afixação verbal. Apesar de não existir o sujeito exposto pronominalmente, a afixação verbal a ele referente lhe dará a mesma representação nos Níveis Interpessoal e Representacional que aquela apresentada pelo pronome ‘eu’.. No caso da omissão do sujeito em terceira pessoa, ocorre a mesma representação do sujeito realizado pronominalmente: (R₁, x₁), ou seja, a mesma representação do referente, assim que ele é introduzido na interação.

Nesses exemplos, pudemos observar que quando houve a manifestação da segunda pessoa do plural, esta se deu pela forma ‘(vo)cês’ e não ‘vós’, e a manifestação da segunda pessoa do singular, omissa pronominalmente, apresentou a afixação verbal adequada para o que Duarte (1993) chama de segunda pessoa do singular indireta, que seria a afixação adequada para a forma pronominal ‘você’ e não para a segunda pessoa

do singular direta ‘tu’. Tal forma é a mesma forma verbal apresentada para a terceira pessoa do plural, o que ilustra a redução no PB do paradigma das formas verbais de seis formas diferentes para três formas apenas (DUARTE, 1993). Nos exemplos aqui analisados pudemos observar três formas verbais trazendo a marca de pessoa: a marca de primeira pessoa do singular, de primeira pessoa do plural e a de terceira pessoa do singular, esta se referindo à segunda e terceira pessoa do singular e do plural respectivamente, a marcação de pessoa, portanto, nas ocorrências de segunda e terceira pessoa se deu apenas no sujeito pronominal e não na afixação verbal.

De acordo com o que foi apresentado na seção a respeito do sujeito em PB, há um ponto consensual (DUARTE, 1993; 1995; SILVA, 1993; ILARI; FRANCHI e NEVES, 1996 ; NEVES 2007) a respeito da redução do paradigma pronominal em nossa língua nos últimos anos, o que foi facilmente atestado nas duas ocorrências acima analisadas. A segunda pessoa do plural ‘vós’ foi substituída pela forma (vo)cês e a afixação verbal que a ela cabia parece estar restrita a textos escritos muito formais e arcaizantes, como algumas reedições da Bíblia, por exemplo (ILARI; BASSO, 2006: 115). Nos dois trechos acima analisados observamos, também, que a omissão do sujeito ocorreu predominantemente quando se tratava da primeira pessoa do singular, apenas em um trecho isso ocorreu referindo-se à terceira pessoa do singular e em cada omissão houve a afixação verbal correspondente à pessoa do discurso que não estava expressa pronominalmente.

5.1.2 Traços semânticos

Conforme apresentamos na seção ‘parâmetros para análise’, consideramos relevante ponderar a respeito dos seguintes traços semânticos dos sujeitos pronominais: +animado/-animado, +humano/-humano e +definido/-definido.

Em (104) e (105) encontramos várias ocorrências do sujeito realizado em primeira pessoa do singular, em todos eles podemos dizer que se trata de um sujeito que apresenta os seguintes traços semânticos: é +animado, por apresentar uma força própria que o habilita a realizar as ações propostas pelos verbos aos quais se referem; é +humano, por se referir ao próprio falante da interação e +definido, uma vez que o referente é conhecido pelo falante e pelo ouvinte.

Há casos em (104) e (105) nos quais há a realização do sujeito pronominal em terceira pessoa do singular, os quais se referem a um indivíduo +humano e +animado,

sendo que alguns são femininos e outros masculinos. Em todos os casos apresentados o pronome faz referência a uma pessoa citada anteriormente na interação e, como tal é definido.

Em (105) encontramos três ocorrências (7, 8 e 12) com o sujeito expreso na primeira pessoa do plural *nós*, que apresenta traços semânticos de +humano e +animado. As três se tratam de primeira pessoa do plural exclusiva, ou seja, não incluem o ouvinte, mas mesmo assim são definidas, já que tanto falante quanto ouvinte sabem exatamente de quem se trata.

No exemplo (10) de (105) o sujeito pronominal está expreso na segunda pessoa do plural, *cês*, como tal se refere a uma referência +humana, +animada e definida. Conforme dito anteriormente, nesse trecho o falante está reportando um diálogo que manteve com uma terceira pessoa com a qual interagiu em certo momento no passado. O pronome em questão foi utilizado pela própria falante ao se dirigir à terceira pessoa com a qual conversava e não com a falante com quem mantém diálogo no momento da interação registrada. Isso, no entanto, não muda a classificação semântica acima apresentada, pois é um referente humano, animado e definido, porque tanto a falante quanto a ouvinte sabem a quem se refere.

Todos os sujeitos expressos pronominalmente nas ocorrências em análise se tratam de pronomes humanos, animados e definidos e os sujeitos não realizados pronominalmente também se referem a entidades humanas, animadas e definidas, o que nos leva a concluir que, nessas ocorrências, os traços semânticos analisados não contribuíram para a realização/omissão dos pronomes pessoais como sujeito das orações.

5.1.3 Identificabilidade e especificidade

Conforme dito anteriormente, a identificabilidade se refere à crença do falante que o referente é conhecido pelo ouvinte e a especificidade se refere à indicação de identificabilidade do falante por ele mesmo.

Em (104) encontramos 6 sentenças contendo sujeito pronominal em primeira pessoa do singular e 5 contendo sujeito pronominal em terceira pessoa do singular.

Por se referir ao falante da interação, o sujeito em primeira pessoa é evidentemente conhecido pelo ouvinte e pelo próprio falante, sendo, portanto, identificável e específico [+id, +s], uma vez que se trata do próprio falante [+S, -A].

Há 4 casos, contudo, que não apresentam o sujeito expresso pronominalmente, mas apenas expresso no afixo verbal e que se referem à primeira pessoa do singular. A afixação verbal correspondente torna estes sujeitos, apesar de omissos, identificáveis e específicos, já que tais afixos trazem a marca de pessoa correspondente.

As 5 ocorrências que possuem o sujeito em terceira pessoa do singular apresentam uma referência identificável [+id] e específica [+s], pois em todas as situações a falante se refere a alguém que ela e a ouvinte conhecem.

Em todas as ocorrências, com ou sem omissão do sujeito, pudemos atestar que a identificabilidade e a especificidade estiveram intactas, pois sempre se fez possível recuperá-las pelo contexto ou pela afixação verbal o que atesta que, a clareza da comunicação sempre foi preservada, uma vez que a ambiguidade não se instalou em nenhuma das duas interações.

Pudemos observar que, das 29 sentenças presentes nas duas ocorrências destacadas, houve a realização do sujeito pronominal em 22 delas e a ausência em apenas 7. Isso nos mostra que, em PB a categoria de sujeito está sendo mais preenchida. Mesmo considerando o fato que, na língua em questão seja possível omiti-lo e recuperá-lo facilmente pela afixação verbal, essa omissão parece cada vez mais rara no PB em sua variedade vernácula, o que Duarte (1993) chamava de perda da característica *pro-drop* e posteriormente chamou de perda do aspecto ‘evite pronome’ (DUARTE, 1995), o que foi discutido por outros estudiosos apresentados nesse trabalho em seção anterior. Os 7 casos de omissão do sujeito, conforme dito anteriormente, se tratavam de sujeitos recuperáveis facilmente pela afixação verbal ou pelo contexto da interação, o que indica que, em nenhum dos casos houve comprometimento da mensagem a ser veiculada pelo Falante, atestando que a ausência do pronome não compromete a eficácia da condição comunicativa, ausência, portanto, funcionalmente motivada.

Observaremos agora um quinto critério a ser considerado, a questão pragmática que envolverá o tópico discursivo e o tópico sentencial e de que forma esses fatores influenciam na realização/omissão do sujeito.

5.1.4 A questão pragmática

Nessa seção observaremos em que medida questões pragmáticas influenciam ou não na realização/omissão do sujeito pronominal em PB. A fim de realizarmos tais observações, observaremos as atribuições de tópico discursivo e os segmentos tópicos que dão origem a cada ocorrência selecionada.

Com o objetivo de examinarmos a construção tópica na interação, optamos nessa seção por analisar ocorrências coletadas no tipo amostra comunidade dos tipos NE e NR. Acreditamos que, dessa forma, o falante produzirá ocorrências mais longas e isso facilitará a análise a qual esse trabalho se propõe. Observemos a proposta do documentador e o início do relato do tipo NR que segue:

- (111) Doc.: dona M. e assim tem algum relato assim de alguma coisa que aconteceu... que a senhora ficô(u) saben::(d)o alegre ou triste assim que marcô(u) a senhora que a senhora... se lembre?
 Inf.: éh... tem muita... muitas coisa que a gente pode comentá(r)... mas são coisas que a gente... até teve como suportá(r)... mas ultimamente... aconteceu um caso... o qual não faz muito tempo... a gente ainda continua passan(d)o tá recente ainda... a respeito da morte d'uma moça que morô(u) aqui com a gente na cidade foi criada aqui... que foi mu::ito...teRRível (**Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA**)

O questionamento proposto pelo documentador aponta duas possibilidades ao informante: relatar um fato triste ou um fato alegre que tenha marcado sua vida. Por meio do início de seu relato a informante opta por narrar algo triste que ocorrera há pouco tempo atrás e que ainda parece lhe causar uma certa comoção: a morte de uma moça conhecida. Por meio deste relato, o tópico discursivo é estabelecido: a informante narrará de que modo esta moça veio a falecer, conforme podemos observar na sequência de seu relato:

- (112) Doc.: e quem que contô(u) isso pra senhora?
 Inf.: a mãe da moça é minha amiga... quando solte(i)ra **(1) a gente** saía junto... **(2) Ø** (ia) em baile junto...
 // até hoje **(3) a gente** se encontra **(4) Ø** conversa... a mãe achô(u) que ia passá(r) TUDO na vida menos... isso aí...
 (113) // foi uma surPREsa pra Ela... e pra todos... a moça era muito bonita **(1) Ø** trabalhava numa lojinha de PARENtes... aqui na cidade...

// até que (2) **ela** resolveu querê(r)...mudá(r) a história dela (3) Ø crescê(r)... (4) Ø evoluí(r)... (5) Ø fez um curso de enfermagem... (6) Ø pegô(u) um emprego no hospital... e a noite (7) Ø fazia uma... faculdade um estudo a/ pra... melhorá(r) o grau dela... e (8) Ø conheceu um rapaz... o qual

// (9) **ela** veio pra casa de/ esse rapaz veio pra casa da da mãe... como namorado mas (10) Ø acho que (11) Ø era separado de esposa... e (12) Ø conviveu (13) Ø ajudô(u) a reformá(r) a casa... (14) Ø ajudô(u) ela a comprá(r) um ca::rro... e::...

(114) // (1) **eu** acho que por ciúmes dela... o::... (2) **eu** não sei bem a história se (3) **ela**... era fiel a e::le ou se (4) **ela** gostava de o::(u)tro...(5) **eu** num sei a história direito por que (6) Ø saiu até em jornal tudo...

// (7) **ele** veio matá(r) ela... em frente o prédio dele... um sobrado... um apartamento... com::... caniVEte... (8) Ø levô(u) treze canivetada... no pescoço... (9) Ø caiu ensangüentada... e:: (10) Ø tá enterrada aqui em Cedral... **(Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA)**

A divisão do relato em três subpartes foi por nós realizada. Justifica-se pela divisão do tópico discursivo em segmentos tópicos que o compõem e as três subpartes foram por nós destacadas a fim de facilitar a análise. Dentro de cada segmento tópico há uma subdivisão em subtópicos mínimos marcada por barras duplas (//) e por espaçamento entre as linhas.

O princípio organizador do discurso da informante nesta ocorrência é a morte da moça que ela conhecia, que é um fato que marcou sua vida, atendendo à solicitação do documentador feita anteriormente. Esse fato, portanto, constitui o tópico discursivo dessa ocorrência. Tal tópico será, por sua vez, organizado pela Falante em três segmentos tópicos a seguir: a proximidade da informante com a mãe da vítima; a descrição da vítima e o relacionamento desta com o rapaz que veio a assassiná-la e finalmente o assassinato.

Estimulada, certamente, pela intervenção do documentador ao questionar quem havia contado tal fato à informante ela inicia a narrativa respondendo ao questionamento, dizendo que mantinha uma relação de sólida amizade com a mãe da moça. Nesse início de seu relato, a informante passa a relatar sua relação com a mãe da jovem, a fim de explicar que foi por intermédio dessa relação que tomou conhecimento do fato e que, por sua proximidade com a genitora da vítima, esse acontecimento a chocou de maneira a selecionar tal situação a ser relatada. Esse início constitui, portanto, o primeiro segmento tópico.

Ao atender ao pedido do documentador, a informante passa então a relatar fatos a respeito da vida profissional e pessoal da vítima. O novo segmento tópico

é introduzido a partir da expressão ‘foi uma surpresa pra ela e pra todos’, por meio da qual a informante deixa de narrar sua relação com a mãe da jovem e passa ao fato da morte dela, que chocou a todos. Nesse segmento tópico ela caracteriza a vida estudantil e profissional da vítima, como uma jovem esforçada e estudiosa e seu relacionamento com o companheiro.

No último segmento tópico, a informante relata o assassinato da jovem, descrevendo-o e apresentando quais justificativas ela acredita terem levado o rapaz a cometer tal crime.

Conforme fizemos anteriormente, destacamos as ocorrências nas quais o sujeito pronominal se realizou ou se omitiu. Vejamos novamente o primeiro segmento tópico:

(112) Doc.: e quem que contô(u) isso pra senhora?

Inf.: a mãe da moça é minha amiga... quando solte(i)ra **(1) a gente** saía junto...
(2) Ø (ia) em baile junto...

// até hoje **(3) a gente** se encontra **(4) Ø** conversa... a mãe achô(u) que ia passá(r) TUdo na vida menos... isso aí...

Destacamos 4 sentenças nas quais houve a realização do sujeito por meio do pronome de terceira pessoa do singular ‘a gente’ em duas delas e em uma houve a omissão do sujeito, que se referia ao mesmo pronome dos primeiros casos.

Esse pronome se realiza com a afixação verbal cabível à terceira pessoa do singular e pudemos observar que o sujeito nos quatro casos é o mesmo: ‘a gente’, que também constitui o sujeito das duas sentenças nas quais se realiza e, apesar de omissão, é também o sujeito recuperado nas outras duas sentenças.

Nos dois casos de omissão, o sujeito em questão é o referente topicalizado em posição de sujeito da oração anterior, consistindo o que Kim (1996) chamou de tópico anterior. A ausência do sujeito não prejudicou a comunicação e era evidente que retomava um referente anteriormente retomado.

Observa-se, no entanto, que as quatro ocorrências em análise ocorrem em sequência e intercala-se uma realização do sujeito e uma não realização, uma vez que o referente é o mesmo, e na sentença posterior há uma retomada deste. Por que não há uma sequência de uma realização para três não-realizações? Ou o que motiva a sequência utilizada pela informante e não a por nós agora apresentada?

Podemos subdividir essa ocorrência em dois subtópicos distintos: em 1 e 2 a informante se refere à época em que ela e a mãe da moça eram jovens, a como a

amizade entre as duas se iniciou, em como saíam juntas na juventude; em 3 e 4 ela se refere ao relacionamento das duas no momento em que dava seu relato, que as duas se encontram e conversam. Marcando essa subdivisão, a informante realiza o sujeito novamente em 3, uma vez que o subtópico agora era outro. A realização e a omissão do sujeito nesses dois casos foram motivadas pela mudança pragmática do subtópico das ocorrências, observando-se, portanto, a pragmática exercendo influência sobre a sintaxe.

Cada um desses quatro segmentos vem a ser a menor porção tópica possível em cada ocorrência, ou seja, a menor divisão tópica à qual poderíamos chegar, por essa razão, ancorados nos princípios da GTI, ele são classificados como segmentos tópicos mínimos. Se analisarmos as mesmas ocorrências pautados pelo que estabelece a GDF observaremos que tais segmentos consistem em Movimentos (M), pois são as menores unidades livres do discurso (KROON, 1995 *apud* HENGVELD e MACKENZIE, 2008), são as menores contribuições para o curso da interação.

No primeiro Movimento encontramos a presença de 3 Atos Discursivos (A): a mãe da moça é minha amiga; quando solteira a gente saía junto; (ia) em baile junto, para os quais obtemos a seguinte representação:

(115) (MI [(AI: -a mãe da moça é minha amiga– (AI)) (AJ: - quando solteira a gente saía junto - (AJ)) (AK: - ia em baile junto – (AK))]) (MI)

Apenas os dois últimos Atos Discursivos são relevantes à nossa análise. No segundo, o Conteúdo Comunicado (a informação que o Falante deseja evocar em sua comunicação com o Ouvinte) nos trará como tópico o Subato Referencial (R) materializado como o pronome ‘a gente’. Este Subato exercerá a função de tópico por ser ele o responsável por indicar de que forma o Conteúdo Comunicado se relacionará ao registro presente no Componente Contextual, ou seja, saíam juntas a Falante e a mãe da moça, o que só pode ser recuperado pela informação presente no Componente Contextual. Para esse Conteúdo Comunicado encontraremos a seguinte representação:

(116) (CI: [(TI) (RI: a gente (RI))TOP] (CI))

Para o segundo Conteúdo Comunicado encontraremos a não realização do sujeito pronominal. A afixação verbal é apropriada à forma da primeira pessoa do plural ‘a gente’, mas é a mesma forma utilizada para a terceira pessoa do singular e para a

segunda pessoa do singular ‘você’. Essa afixação, portanto, sozinha não permitira a identificação eficaz do sujeito nessa oração. No entanto, o Subato é recuperável ao acessarmos o Conteúdo Comunicado anterior, cujo elemento que exerce a função de tópico é o Subato Referencial dos dois Conteúdos. A omissão, portanto, não causa ambiguidade, pois os dois Conteúdos Comunicados subsequentes apresentam o mesmo Subato de Referência realizado na função de sujeito. Dessa forma a representação do segundo, mesmo omissa, seria:

(117) (CI: [(TI) (RI: a gente (RI))TOP] (CI))

Pela afixação verbal, portanto, o Subato de Referência ‘a gente’ é recuperado, e consiste no tópico e no sujeito da ocorrência.

O mesmo ocorre no segundo Movimento em destaque. A informante passa a relatar os dias atuais e seu relacionamento com a mãe da moça. Da mesma forma que no Movimento anterior, dois Atos Discursivos nos são relevantes:

(118) (MI [(AI: -a gente se encontra- (AI)) (AJ: - conversa - (AJ))] (MI))

A omissão do segundo sujeito novamente retoma o sujeito da oração anterior, no que estabelece a GDF o Subato Referencial realizado pelo afixo verbal no segundo Ato retoma o sujeito e tópico do Ato anterior, por esse motivo não há possibilidade de ambiguidade e apenas a afixação é capaz de realizar o sujeito sem qualquer possibilidade de confusão por parte do Ouvinte, mesmo que essa afixação seja comum a várias pessoas do discurso (segunda e terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural).

Em (113) encontramos quatorze ocorrências destacadas, das quais há apenas duas em que o sujeito se realiza pronominalmente e doze nas quais não se realiza. Observemos essa ocorrência novamente:

(113) // foi uma surPREsa pra Ela... e pra todos... a moça era muito bonita **(1) Ø** trabalhava numa lojinha de PARENtes... aqui na cidade...

// até que **(2) ela** resolveu querê(r)...mudá(r) a história dela **(3) Ø** crescê(r)... **(4) Ø** evoluí(r)... **(5) Ø** fez um curso de enfermagem... **(6) Ø** pegô(u) um emprego no hospital... e a noite **(7) Ø** fazia uma... faculdade um estudo a/ pra... melhorá(r) o grau dela... e **(8) Ø** conheceu um rapaz... o qual

// (9) *ela* veio pra casa de/ esse rapaz veio pra casa da da mãe... como namorado mas (10) Ø acho que (11) Ø era separado de esposa... e (12) Ø conviveu (13) Ø ajudô(u) a reformá(r) a casa... (14) Ø ajudô(u) ela a comprá(r) um ca::rro... e::...

Os dois casos em que há a realização do sujeito há o pronome de terceira pessoa do singular feminino *ela* figurando como sujeito e retomando o referente *moça* apresentado no início do quadro tópico. Em 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 o sujeito omissso se refere também à *moça*; em 10, 11, 12, 13 e 14 o sujeito omissso se refere ao *rapaz*.

A primeira ocorrência por nós destacada em (113) é um sujeito não realizado pronominalmente, que retoma o referente anteriormente mencionado *moça*. Logo em seguida, em 2, o sujeito passa a ser realizado por meio do pronome *ela* e nas quatro ocorrências seguintes é omitido novamente, mas sempre retomando o mesmo referente apresentado em 2.

Semelhante ao que ocorreu em (112), temos novamente uma subdivisão no segmento tópico em subtópicos distintos: no início do segmento e em 1 temos um passado mais distante da vida da jovem, no qual trabalhava com a família em uma loja familiar; de 2 até 8 a mudança em sua vida profissional até conhecer o namorado em 8 e de 9 a 14 a sua vida afetiva marcada pelo relacionamento com o novo referente, *o rapaz*. Estes segmentos marcam três Movimentos dentro dos quais há vários Atos Discursivos.

No primeiro Movimento há apenas uma ocorrência por nós destacada e nela há a ausência do sujeito pronominal. Este, no entanto, retoma o referente *moça* apresentado no início do relato e, portanto, retoma o referente topicalizado em posição de sujeito do Conteúdo Comunicado anterior. Essa ocorrência apresenta o mesmo padrão apresentado em (112), a diferença é que, aqui o elemento topicalizado não é um pronome, mas um sintagma nominal, ‘a *moça*’ à qual se refere o segundo conteúdo comunicado, novamente há a elipse no segundo Conteúdo Comunicado.

Ao iniciar o segundo subtópico com a sentença 2, a informante imediatamente realiza o sujeito pronominalmente, mesmo se tratando da mesma pessoa a que se referiu no início da narrativa. Essa inserção é certamente motivada pela mudança no subtópico, pois nesse momento a Falante passa a descrever uma mudança no comportamento da jovem, e a inserção do sujeito pronominal marca o início dessa nova fase não apenas na vida da *moça*, mas principalmente em seu relato. Nos termos da GDF, a realização do sujeito é motivada pela mudança no Movimento, tendo o Subato Referencial ‘*ela*’ topicalizado e marcando o início de uma nova unidade comunicativa mínima.

Nas quatro sentenças que seguem, há omissão do sujeito, que novamente retoma o último referente realizado, o referente topicalizado anteriormente realizado como sujeito: *ela*. Apesar de sintaticamente estar se referindo à mesma pessoa, nos seis relatos dos dois primeiros Movimentos, podemos dizer que, em 1, a informante fala da moça em sua infância e início da juventude e de 2 a 6 fala de uma outra face da jovem, da moça madura, esforçada, ambiciosa e já adulta. Há, portanto, duas fases da vida da moça sendo aqui mostradas por meio de dois referentes que, sim, são a mesma pessoa, mas em diferentes estágios da vida.

Em 7 podemos observar a hesitação e até uma certa confusão por parte da informante. Ela inicia seu relato falando que a jovem volta para a casa, tendo a jovem ainda como tópico sentencial mas aqui realizado pelo pronome *ela* como sujeito da oração e ao utilizar o Sintagma Nominal *esse rapaz* passa a centralizar seu relato na pessoa dele, alterando o tópico sentencial para *o rapaz*. Nas sentenças que seguem, de 8 a 12, o sujeito novamente não se realiza e, como nos subtópicos anteriores, retoma o referente topicalizado em posição de sujeito da oração anterior, nesse caso, *o rapaz*.

A realização do pronome *ela* em 7, marcando o início desse subtópico nos leva a dois questionamentos importantes: por que o pronome *ela* marca o início de uma construção tópica na qual o tópico é o rapaz? E por que o sujeito não se realiza como o pronome de terceira pessoa do singular masculino em nenhuma delas?

Conforme dito anteriormente, a ocorrência 7 demonstra uma certa hesitação da informante ou até um equívoco por sua parte. Por se tratar de um texto oral, diferentemente do texto escrito, o Falante não tem como refazer certos trechos em que queira se retratar ou reformular sua colocação anulando o que foi dito anteriormente. A possibilidade da reformulação é possível, da anulação se faz impossível. Por essa razão podemos observar que a informante iniciou seu relato de uma forma, ainda com a jovem sob o holofote da topicalização, mas quis transferir esse status ao rapaz e logo em seguida, reformulou a sentença descrevendo a mesma ação mas com a mudança do sujeito: *esse rapaz veio pra casa da da mãe*. Talvez motivada pelos subtópicos anteriores nos quais a jovem era o sujeito, houve, talvez automaticamente, a inserção do referente *ela*, uma vez que ele já vinha figurando anteriormente em sua narrativa. Curioso, no entanto, é o fato de que, talvez pela emoção ou pela proximidade do desfecho de seu relato, a informante iniciou essa subparte de sua narração com um tópico anterior, um tópico que preferiu não manter na sequência de seu testemunho, optando por substituí-lo por meio da reformulação de sua sentença, no entanto, a

marcação do sujeito pronominal, por ela utilizada até então para marcar essas mudanças de subtópicos não foi esquecida. Nos parece que, para ela, a guinada a um novo subtópico automaticamente ocorria por meio da realização do sujeito pronominal e essa realização, embora por ela posteriormente substituída, de fato ocorreu. A necessidade de marcar a divisão até agora padronizada em sua fala, em 1 e 3 de (112) e em 2 em (113), fez a informante marcar novamente o sujeito pronominal para marcar a alternância do subtópico.

Até o momento pudemos traçar um paralelo entre o que a GTI chama de segmentos-tópicos mínimos e o que a GDF chama de Movimento. Dentro da camada do Movimento, foi constatado até o momento a realização de um Subato Referencial como sujeito e elemento topicalizado no início de cada unidade por meio de um pronome pessoal ou de um sintagma nominal (como em ‘a moça’ e ‘o rapaz’) e sua posterior realização apenas no afixo verbal.

Pudemos observar que os dois primeiros segmentos tópicos possuem uma organização e estruturação bastante semelhante, o que não ocorrerá em (114). Das dez sentenças destacadas há a realização do sujeito em seis delas e a omissão em quatro, conforme podemos ver abaixo:

(114) // **(1) eu** acho que por ciúmes dela... o::... **(2) eu** não sei bem a história se **(3) ela...** era fiel a e::le ou se **(4) ela** gostava de o::(u)tro...**(5) eu** num sei a história direito por que **(6) Ø** saiu até em jornal tudo...

// **(7) ele** veio matá(r) ela... em frente o prédio dele... um sobrado... um apartamento... com::... canivete... **(8) Ø** levô(u) treze canivetada... no pescoço... **(9) Ø** caiu ensangüentada... e:: **(10) Ø** tá enterrada aqui em Cedral... **(Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA)**

Observamos a existência de dois subtópicos dentro desse quadro: a tentativa da informante em fornecer a motivação para o crime e o relato do assassinato propriamente.

Na primeira subunidade tópica, observamos pela primeira vez nesse relato a realização do sujeito em primeira pessoa do singular. A informante pretende informar o motivo que levou o rapaz a cometer tal crime, esse fato, no entanto, não parece ser de seu conhecimento, o que ela sabe é o que ouviu dizer ou o que foi comentado nos noticiários. Por essa razão, ela deixa evidente que só está informando algo que ouviu dizer, que não tem certeza dos motivos por ela apresentados. Essa incerteza é

demonstrada exatamente nas três sentenças em que o sujeito se realiza pronominalmente em primeira pessoa do singular, em 1, 2 e 4. Nessas sentenças, o sujeito passa a ser *eu*, ou seja, a própria informante, que deixa claro sua incerteza nas afirmações.

Observamos que, apesar de vir imediatamente após uma sentença que apresenta como sujeito o mesmo referente da anterior, a sentença 2 apresenta novamente o sujeito pronominal expreso. Acreditamos que duas hipóteses poderiam explicar esse fato: a necessidade de se isentar da justificativa apresentada leva a informante a reforçar, enfatizar que não sabia bem a história, trazendo novamente à tona o pronome e como em 2 apresentará a possível infidelidade da jovem que figurará como justificativa para o *ciúme* apresentado em 1, infidelidade essa que pode ser considerada como a informação central desse subtópico; ou para apresentar uma segunda justificativa para o fato. Acreditamos que a última hipótese melhor se encaixa no que foi até então apresentado, uma vez que a informante até agora tem utilizado a marcação do sujeito pronominal sempre que altera o subtópico de seu relato, ou seja, sempre que apresentar uma mudança, nesse caso, a marcação parece indicar a parte central desse subtópico. A marcação que ocorre em 5 retoma o tópico sentencial para a pessoa da informante, uma vez que em 3 e 4 passou a se referir à *ela*, a jovem, novamente como o tópico sentencial.

Em 3 e 4 há, conforme anteriormente mencionado, o sujeito realizado pelo pronome *ela* e, por sua vez, alternando o tópico sentencial para a moça novamente. Há, nas duas orações a realização pronominal do sujeito, não havendo omissão no segundo caso. Em 6 há a omissão do pronome e o afixo verbal se refere à terceira pessoa do singular, e dessa vez o sujeito ausente está retomando o objeto direto da ocorrência anterior: a história, dessa forma, apesar de não retomar o sujeito anterior, retoma o objeto, o que não deixa lugar para ambiguidades.

De 7 a 10 temos o último subtópico da ocorrência, no qual a informante relata o assassinato da jovem. Há a realização do sujeito apenas na sentença que inicia o subtópico, em 7, nas demais há apenas sujeitos realizados na afixação verbal. Diferentemente do que ocorreu em (112) e (113), o tópico sentencial de cada sentença de 8 a 10 não retoma o tópico anterior: *ele*. As três últimas sentenças retomam a jovem como tópico sentencial, apesar de não se realizarem pronominal ou nominalmente. Facilmente percebe-se a mudança de tópico e o referente é resgatado por se constituir no objeto direto da sentença anterior: *ele veio mata(r) ela*. Por meio do contexto também é

facilmente observável que o sujeito de 8, apesar de apresentar a mesma afixação verbal, não pode ser o rapaz, uma vez que ele foi o algoz e não a vítima dos golpes de canivete.

A subdivisão em segmentos-tópicos mínimos apresentada não encontrará dessa vez correlação com o que os parâmetros da GDF estabelecem como Movimento. Observamos no primeiro segmento-tópico a presença de cinco Movimentos distintos a seguir identificados:

- (114) // **(1) eu** acho que por ciúmes dela... o::...
(2) eu não sei bem a história
 se **(3) ela...** era fiel a e::le
 ou se **(4) ela** gostava de o::(u)tro...
(5) eu num sei a história direito
 por que **(6) Ø** saiu até em jornal tudo...

O relato da informante é interrompido por várias vezes por comentários que ela julgava necessários para esclarecer os fatos para o Ouvinte. Ela aparentemente percebe a necessidade de fornecer certas informações para levar o Ouvinte a uma compreensão precisa dessa parte do relato. Essas interrupções são determinadas estrategicamente e por isso correspondem a Movimentos distintos no Nível Interpessoal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008: 52). Nesse último caso, portanto, não há a correlação entre segmento tópico mínimo e Movimento, no entanto, observamos a realização do sujeito por um Subato Referencial no início dos cinco primeiros Movimentos. No último, contudo, há a elipse, e o Subato é recuperado pelo Subato ‘história’ presente no Movimento anterior, o qual exercia a função de objeto.

Observemos agora uma outra ocorrência, dessa vez do tipo NE:

- (119) Inf.: **(1) eu** comecei jogá(r) vôlei c’uns dez anos né?... daí **(2) a gente** tre(i)nava direto...
- (120) // antes **(3) eu** jogava futebol
- (121) / depois **(4) Ø** aprendi jogá(r) vôlei... **(5) Ø** tre(i)nava direto né?
- (122) // daí co/ daí um professor... quis que a gente participasse d’um campeonato...
- (123) // e **(6) a gente** como... não tinha muito material... **(7) a gente** desacreditava no nosso potencial né?... (inint.)... [Doc.: uhm ((concordando))] sem material... de esporte... era difícil... jogá(r) contra os o(u)tros 90 times da região...

- (124) // e **(8) a gente** foi com o time da escola jogá(r) né?...
- (125) // e aí no qual... **(9) a gente** foi... bem dizê(r) um zebrão né?... [Doc.: uhm] daí::
(10) nós ficamo(s) em quarto lugar nesse campeonato... da região inte(i)ra... daí
foi um fato marcante pra mim prime(i)ro campeonato né? **(Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA)**

Por se tratar da narrativa de uma experiência pessoal, observamos que os sujeitos das dez ocorrências destacadas estão em primeira pessoa, em duas sentenças se trata da primeira pessoa do singular (1, 3); em cinco sentenças há a primeira pessoa do plural expressa pela forma *a gente* (2, 6, 7, 8, 9); em uma sentença há o pronome de primeira pessoa do plural expresso pelo pronome *nós* e finalmente, encontramos dois casos de omissão pronominal (4, 5). A primeira dessas omissões refere-se à primeira pessoa do singular, a segunda, no entanto, à primeira vista pode se referir ao sujeito expresso por *eu* ou *a gente*.

O tópico discursivo da passagem é a participação do falante em um campeonato de vôlei. Seu relato está organizado em seis segmentos tópicos que estão separados por barra dupla e por espaçamento entre as linhas. Esses segmentos referem-se respectivamente: ao início da prática de voleibol na vida do falante (119) e (121) ; à prática esportiva anterior ao voleibol (120); ao convite para participar do campeonato (122); às dificuldades encontradas para a participação no campeonato (123); a ida ao campeonato com o time da escola (124) e ao resultado final da competição (125).

É importante salientar que, em (121) há a retomada de um segmento tópico anterior, iniciado em (119), uma vez que o falante volta a relatar o início da prática do vôlei em sua vida. Há, portanto, nesse trecho, uma organização tópica diferente do relato anteriormente analisado: há aqui descontinuidade, pois houve a introdução do segmento tópico expresso em (120) antes que o anterior fosse esgotado, por essa razão o segmento até então incompleto é retomado posteriormente. Isso justifica a separação de tal segmento com uma barra apenas.

Podemos observar que, em (121), em que ocorre a omissão do sujeito em duas sentenças, o sujeito expresso em 4 é facilmente resgatado pelo afixo verbal, sendo, portanto de primeira pessoa do singular. Essa omissão, também, vem imediatamente após uma sentença na qual o sujeito e o tópico sentencial são expressos por tal forma pronominal. Esse fato pode nos levar à primeira vista a atribuir à segunda omissão do sujeito a referência à primeira pessoa do singular também. No entanto, precisamos nos ater a dois fatos: a afixação verbal nesse caso não nos permite distinguir entre a forma

verbal utilizada para o sujeito *eu* e para o sujeito *a gente*, já que no pretérito imperfeito, a forma de afixação para as duas pessoas é a mesma; o falante se utiliza das duas formas pronominais para se referir a ações realizadas por ele. Partindo do critério morfossintático, portanto, não podemos determinar precisamente a qual sujeito se refere o trecho 5.

Uma vez que o conteúdo expresso em (121) é a sequência do segmento tópico expresso em (119), podemos dizer que se o relato fosse reorganizado a fim de preservarmos a continuidade do aspecto de organicidade desse segmento, teríamos com a fusão dos dois trechos a seguinte ocorrência:

(119 e 121) Inf.: **(1) eu** comecei jogá(r) vôlei c'uns dez anos né?... daí **(2) a gente** tre(i)nava direto... {depois} **(4) Ø** aprendi jogá(r) vôlei... **(5) Ø** tre(i)nava direto né?

Acreditamos que o termo entre chaves foi inserido devido ao deslocamento do segmento tópico para posição posterior ao que o falante fazia anteriormente, caso a sequência fosse alterada ele certamente seria descartado. Observamos após essa restauração da continuidade no trecho em destaque que, há uma sequencialidade das ações que marcaram o início da prática desse esporte na vida do falante: ele iniciou a prática (1); treinava, com seus amigos provavelmente (2); aprendeu a jogar (4) devido ao treinamento frequente (5).

Analisando essa sequência podemos destacar que, apesar de fazer uso da forma *a gente* repetidamente em seu relato, o falante em questão não parece estar reproduzindo uma tendência presente no PB: a de usar a primeira pessoa do plural para indicar uma ação realizada pelo próprio indivíduo apenas. Nos parece que, a forma em destaque se refere a ele e a pelo menos outra pessoa que realizava essa atividade frequentemente, já que o esporte relatado é um esporte coletivo. A sentença expressa em 5, não apenas apresenta o verbo *treinava*, que se refere à atividade anteriormente por ele atribuída ao pronome *a gente* como também parece ser utilizada como uma explicação ao estabelecido em 4: *aprendi a jogar vôlei... [porque a gente] treinava direto*. Dessa forma, a forma omissa se referia à primeira pessoa do plural e não à primeira pessoa do singular.

Analisando a partir da GDF, essa descontinuidade tópica seria marcada por Movimentos diferentes. Pelo estabelecido pela GDF encontraríamos em cada subdivisão destacada um Movimento distinto. Uma vez que em (120) o Falante achou apropriado

interromper o Movimento anterior para fornecer a informação que jogava futebol antes ele estrategicamente fez essa opção e isso faz dela um Movimento no Nível Interpessoal. Dessa forma há sete Movimentos nessa ocorrência, dos quais há a realização pronominal no início de seis deles, sendo que apenas em um deles, (121) não há a realização do sujeito pronominal. Este sujeito, no entanto, se refere à primeira pessoa do singular e como tal é realizado no afixo verbal e recupera o sujeito topicalizado da sentença anterior.

Retomemos a primeira ocorrência analisada quando tratávamos dos aspectos semânticos e morfossintáticos de análise:

- (104) Inf.1.: [ah:: (1) **ela**] mandô(u) a mãe dela vim me entregá(r) fati/ fati/ fatia hún/ fatia húngara que chama?... (2) **ela** mandô(u) a mãe dela vim me entregá::(r) a mãe dela me deu três... (3) **eu** pegue::i (4) Ø comi::.... (5) Ø falei (6) Ø vô(u) comê(r) numa boa... alguma coisa num tem ali não...

//mas só que... (7) **ela** pas::sa (8) **eu** passo por ela (9) **eu** num olho... ele (10) **eu** cumprimento (11) **ele** me cumprimenta (12) **eu** cumprimento e::le... (13) **ele** conversa c'o D.... sabe? normal... mas (14) **eu** falo –“ah não (15) Ø num quero mais não porque”– (Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA)

Por se tratar de uma interação entre duas informantes e não de um relato, para recuperarmos o tópico discursivo precisamos retomar os referentes anteriormente mencionados para compreender que, nesse trecho, o tópico é a situação posterior a uma briga entre a informante 1 que produziu o relato em análise, e uma vizinha. O trecho em destaque apresenta dois segmentos tópicos: o comportamento da vizinha para com ela pedindo à sua mãe que lhe entregasse fatias húngaras e o comportamento da falante para com a vizinha quando se encontram.

A alteração entre o primeiro e o último segmento tópico foi marcada pelo conector *mas só que* e pela realização do sujeito pronominal *ela*. Esse trecho apresenta uma configuração semelhante ao primeiro trecho analisado nessa seção no que se refere à realização/não realização do sujeito pronominal motivado por fatores pragmáticos. No primeiro segmento há em 2 a repetição do sujeito pronominal expresso em 1, no entanto, tal repetição parece ocorrer porque há a inserção do referente *mãe* como complemento verbal do verbo *mandar*, e há um questionamento a respeito da denominação do doce recebido por ela: *fatia húngara que chama?* Acreditamos que estes fatores ocasionam uma espécie de ruptura na sequência que se apresentava, o que

a nosso ver, motiva a realização pronominal em 2. Ao analisarmos o início da mesma sequência de acordo com o que estabelece a GDF encontraríamos a seguinte divisão:

- (104) Inf.1.: [ah:: (1) **ela**] mandô(u) a mãe dela vim me entregá(r)
 //fati/ fati/ fatia hún/ fatia húngara que chama?...
 //(2) **ela** mandô(u) a mãe dela vim me entregá::(r)
 // a mãe dela me deu três...
 //(3) **eu** pegue::i (4) Ø comi::... (5) Ø falei (6) Ø vô(u) comê(r) numa boa...
 alguma coisa num tem ali não...

A interrupção acarretou, portanto, um novo Movimento, já que a Falante quis interromper o relato e, conforme anteriormente mencionado, isso acarreta um novo Movimento. Em 3, no entanto, há uma mudança do referente e consequentemente há a realização do sujeito pronominal *eu* para marcar tal mudança. As três sentenças seguintes apresentam sujeito não-realizado, contudo, retomando o sujeito da última sentença que apresentou realização do sujeito. Por estarem inseridas em um mesmo Movimento, por retomarem o sujeito anterior não houve motivação pragmática que influenciasse a realização pronominal em 4, 5 e 6.

No segundo segmento há apenas uma ocorrência de omissão do sujeito (15) motivada por se referir ao mesmo sujeito expresso na oração anterior. Em 8, 9 e 10, no entanto, há uma sequência de sujeitos realizados em primeira pessoa, o que se diferencia da característica de omissão apresentada no trecho anterior. Acreditamos que, em 9 a falante busca contrastar seu comportamento com o da vizinha. Deixa claro que a vizinha parece querer fazer as pazes ao passo que a falante não tem interesse nenhum em tal fato. Em 11, temos uma estrutura topicalizada, o elemento *ele*, objeto do verbo cumprimentar, é deslocado para a esquerda e se transforma no tópico sentencial, esse fato parece influenciar a realização do sujeito pronominal, uma vez que, assim como 9, se trata de uma sentença na qual a falante enfatiza seu próprio comportamento. Logo, as realizações pronominais são motivadas por fatores pragmáticos de ênfase.

Devido ao caráter contínuo de organização tópica, essa ocorrência apresenta características semelhantes às apresentadas em (112), (113) e (114):

a. em grande parte das sentenças nas quais o sujeito não foi expresso ele se referia a um referente topicalizado em posição de sujeito da oração anterior, consistindo o que Kim (1996) chamou de tópico anterior, nos outros casos retomava o objeto direto de uma sentença anterior, jamais, portanto, ocasionando ambiguidade;

- b. houve predominantemente a realização do sujeito pronominal para marcar a alternância de subtópicos, com a necessidade pragmática de dividir o relato a uma marcação sintática do sujeito pronominal foi frequentemente utilizada para realizar tal divisão;
- c. a marcação de subtópicos quase sempre coincidiu com a marcação de Movimentos para a GDF e a realização do sujeito por meio de um Subato de Referência materializado em um pronome foi frequentemente utilizada para marcar o início de cada uma destas unidades;
- d. a repetição sequencial de sujeitos pronominais ocorreu em contextos nos quais os informantes buscavam reforçar outros aspectos pragmáticos, como a dúvida quanto à explicação apresentada para o assassinato 1 e 2 de (114), quando apresentou a parte principal do subtópico que estava relatando 1 e 3 de (112), 2 e 9 de (113), quando houve a ruptura na sequência apresentada pela inserção de outro referente ou por questionamentos, como o questionamento a respeito de *fatias húngaras* em (104) e a intenção de enfatizar o agente da ação, especialmente quando este se refere ao próprio Falante.

Analisemos o segundo trecho de acordo com os aspectos morfossintáticos:

- (105) Inf.2.: então aí **(1) EU** ouVI **(2) Ø** falô(U) [Inf. 1: uhm...] e **(3) Ø** liguei aqui na dona F. e a V. atendeu a V. atendeu [Inf. 1: **(4) Ø** sei] **(5) eu** falei V./ **(6) ela** falô(u) – “ah dona I. **(7) nós** **tamo(s)** **assistindo** **(8) nós** **vimo(s)** também”- **(9) eu** falei – “ah **(10) cês** **assiste** também esse programa?” – **(11) ela** falô(u) – **(12) “nós assiste** TOdo dia... bom **(13) eu** quando tô em casa né?... **(14) mas meu pai e minha mãe pega** todo dia” – (Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA.)

O tópico discursivo dessa ocorrência, semelhante à anterior, só pode ser retomado ao analisarmos toda a interação: se refere a um fato noticiado em um telejornal e que diz respeito a alguém que a informante e a pessoa a respeito de quem ela relata o fato conhecem. Acreditamos que o trecho em análise se trata de um único segmento tópico da interação: a conversa telefônica entre a informante e a pessoa denominada pelo banco de dados como V.

Em 2 observamos que há a omissão do sujeito que não retoma o sujeito anteriormente expresso e, devido à tendência do Vernáculo Brasileiro de apresentar uma afixação verbal apenas para as segunda e terceira pessoas do singular e do plural e também da primeira pessoa do plural, não nos permite por critérios sintáticos recuperar o sujeito dessa sentença. A recuperação só seria possível a partir de uma análise dos trechos que antecederam essa ocorrência, conforme veremos abaixo:

- (105) Inf.2.: [então N.] aí voltan(d)o no assunto do negócio ali óh... aí a dona F. falo/
 AÍ QUANdo no no no s/ no/ no na tevê no... no disque... a::i como é que chama?
 o:: no S.B.T.?... **faLÔ(u)... o Carlos Hernandez falÔ(u)**
 Inf.1: eu liguei aqui... é no nove? 2[(inint.)]
 Inf.2: [é] é no nove é onde eu pego a::... a Gaivota e e a e a coisa
 Inf.1: ah:: é no [nove]
 Inf.2: [é mais] a minha novela a/ a minha novela mais linda do mundo acaba
 amanhã... a/ essa semana
 Inf.1: a mada/ [A *Madrasta*?]
 Inf.2: [A *Madastra*...] [ai que coisa mais linda]
 Doc.: [cê] gosta?
 Inf.1: ah então porque 6[quando passa coisa assim é sempre no S.B.T. assim]
 Inf.2: [ai o marido dela viu] o maRIdo dela tá pre::so tadinho... e ela choran(d)o
 Inf.1: éh mas ela num é culpada aquela b/ tonta lá que ro/ que coisô(u) [ela aí
 né?]
 Inf.2: [ai porque] ela tá despeitada né? eu [SEI]
 Inf.1: [ela gosta] dele né?
 Inf.2: hein?
 Inf.2: eu acho que ela gosta dele
 Inf.2: ela gosta dele como HOmem
 Inf.1: e a G. fala que aquele menino acho que num é filho de::la num sei o que
 tem::
 Inf.2.: ele tá ruim também ele tá com leucemia o menino
 Inf.1.: é:: a G. fala que num é filho dela
 Inf.1.: a então e aí o que da menininha?
 Inf.2.: então aí (1) EU ouVI (2) Ø **faLÔ(U)** [Inf. 1: uhm...] e (3) Ø liguei aqui
 na dona F. e a V. atendeu a V. atendeu [Inf. 1: (4) Ø sei] (5) eu falei V./ (6) ela
 falô(u) –“ah dona I. (7) nós tamo(s) assistindo(8) nós vimo(s) também”- (9) eu
 falei –“ah (10) cês assiste também esse programa?” – (11) ela falô(u) – (12)
 “nós assiste TOdo dia... bom (13) eu quando tô em casa né?... (14) mas meu pai
 e minha mãe pega todo dia”– (Projeto ALIP - Banco de dados IBORUNA.)

Podemos observar que há, semelhante ao que aconteceu em (119) e (121), uma descontinuidade na organização, uma vez que o termo em destaque retoma um segmento tópico apresentado no início da interação. Esse segmento foi interrompido e retomado posteriormente na interação, sua recuperação não se faz possível por critérios morfossintáticos, no entanto, ao analisarmos a organização tópica podemos recuperá-lo.

O caráter descontínuo da organização linear dos (segmentos) tópicos de uma interação pode, facilmente, gerar ambiguidade, especialmente se o falante fizer usos de recursos como a omissão pronominal, para o qual o ouvinte terá de acessar informação previamente estabelecida e interpretá-la para que assim possa identificar o referente e compreender a informação transmitida pelo falante. O que chamamos de caráter descontínuo da organização linear na GTI consistirá em um novo Movimento nos

moldes da GDF, talvez, por esse motivo, as ocorrências desse padrão aqui analisadas, (119), (121) e (105), apresentaram alguns aspectos distintos daqueles apresentados por ocorrências na qual há uma continuidade tópica mais acentuada:

- a. Há uma maior presença de sujeitos pronominais expressos, pois devido à descontinuidade tópica e ao maior número de Movimentos encontrados há uma grande probabilidade de ocorrer ambiguidades no discurso, fato que acreditamos ser determinante ao motivar a presença de sujeitos pronominais expressos;
- b. Por apresentar uma descontinuidade em sua organização linear não há uma marcação do sujeito pronominal exposto ao início de cada novo segmento tópico, uma vez que a ocorrência da realização do sujeito já é mais acentuada nesse padrão motivada pela necessidade de se evitar ambiguidades na interação, o que dificultaria a separação dos segmentos por sujeitos pronominais, já que estão presentes em toda extensão do diálogo.

Constatamos, portanto, que fatores pragmáticos exerceram forte influência na realização/omissão do sujeito nas ocorrências analisadas.

5.2 Análise quantitativa da realização/não-realização do sujeito em PB

Analizamos um total de 66 sentenças em PB, das quais houve a realização pronominal em 39 delas e a não realização em 27.

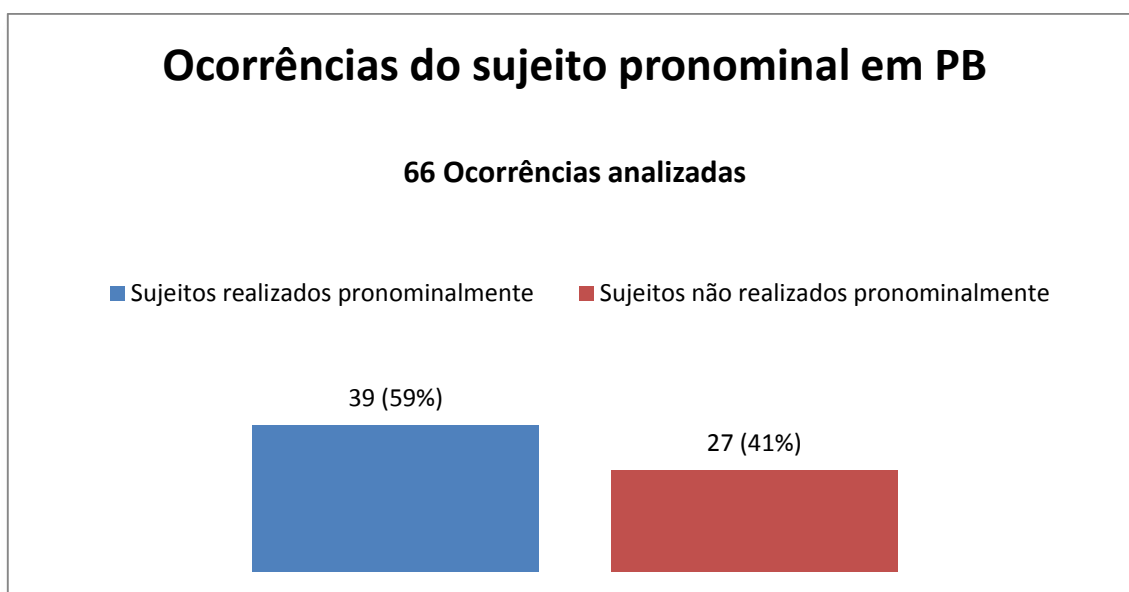


Gráfico 1: Ocorrências do sujeito pronominal em PB .

Isso poderia se justificar pelo que é estabelecido por Pontes com base na tipologia proposta por Li e Thompson (1976 *apud* PONTES, 1987: 11), que classifica PB como uma língua com proeminência de tópico e sujeito.

Das 39 sentenças em que o sujeito se realizou nos dados, o pronome mais recorrente foi o de primeira pessoa do singular: acreditamos que, motivado por fatores ênfase. O pronome de terceira pessoa vem em segundo lugar nas ocorrências.

Os casos de omissão somam 27 casos em PB. O pronome mais omitido foi *ela*, motivado certamente pelas ocasiões em que veio realizado em sequência a um sujeito igual expresso anteriormente e dentro do mesmo segmento tópico deste sujeito.



Gráfico 2: Ocorrências de sujeitos não realizados pronominalmente em PB.

Após estas considerações nos cabe agora implementar os dados analisados no modelo teórico da GDF a fim de observarmos as relações de transparência e opacidade.

5.3 Implementação na Gramática Discursivo-Funcional

Para a GDF, no nível Interpessoal, os pronomes pessoais constituem subatos de referência (R), uma vez que evocam uma entidade a respeito da qual o Falante deseja informar algo ao Ouvinte. Os pronomes pessoais, representados como R no nível Interpessoal, e os afixos classificam-se de duas formas: a) aqueles que se referem ou incluem referência aos participantes do ato discursivo (primeira e segunda pessoa); b) aqueles que se referem anafórica, catafórica, logofórica ou deiticamente aos não

participantes do ato discursivo (terceira pessoa e logofórico) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p 118).

No que tange aos primeiros, há uma série de combinações entre Falante e Ouvinte que podem ser refletidas na combinação de características abstratas. Essas combinações envolvem o Falante ou não $[\pm S]$, por outro lado, envolvem ou não o Ouvinte $[\pm A]$. Nos dados acima apresentados, encontramos em 4, 9, 10, 11, 13 e 15 do trecho I a seguinte combinação: (+id R₁: [+S, -A] (R₁)), a mesma combinação também é encontrada nas ocorrências 5, 6, 7 e 16 do mesmo trecho, pois, apesar de não ocorrer um pronome pessoal ocorre um afixo no verbo indicando a primeira pessoa do singular. A noção simbolizada pela sigla ‘id’ refere-se à identificabilidade do referente, que juntamente com a especificidade (s) configuram os operadores dos subatos de referência. São mais identificáveis (+id) por se referirem à crença do falante a respeito da identificabilidade do referente para o ouvinte, a especificidade diz respeito à indicação do Falante a respeito da identificabilidade do referente para ele mesmo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008: 122).

Tomemos a ocorrência 4 de (102), da realização do sujeito pronominal no PB como exemplo:

Eu peguei.

A representação no Nível Interpessoal seria:

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (+id R₁: [+S, -A] (R₁))_{Top}] (C_I))] (A_I))

Podemos observar que o item em análise apresenta a função pragmática de tópico, uma vez que é informação velha retomando o objeto indireto da sentença anterior: *a mãe dela me deu*.

Nesse caso, em que o Falante exerce a função sintática de sujeito por meio do pronome pessoal de primeira pessoa do singular, temos a seguinte representação no nível Representacional: (1x_i)_A, no qual 1 refere-se ao operador de número, indicando que é primeira pessoa do singular e A refere-se à função semântica de Ator. O exemplo acima transcrito seria assim representado no nível Representacional:

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:peg_v- (f_j)) (1x_i)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i)

No nível Morfossintático, podemos representar a ocorrência em análise desta forma:

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: eu (Nw_i))** (Np_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: peg (Vs_i)) (**Aff_i: indpastpf1sg (Aff_i))**] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

No que tange aos segundos, os pronomes que se referem anafórica, catafórica, logofórica ou deiticamente, aos não participantes do ato discursivo há em 1, 2, 8, 12 e 14 do trecho I os pronomes ‘ele’ e ‘ela’ usados anaforicamente para se referirem a dois indivíduos mencionados no início da interação: uma vizinha e seu marido. Por essa razão, a representação no nível interpessoal se daria por (R₂) e (R₃), uma vez que seria um novo referente, porém no nível Representacional, esta unidade teria a mesma representação que seu referente original: x₂ e x₃. Compreendemos que os pronomes pessoais são, portanto, unidades com um operador identificável/específico e um núcleo abstrato (Hengeveld; Mackenzie, 2008: 36). Tomemos o exemplo 1 da ocorrência (102) e observemos sua representação no nível Interpessoal:

Ela mandô(u)

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (**+id R_I: [-S, -A] (R_I))_{Top}**] (C_I))] (A_I))

Os pronomes são introduzidos no nível Interpessoal como subatos de Referência, correspondendo às escolhas realizadas pelo Falante para evocar as figuras do mundo externo às quais deseja se referir (Searle, 1969 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008: 87), no Nível Representacional analisa-se o que o Falante quis dizer ao evocar tais entidades. Como já foi mencionado, os pronomes ‘ela’ e ‘ele’ utilizados no trecho em análise são pronomes anafóricos que retomam entidades mencionadas anteriormente: a vizinha e seu marido respectivamente. Novamente, na esfera pragmática, temos um tópico sentencial, expressando informação velha a respeito da qual se tece um comentário.

No nível Representacional, portanto, o pronome anafórico ‘ela’ apresentará a mesma representação que seu referentes: x₂ que exercerá a função semântica de Ator. Para a ocorrência 1, teríamos: (R₂, x₂). Sempre que a vizinha for mencionada, teremos a

evocação do mesmo referente no nível representacional: o indivíduo x_2 . A ocorrência em análise seria assim representada:

RL: (past ep_i (sim ei : [(pf f_i : [(f_j :mad_{v-} (f_j)) (**1x2**)_A] (f_i)) (ei)_U]) (ep_i))

Chegamos ao nível Morfossintático, no qual os subatos referenciais acima analisados se realizam com a função sintática de sujeito, sendo representados pela variável Nw , que refere-se à palavra dentro da frase nominal, Np que por sua vez se insere na camada da oração Cl . Teríamos na ocorrência 1 a seguinte estrutura morfossintática no que se refere ao pronome:

ML: (Le_i : (Cl_i : [Np_i : (**Nw_i: ela (Nw_i)) (Np_i)**)_{Subj} (Vp_i : (Vw_i : [(Vs_i : mand (Vs_i)) (**Aff_i: indpastpf3sg (Aff_i))**] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Nas ocorrências 5, 6, 7 e 16 do trecho (102) a ausência do sujeito não impede que este seja recuperado. Primeiramente, essa entidade é facilmente apreendida pelo Ouvinte pelos afixos nos verbos: **comi**, **falei**, **vô(u)** e **quero**, todos marcando a primeira pessoa do singular, forma verbal que é normalmente marcada no Vernáculo Brasileiro. Pode-se também, recuperar o sujeito dessas orações pelo contexto, uma vez que antes da sequência 5,6 e 7 houve a oração 4, cujo sujeito era também o Falante, da mesma forma que a oração antecedente à 16 também apresentava o mesmo sujeito.

Em todos esses casos de omissão há a retomada do tópico sentencial de uma sentença precedente. Apesar da realização pronominal em si, não ocorrer, o tópico e o sujeito, aqui a mesma unidade, são retomados facilmente, o que se apresenta no Nível Interpessoal como um elemento que possui a função de tópico. No Nível Representacional, todos se referem a elementos que apresentam as propriedades de Ator. Essas omissões são sequências de orações coordenadas, cujo agente é apresentado no início e posteriormente omitido. Tomando a ocorrência 5 do trecho (102) teríamos a seguinte representação nos três níveis:

Ø Comi.

IL: (A_i : [F_i : DECL (F_i)) (P_i)_S (PJ)_A (C_i : [(T_i) (**+id R_i: [+S, -A] (R_i))**)_{Top}] (C_i))] (A_i))

RL: (past ep_i (sim ei : [(pf f_i : [(f_j :com_{v-} (f_j)) (**1x1**)_A] (f_i)) (ei)_U]) (ep_i))

ML: (Le_i: (Cl_i: (Vpi: (Vw_i: [(Vs_i: com (Vs_i)) (**Aff_i: indpastpf1sg (Aff_i))**] (Vw_i)) (Vpi)) (Cl_i)) (Le_i))

Semelhante a esse caso é o caso de uma narrativa contada analisada anteriormente:

// até que **(2) ela** resolveu querê(r)...mudá(r) a história dela **(3) Ø** crescê(r)... **(4) Ø** evoluí(r)... **(5) Ø** fez um curso de enfermagem... **(6) Ø** pegô(u) um emprego no hospital... e a noite **(7) Ø** fazia uma... faculdade um estudo a/ pra... melhorá(r) o grau dela... e **(8) Ø** conheceu um rapaz... o qual

Na primeira unidade tópica há a marcação do sujeito em 2 e sua posterior omissão, uma vez que o tópico sentencial e agente de todas as outras sentenças se refere ao item expresso na sentença mencionada, além de estarem todas as sentenças inseridas dentro de um mesmo segmento tópico, o que contribui para a motivação da ausência de tais unidades, uma vez que não serão jamais tomadas como ambíguas. Nesta situação o segmento tópico coincide com o Movimento encontrado de acordo com a GDF. Logo, nos parece que, quando há uma sequência presente em um mesmo Movimento a ausência dos sujeitos pronominais parece ser bastante frequente, já que retoma o elemento topicalizado e apresentado anteriormente.

No exemplo abaixo, existe também a omissão de dois sujeitos pronominais, contudo, não há a mesma continuidade expressa anteriormente, pois há a inserção de um outro Movimento entre o primeiro e o terceiro. Isso, contudo, não impede a não realização do sujeito nas duas sentenças expressas no último segmento que é complementar ao primeiro. Acreditamos que essa ausência é motivada porque a recuperação do referente se faz possível ao acessar o Movimento anterior.

Inf.: **(1) eu** comecei jogá(r) vôlei c'uns dez anos né?... daí **(2) a gente** tre(i)nava direto...

// antes **(3) eu** jogava futebol

/ depois **(4) Ø** aprendi jogá(r) vôlei... **(5) Ø** tre(i)nava direto né?

De acordo com (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008: 92) a função de tópico é atribuída a um Subato que tem uma função especial dentro do Ato do Discurso: a de

indicar como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro gradualmente construído no Componente Contextual. A ausência pronominal, portanto, se fez possível ao acessar neste componente a informação relevante para que o referente fosse retomado, esse referente nesse caso é o Subato Referencial topicalizado no Movimento anterior.

A ausência do sujeito na variedade Vernácula se faz, também, bastante presente, quando um dos participantes da interação responde a um questionamento realizado pelo outro participante, conforme podemos observar nos seguintes exemplos:

(126) ‘Você comprou o leite?’

- (a) Ø Comprei.
- (b) Sim Ø comprei.
- (c) Ø Comprei sim.
- (d) Não Ø comprei.
- (e) Ø Comprei não.
- (f) Não Ø comprei não.

Observamos nas ocorrências acima citadas que há, para cada questionamento, cinco respostas perfeitamente possíveis no Vernáculo Brasileiro que se manifestam sem a ocorrência do sujeito.

Em cada uma das cinco ocorrências, encontramos no nível Interpessoal a ausência de uma unidade que represente a pessoa do sujeito como pronome, mas esta unidade está presente no afixo verbal, no nível Representacional há o indivíduo que se realiza no Nível Morfossintático

No segundo trecho transcrito (103), no entanto, encontramos sentenças nas quais o afixo verbal não se realiza: **cês** assiste, **nós** assiste. Nestes casos, a realização do sujeito se dá apenas pela presença pronominal, uma vez que a forma verbal não traz a marca de pessoa ou de número, apresentando a mesma forma para segunda e primeira pessoa do plural, respectivamente. Observemos um destes exemplos e suas respectivas representações nos três primeiros níveis da GDF:

Nós assiste.

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [+S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:assist_v- (f_j)) (**mx**₁)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i)

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw**_i: **nós** (**Nw**_i)) (**Np**_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(V_s: assist (V_s)) (Aff_i: indprespf3sg (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Após análise dos dados apresentados e sua respectiva implementação na GDF, analisemos o mapeamento dos dados dentro do modelo desta teoria.

5.4 Alinhamento dos níveis na GDF

De acordo com as observações apresentadas podemos ressaltar que, no que tange à tendência do Vernáculo Brasileiro de apresentar o sujeito geralmente expresso por um pronome, há a presença de um Subato de Referência que trará marcas de identificabilidade e especificidade e, conseqüentemente, marcará a pessoa, teríamos (+id R₁: [+S, -A] (R₁)) para representar o sujeito em primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural exclusiva, ou seja, na qual o Falante exclui o interlocutor; (+id R₁: [+S, +A] (R₁)) para primeira pessoa do plural inclusiva, na qual o Falante inclui o interlocutor como subato Referencial da interação; (+id R₁: [-S, +A] (R₁)) para segunda pessoa do singular e plural e (+id R₁: [-S, -A] (R₁)) para os pronomes de terceira pessoa que não forem anafóricos. Logo, observamos que, nesse nível, ocorrerá a identificação da pessoa com relação aos participantes da interação, logo, haverá aqui apenas a marcação da pessoa.

No nível Representacional os indivíduos recebem sua função semântica: Ator, Paciente ou Localização. No que se refere ao sujeito no PB ele geralmente será Ator ou Paciente. Nesse nível, também ocorrerá a marcação de número, teremos: 1x₁ no qual o operador '1' indica singular; mx₁ no qual 'm' indica plural. Observemos as representações dos exemplos 'nós assiste' e de sua variedade 'nós assistimos':

Nós assiste.

IL: (A_i: [F_i: DECL (F_i)) (P_i)_S (P_J)_A (C_i: [(T_i) (**+id R₁: [+S, -A] (R₁))_{Top}] (C_i))] (A_i))**

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:assist_v- (f_j)) (**mx**₁)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i)

Nós assistimos.

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [+S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:assist_v- (f_j)) (**mx**₁)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

Quando citamos a segunda variedade, precisamos destacar que a forma apresentada consiste em uma variedade ainda presente no Vernáculo Brasileiro, embora acreditemos que, o PB passa por um momento de transição entre esta forma e aquela apresentada na primeira ocorrência, por isso a estamos analisando. Pudemos observar que nos dois exemplos encontramos um Subato de Referência no nível Interpessoal que se refere a um indivíduo no nível Representacional.

A codificação das informações trazidas pelos dois primeiros níveis a ser realizada no nível Morfossintático trará relevantes diferenças entre as duas variações em análise. Observemos as representações:

Nós assiste.

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: nós (Nw_i)) (Np_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(V_s: assist (V_s)) (Aff_i: indprespf3sg (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))**

Nós assistimos.

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: nós (Nw_i)) (Np_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(V_s: **assist** (V_s)) (**Aff_i: indprespf1pl (Aff_i))**] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))**

Na primeira, as marcas de pessoa e de número apresentadas na esfera pragmática e semântica serão codificadas tanto na realização do pronome como sujeito da oração como na afixação verbal, a qual trará a marca de pessoa, determinada no nível Interpessoal, e a marca de número que por sua vez foi determinada no nível Representacional. Existe, portanto, uma relação não-bijetiva entre o nível Morfossintático e os dois primeiros níveis, uma vez que há uma unidade no nível Interpessoal, o subato de Referência que se refere a um indivíduo, Ator ou Paciente, no

Nível Representacional, mas o mesmo subato é marcado em duas unidades no nível Morfossintático: no sujeito e no afixo verbal, o mesmo ocorre com a marcação de número no nível Representacional, ela é igualmente marcada nas mesmas unidades que a pessoa, logo há uma relação de 1-para-2.

Na segunda, no entanto, a tendência é que as unidades apresentadas nos primeiros níveis sejam marcadas apenas no sujeito, uma vez que no nível Morfossintático o verbo não tem tido em sua representação a afixação para a segunda e terceira pessoa do plural e em alguns casos também para a primeira pessoa do plural, desta forma as unidades existentes nos dois primeiros níveis acabam por se codificar em uma unidade apenas no nível Morfossintático, no sujeito, existindo, portanto, uma relação de 1-para1 entre os dois primeiros níveis e o terceiro, ou seja, uma relação bijetiva. A realização do sujeito na forma vernácula, marcando a pessoa e o número apenas no pronome e não no afixo verbal, é uma realização mais transparente que a realização que ocorre no primeiro caso, marcando pessoa e número no pronome e no afixo verbal.

Observemos o mapeamento de outro exemplo apresentado, agora como o sujeito em terceira pessoa do singular feminino:

Ela mandô(u)

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [-S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:mad_v- (f_j)) (1x2)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (Nw_i: **ela** (Nw_i)) (Np_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: mand (Vs_i)) (**Affi**: **indpastpf3sg** (**Affi**))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Há, portanto, um padrão semelhante ao constatado para a primeira pessoa do plural realizada pelo sujeito e pelo afixo verbal. Existe um Subato de Referência no Nível Interpessoal que também desempenha o papel de tópico da sentença, que é representado como uma unidade semântica que exerce a função de Ator, pois retoma um referente anteriormente mencionado. Até o momento, portanto, há a realização de 1-para-1 e, logo, transparente. No Nível Morfossintático, contudo, encontraremos essa unidade disponibilizada pelos níveis anteriores duplicada em dois elementos: a palavra

que exerce a função sintática de sujeito (Nw) e ao afixo verbal incorporado ao verbo (Affi: indpastpf3sg (Affi)), apresentando, portanto uma relação de 1-para-2 e consequentemente opaca.

No que tange à ausência do sujeito, encontramos uma realização distinta. Observemos a representação:

(118) Φ Comi.

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [+S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:com_v- (f_j)) (1x₁)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

ML: (Le_i: (Cl_i: (Vp_i: (Vw_i: [(V_S_i: com (V_S_i)) (Affi: indpastpf1sg (Affi))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Nessa realização do sujeito apenas no afixo verbal, há uma relação bijetiva, ou seja, um elemento no nível Interpessoal, o subato de referência, representa-se em um elemento no nível Representacional, o indivíduo que por sua vez encontra representação em um elemento apenas no nível Morfossintático: o afixo verbal. Encontramos, portanto, uma relação de 1-para-1 do nível Representacional para o nível Morfossintático, o que demonstra uma relação de transparência nesta ocorrência.

A omissão é frequente na seguinte ocorrência, conforme justificado anteriormente por motivação pragmática:

// até que (2) **ela** resolveu querê(r)...mudá(r) a história dela (3) $\emptyset$ crescê(r)... (4) $\emptyset$ evoluí(r)... (5) $\emptyset$ fez um curso de enfermagem... (6) $\emptyset$ pegô(u) um emprego no hospital... e a noite (7) $\emptyset$ fazia uma... faculdade um estudo a/ pra... melhorá(r) o grau dela... e (8) $\emptyset$ conheceu um rapaz... o qual

A marcação do sujeito na primeira sentença lhe confere marcações semelhantes àquela apresentada em ‘nós assistimos’, uma relação opaca, portanto, pois no Nível Morfossintático o sujeito se realiza em duas unidades: no pronome e no afixo verbal. No entanto, essa realização foi funcionalmente motivada: a nosso ver serviu para marcar a introdução de um novo Movimento e sua realização, embora opaca, marca o início

dessa nova unidade mínima de comunicação e sua realização no início do Movimento impediu possíveis ambiguidades.

Além desse papel importante, acreditamos que essa realização propiciou outras sete realizações transparentes. Os exemplos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 apresentam o sujeito realizado apenas no afixo verbal e recuperável pelo Componente Contextual, dessa forma apresentam marcações semelhantes às aquelas apresentadas no exemplo ‘nós assiste’, tendo no Nível Morfossintático o sujeito realizado apenas no afixo verbal e por essa razão apresentam uma unidade apenas neste nível que equivale a uma unidade no Nível Representacional e a uma unidade no Nível Interpessoal, respectivamente Ator e o Subato de Referência, ocasionando uma relação de 1-para-1, sete relações, portanto, transparentes.

Esse fato de se omitir o sujeito pronominal por ele retomar um elemento anteriormente mencionado dentro de um mesmo Movimento, portanto, está diretamente ligado ao caráter mais transparente que esse fenômeno dá ao PB, pois se o sujeito se realizasse pelo pronome e pelo afixo, teríamos construções 1-para-2 no Nível Morfossintático, o que traria um aspecto de maior opacidade para a língua em questão.

O mesmo ocorre quando a omissão ocorre em uma ocorrência marcada pela descontinuidade tópica, para a GTI, ou interrupções de novos Movimentos de acordo com a GDF:

Inf.: **(1) eu** comecei jogá(r) vôlei c’uns dez anos né?... daí **(2) a gente** tre(i)nava direto...

// antes **(3) eu** jogava futebol

/ depois **(4) Ø** aprendi jogá(r) vôlei... **(5) Ø** tre(i)nava direto né?

A relação expressa 4 é a mesma apresentada para a omissão apresentada em (104). Em 5, ao contrário do que se possa pensar à primeira vista não é de 0-para-1. Mesmo que a forma verbal não nos permita identificar o referente, podemos fazê-lo pelo contexto e conforme dito na seção correspondente, para nós retoma o termo *a gente* e como tal apresentará sua representação no afixo verbal do Nível Morfossintático o que, certamente, dá a essa ocorrência um aspecto de transparência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo a respeito da realização do sujeito pronominal em PB no que se refere aos aspectos de transparência e opacidade, a fim de comprovarmos que, as mudanças constatadas no PB por estudiosos nos últimos tempo configuram uma evolução dessa língua de um caráter mais opaco a um caráter mais transparente no que se trata esse fenômeno.

Acreditamos ter apresentado uma nova faceta do estudo da transparência, ao incorporarmos critérios pragmáticos como determinação do tópico discursivo e divisão da interação em segmentos tópicos, a fim de comprovarmos que, dentro de um mesmo segmento tópico há a probabilidade de que ocorram mais omissões do sujeito pronominal, uma vez que este será retomado pelo tópico sentencial estabelecido no início de tal segmento, fato esse que, para o PB, significa um caráter de maior transparência, já que a realização no afixo e no pronome ocasionam ambiguidades. Pudemos observar que quando há a continuidade tópica, o segmento tópico é equivalente à camada do Movimento estabelecida na GDF, quando há interrupções ou ausência na continuidade tópica a quantidade de Movimentos se sobrepõe à de unidades tópicas.

Pudemos observar até aqui algumas características interessantes na realização do sujeito pronominal no PB:

- a. O PB apresenta casos em que o sujeito realiza-se no pronome e no afixo verbal, o que configura uma relação opaca nesse aspecto;
- b. A realização apontada em *a* é bastante frequente para a primeira pessoa do singular e parece ter se tornado menos frequente, especialmente para a primeira pessoa do plural e terceira pessoa também, como em *nós assistimos*;
- c. Há casos em PB em que o sujeito pode realizar-se mais livremente sem o afixo verbal, apresentando a mesma forma verbal para a segunda e terceira pessoa do singular e para todas as pessoas do plural, o que configura uma relação transparente, como em *nós assiste*;
- d. Em ocorrências nas quais a organização tópica é pautada pelo princípio da continuidade em sua organização parece haver uma equivalência entre as unidades tópicas e a camada do Movimento, existindo uma preferência por se marcar a mudança de um segmento/Movimento para o outro por meio da realização pronominal da primeira sentença. As sentenças seguintes, que

retomarem esse referente têm a tendência de apresentarem o sujeito apenas expreso no afixo verbal, o que confere a essa omissão um maior grau de transparência, uma vez que a relação de 1-para-2 só será efetivada na primeira sentença da ocorrência, logo, o estabelecimento claro e contínuo dos segmentos tópicos/Movimentos motiva um fenômeno que confere maior transparência ao PB;

- e. Em ocorrências marcadas pela descontinuidade da organização tópica (quando um segmento tópico não é encerrado para o início de um outro, o que pode ocasionar retomada posterior do presente segmento tópico) têm a tendência de apresentar mais sujeitos expressos, a fim de se evitar a ambiguidade;
- f. Para o que foi estabelecido em *e* encontraremos correlação diferente no que é estabelecido pela GDF, aqui essa ruptura consistirá na escolha do Falante em interromper seu relato a fim de esclarecer determinado fato ou de acessar informação que acha fundamental para a compreensão apropriada por parte do Ouvinte da informação que deseja passar. Essa interrupção será uma nova camada do Movimento. Essa situação, por apresentar mais Movimentos, se mostrou nas ocorrências analisadas com uma maior quantidade de sujeitos expressos. Quanto este aspecto ela será ora mais transparente e ora mais opaca, observando-se o que foi estabelecido em *a*, *b* e *c*. Quanto à omissão, ela contribui para a transparência, conforme o estabelecido em *d*.

Acreditamos que as considerações apresentadas até o momento nos revelam que grande parte das realizações do sujeito pronominal aqui apresentadas apresentam características transparentes. Os casos opacos, nos quais há uma relação de 1-para-2 entre os Níveis Interpessoal e Representacional para com o Nível Morfossintático, parecem se restringir a casos em que se inicie uma nova camada no Nível Interpessoal, o Movimento, marcando a alternância do falante entre determinada unidade mínima de informação e outra. Esta língua também se mostra bastante suscetível à influência pragmática para a produção de enunciados mais transparentes e, no que se refere a esse fenômeno, ela se mostra em transição a um maior grau de transparência.

A análise dos dados selecionados confirma a hipótese que pauta o presente trabalho: por se tratar de uma língua relativamente jovem e por emergir de um sistema repleto de outras línguas, o PB apresenta, quanto às mudanças ocorridas no paradigma pronominal e consequentemente na realização/não-realização do sujeito pronominal, aspectos mais transparentes que opacos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda M. Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica. *Alfa*, São Paulo, 44: p. 261-272, 2000
- BAUER, L. *Introducing linguistic morphology*. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2003, 2nd edition, [1988], p. 256.
- BRAUN, M., PLAG, I.. *How Transparent is Creole Morphology? A study of Early Sranan Word-Formation*. University of Siegen, 2002.
- BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 01-31.
- CAMACHO, Roberto G. *Classes de Palavras na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: O papel da nominalização no continuum categorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. Transparência e opacidade na seleção de estratégias de relativização no Português. *Linguística* vol. 27, 2012, p. 47-76.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de Maria Helena de Moura Neves, Odete G. L. A. S. Campos e Sonia V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CHOMSKY, N.. *Essays on Form and Interpretation*. New York: North Holland, 1977.
- CUNHA, Angélica Furtado. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DERWING, B. L.; BAKER, W. Assessing Morphological Development. In: P. Fletcher & M. Garman (ed.) *Language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 2 ed., p. 326-328.
- CHOMSKY, N. *Rules and Representations*. New York: Columbia University Press. 1980.
- COUTO, Hildo H., MELLO, Maria A.C.R. Os compostos no crioulo português da Guiné-Bissau. *PAPIA* 19, 2009, p. 69-79,
- CRYTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DIJK, Teun A. van. *Text and context: explorations in the semantic and pragmatics of discourse*. 2 ed. London, Longman, 1982.
- DIK, Simon C. *Functional Grammar in Prolog: An Integrated Implementation for English, French and Dutch*. Berlin and New York, NY: Mouton de Gruyter, 1997.

DIK, Simon C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. 2nd ed. Ed. Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, 1987.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUARTE, M. E. L. “A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil”. *DELTA* 8, n. especial. 1992. p. 37-52.

_____. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.

FIGUEIREDO, F.J.Q. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. In: *Signótica* 7, 1995. p. 39-57.

FONTES, M. G. *As Interrogativas de Conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista.

GONÇALVES, J.C. *Alguns aspectos do proceso de aquisição do sistema pronominal do inglês como segunda língua por um falante de português*. 1977. 331f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas.

GAZZANNA, Marcos A. *A contribuição semântica das partículas nas verb-particle constructions: um estudo sobre ‘away’, ‘out’ e ‘over’ através da lingüística de corpus*. 2008. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

HAEGEMAN, L. Subject omission in present-day written English. In: *Rivista di Grammatica Generativa*, 32 – 2007, p. 91-124.

HENGEVELD, Kees. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: [Linguistics in Amsterdam](#) 4.2, 2011a. p. 1-22.

_____. Epilogue: Degrees of transparency. In: [Linguistics in Amsterdam](#) 4.2, 2011b. p. 110-114.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HUDSON, Richard. Raising in syntax, semantics and cognition. In: *UCL: Working papers in Linguistics*. 2, 1990. p. 320 – 337.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). (2006). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP.

JUBRAN, C.C.A.S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007, p. 313-327.

KEIZER, E.; STADEN, Miriam van. The interpersonal level in Functional Discourse Grammar. *Linguistics* 47–4 , 2009, p. 799–824.

KIHM , A. Are creole languages ‘perfect’ languages? In: John McWhorter (ed.), *Language change and language contact*,. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 163–199

KUSTERS, Wouter. *Linguistic complexity: The influence of social change on verbal inflection*. Utrecht: LOT. 2003.

LANGACKER, Ronald W. Syntactic reanalysis. In: LI, Charles N. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57–139.

LEFEBVRE, Claire. What you see is not always what you get: apparent simplicity and hidden complexity in creole languages. *Linguistic Typology*, vol.5, nº 2-3, p. 186-213.

LEUFKENS, Sterre. The transparency of creoles. In: *Journal of Pidgin and Creole Languages* 28:2, 2013. p. 323–362.

LI, Charles; THOMPSON, Sandra. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C., org. *Subject and topic*. New York, Academic press, 1976.

MACKENZIE, J.L. The basis of syntax in the holophrase. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN (eds), *Functional Grammar and verbal interaction*, Amsterdam: Benjamins. 1998, p. 267-295.

MCWHORTER, J. The world’s simplest grammars are creole grammars. In: *Linguistic Typology* 5, 2001. p.125–166.

MIESTAMO, M. *Implicational Hierarchies and Grammatical Complexity*. Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2005.

MOUTAOUAKIL, A. *Mapping and transparency in Arabic: A comparative approach*. In: Functional Discourse Grammar Website, 2013. Disponível em: <http://home.hum.uva.nl/fdg/working_papers/WP-FDG-86.pdf> Acesso em 10/09/2014.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto 2007.

PENHAVEL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. O funcionamento de marcadores discursivos no processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos. *Revista Línguas e Instrumentos linguísticos*, v. 26, 2011 (no prelo).

PERES QUINTERO, M. J. Gramaticalization vs lexicalization: The Functional-Discourse Grammar view. In: *Functional-Discourse Grammar advances and prospects*, Maria J. Peres Quintero (ed.). Revista Canaria de Estudios Ingleses 67, 2013: p. 97 - 221.

PERINI, Mário Alberto. Um aspecto da interpretação do tópico em português. *Série Estudos*. 7. Uberaba, FIU, 1981.

PEZATTI, Erotilde Goretti. Panorama geral das teorias funcionalistas. *Revista Signótica*. Edição Especial nº 2, 2006. p. 153 – 166.

PLATON, Cratyle, trad par DALIMIER, Catherine. Flammarion, Paris, 1998.

PONTES, E. S. L. *O tópico do português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo, SP: Ática, 1986. SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1960.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre o deslocamento do controle da concordância verbal. *Revista de lingüística* (PPGL/UFRJ), v.3, 2007, p.133 -159.

SILVA, V.L.P. Subject omission and functional compensation: evidence from written Brazilian Portuguese. In: *Language variation and change*, 5, USA, Cambridge University Press, 1993, p. 35 – 49

_____. Variação no uso de pronomes de segunda pessoa do singular. In: *Revista de estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, 2003, p. 122 - 138.

SLOBIN, Language change in childhood and history. In: MACNAMARA, John (ed.), *Language learning and language thought*, 185–214. New York: Academic Press.

SOUZA, E.R. (Org.) *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

STASSI, Joceli Catarina. *Determinação pragmática da atribuição do sujeito em narrativas orais*. 2003. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - São José do Rio Preto.

STASSI-SÉ, Joceli Catarina. *Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional*. 2012. 194f Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - São José do Rio Preto.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In. ROBERTS, I. KATO, M. *Português brasileiro - uma viagem diacrónica*. Editora da UNICAMP: Campinas, 1993.

VALE, Oto Araújo. Expressões cristalizadas: transparência e opacidade. *Signótica* 11: p.163-172, jan./dez. 1999.

VELOSO, João. A língua na escrita e a escrita da língua. Algumas considerações gerais sobre transparência e opacidade fonêmicas na escrita do português e outras questões. In: *Da Investigação às Práticas. Estudos de Natureza Educacional*. Escola Superior de Educação de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais. Vol. VI, Nº 1, 2005, pp. 49-69.

WALES, K. *Personal pronouns in present-day English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WEIR, A. *Subject pronoun drop in informal English*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – College of Humanities and Social Sciences School of Philosophy, Psychology and Language Sciences. University of Edinburgh.